

**ECC**

Estudos de  
Comunicação  
e Cultura

Cultura e Conflito

# Intelectuais, Modernidade e Memória

Inês Espada Vieira



Universidade Católica Editora

Intelectuais, Modernidade  
e Memória

## *Catálogo recomendada*

VIEIRA, Inês Espada

Intelectuais : modernidade e memória. – Lisboa : Universidade Católica Editora, 2012.

– 176 p. ; 23 cm

( Estudos de comunicação e cultura. Cultura e conflito )

ISBN 978-972-54-0341-9

I – Tit. II – Col.

CDU 323.2(460)''1931/1339''

946.0''1931/1939''

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PEst-OE/ELT/UI0126/2011

© Universidade Católica Editora | Lisboa 2012

**Edição:** Universidade Católica Editora, Unipessoal, Lda.

**Revisão editorial:** Helena Romão

**Capa:** OMLET design

**Composição gráfica:** Europress, Lda.

**Data:** Fevereiro 2012

**Depósito Legal:** 340069/12

**ISBN:** 978-972-54-0341-9

### **Universidade Católica Editora**

Palma de Cima – 1649-023 Lisboa

tel. (351) 217 214 020 | fax (351) 217 214 029

uce@uceditora.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

**Imagem da Capa:** Pintura de Ilda David

**Fotografia:** José Manuel Costa Alves

Coleção Particular

### **Agradecimento**

A autora e a Editora agradecem reconhecidas a autorização para a reprodução da obra dada pela Pintora Ilda David e pelos proprietários da mesma, Ana Gomes de Almeida e Jorge Vaz de Carvalho

# Intelectuais, Modernidade e Memória

Inês Espada Vieira



Universidade Católica Editora



A Isabel Capelo Gil  
e a António Fernández Insuela



## Índice

Introdução	
«Cruzando fronteiras, 70 anos depois»	11

### **I – A memória, os tempos**

1. (A) Memória dos homens	22
2. Memória em Espanha, memórias de Espanha	29
3. Trauma e Memória(s) da guerra	40
4. Os intelectuais e a memória	53
5. Intelectuais em Espanha	61
6. Fascismo, franquismo	66
7. <i>Media</i> e memória	77

### **II – Os tempos, os homens**

1. A dissonância modernista da Europa: entre a tragédia e o espírito	84
2. A corte, o grupo: uma geração entre gozos e sombras	97
3. Imprensa e propaganda: de Burgos para o mundo	113
4. A guerra dos intelectuais	129

Conclusão	
Memória dos homens e dos tempos	153

Bibliografia	160
--------------	-----



[...] se escribe para algo y para alguien, para que quede constancia,  
para arriesgarse y para insistir; ni tan siquiera para tener razón,  
sino acaso para equivocarse mejor.  
Jordi Ibáñez Fanés, 2009: 64



## Introdução

### «Cruzando fronteiras, 70 anos depois»

Em setembro de 2006, o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa acolheu, em colaboração com o Instituto Cervantes de Lisboa, um colóquio internacional sobre a Guerra Civil de Espanha a que Jorge Fazenda Lourenço deu o título de *Cruzando fronteiras 70 anos depois*.<sup>1</sup> Cruzar significa passar para lá, passar através de, atravessar e também combinar, como em «entrecruzar». O uso do gerúndio marca uma reflexão em devir permanente. Já as «fronteiras» foram entendidas nas suas dimensões disciplinar, geográfica e temporal, o que influenciou a escolha dos participantes, de Portugal e de Espanha, de várias áreas do saber (literatura, arte, história, ciência política, estudos de cultura, *media*...), e o conseqüente resultado interdisciplinar.

Hoje, cruzado também já o século XXI, a Espanha passou para lá da fronteira do silêncio e do consenso no que respeita à Guerra Civil de 1936-1939. Assistimos ao apaixonado e vivo debate sobre a memória da Guerra e do franquismo que é, conseqüentemente, um debate também sobre os seus protagonistas – feitos vítimas ou heróis, conforme a perspetiva.

A constatação desta realidade, do ponto de vista informal e empírico, foi o nosso ponto de partida para uma reflexão académica que se iniciou com o intuito de responder a algumas questões fundamentais e apresentar talvez uma nova perspetiva de análise não só do passado, mas principalmente do presente. É uma parte dessa tese de doutoramento que apresentamos neste livro, tendo deixado para publicação posterior as páginas dedicadas especificamente ao trabalho jornalístico realizado entre os anos 1927 e 1940 pelo romancista Gonzalo Torrente Ballester (1910-1999).

---

<sup>1</sup> O encontro teve lugar nos dias 25 e 26 de setembro de 2006, na Universidade Católica Portuguesa e no Instituto Cervantes de Lisboa, foi aberto com a comunicação de Paul Preston e encerrou o colóquio o historiador Nicolás Sánchez-Albornoz, filho do último embaixador da República espanhola em Lisboa. As intervenções podem ser lidas no volume que leva o título do colóquio (cf. Lourenço e Vieira, 2007).

No entanto, porque o seu exemplo como intelectual falangista, com um percurso individual paralelo ao franquismo até ao desvio gradual das linhas de conduta oficiais, é absolutamente paradigmático, a presença de Torrente Ballester sentir-se-á ao longo deste livro, por muitas vezes recorrermos às suas palavras e ao seu exemplo vital para ilustrar ou problematizar algumas das questões sobre as quais nos debruçamos.

A observação do presente foi, então, o catalisador da nossa investigação. Neste presente, será que o sintagma «memória histórica» que preside ao debate sobre a Guerra Civil e o franquismo não faz parte, afinal, da «memória cultural» desse passado? De que memória falamos de facto quando falamos na «Lei 52/2007 de 26 de dezembro, pela qual se reconhecem e ampliam direitos e se estabelecem medidas a favor daqueles que sofreram perseguições ou violência durante a guerra civil e a ditadura»?<sup>2</sup> Que provas concretas temos da prevalência da memória cultural da Guerra, na Espanha democrática do século XXI? A mudança do paradigma histórico para o cultural permitirá privilegiar outras narrativas do passado, objetos culturais recriados por uma alteração da perspectiva. A memória comunicativa e experiencial acabará por desaparecer, mas a memória cultural, separada do quotidiano, dos factos e do testemunho, assume um sentido mais perene e sagrado, para incluir uma dimensão de narrativa identitária fundacional para a comunidade.

Por outro lado, queríamos também refletir sobre o papel dos intelectuais como agentes criadores e «portadores de memória» (*spezielle Träger*, cf. J. Assman, 2007: 54). Neste caso em particular, punha-se a questão de entender qual o papel desempenhado pelos homens de letras fascistas ou fascistófilos na construção da memória oficial do franquismo e também tentar entender as razões que levaram alguns homens esclarecidos a escolher o caminho da Falange e de Franco. Pensámos que seria importante voltar a olhar para as suas razões e para as suas ações, e considerá-los, embora enquadrados pela história europeia, no contexto específico do fascismo espanhol. Entendemos operativamente falangismo como um sinónimo de fascismo e, independentemente dos importantes debates historiográfico, sociológico e

---

<sup>2</sup> «Ley 52/2007 de 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura». Publicada no Boletín Oficial del Estado, n. 310, de 27 de dezembro de 2007, pp. 53410-53416.

Todas as traduções do inglês, do francês e do espanhol são da nossa responsabilidade.

de ciência política, que procuram adjetivar o franquismo, consideramos o regime de Franco como substantivamente fascista (Gracia, 2004).

Perguntámo-nos então quem eram? De onde vinham, o que representavam, por que aí chegaram e como se legitimavam? Como eram os homens que acreditaram na mensagem da Falange Espanhola, que se deixaram impressionar pela retórica inflamada de Estado e de Império, em detrimento da não menos comovente retórica de liberdade e de futuro, dos republicanos?

Para chegar ao caso concreto do grupo que, em Burgos, capital da Espanha sublevada em 1937, se juntou à volta de Dionisio Ridruejo e de Pedro Laín Entralgo, tivemos de lançar um olhar pelo contexto estético e ideológico europeu. Entendemos a modernidade europeia como uma realidade paradoxal (Gil, 2003, 2008), na qual coexistem as luminosas criações da arte e da técnica, com um lado sombrio (Corm, 2009) e catastrófico (Gil, 2008a), que tem a sua dramática expressão na adesão de alguns intelectuais às ideologias totalitárias. Na verdade, era imenso o apelo estético do nazismo e do fascismo para os vanguardistas, imbuídos que estavam da procura do novo, do puro, do rigor, da totalidade; encontraram no totalitarismo mais uma possibilidade de concretizar o seu caminho até à arte e à estética do absoluto. A constatação desta outra «traição dos clérigos» (usamos a expressão, desterritorializando o argumento de Benda, [1927]1946) marca, segundo Lepenies (2008), o final de duas ilusões: a primeira é que nenhuma moralidade superior supostamente própria das disciplinas artísticas e científicas funcionou como um escudo protetor do nazismo; a segunda é a de que o Terceiro *Reich* não era contra a modernidade, mas, pelo contrário, promoveu a modernidade. Herf (1984) chama «modernismo reacionário» ao particular caso da Alemanha nazi, em que a tradição *völkisch* junta a adesão à tecnologia moderna a uma recusa da modernidade liberal.

As propostas totalitárias assentaram como uma luva no espírito vanguardista e disso é paradigmático exemplo, em Espanha, Ernesto Giménez Caballero (1899-1988). Foi diretor da revista *La Gaceta Literaria*, cujo primeiro número sairia a 1 de janeiro de 1927,<sup>3</sup> ponto de encontro da vanguarda espanhola, e foi também um dos primeiros ideólogos fascistas.

---

<sup>3</sup> A data ajudou a batizar a Geração de 27. Em *Memorias de un dictador* escreverá: «*La Gaceta* foi a precursora da Vanguarda na Literatura, Arte e Política. Uma política que durante dois anos foi unitiva e espiritual e desde 1930 divergente, pois a juventude foi-se politizando. E de *La Gaceta* saíam os inspiradores do comunismo e do fascismo em Espanha.» (Giménez Caballero, 1981: 66).

Uma das questões que se nos apresentou a montante desta reflexão foi a da própria definição de intelectual e a de saber se essa definição era compatível com a de simpatizante da Falange espanhola ou de qualquer partido fascista. Embora ainda sem nome, o intelectual existe antes dos intelectuais (Juliá, 1998; Lepenies, 2008), simbolicamente nascidos com o *affaire Dreyfus*, em França no final do século XIX. Nasceram, aliás, imediatamente ligados aos jornais e o conceito adquiriu algumas das características definitivas: o sentido de missão, de luta contra a injustiça, a noção de se pertencer a uma elite esclarecida e a necessidade/exigência de uma constante intervenção pública, que aja sobre a sociedade. Embora adaptada ao longo dos estudos e dos anos, a definição dos intelectuais como uma clerezia distante do resto dos mortais, dotados de um poder espiritual superior, guiados apenas pelas noções de verdade e de justiça, continua a estar na base do seu entendimento atual, mas com algumas *nuances* principalmente no que se refere a essa suposta distância.

A relação dos intelectuais com a sociedade é também fundamental para Karl Mannheim (1957) que define o novo intelectual como um ator social, dedicado às tarefas do espírito, culto, já não em sentido escolástico, mas antes como um dinâmico intérprete da realidade. Mannheim reconhece, porém, que frequentemente o muito saber do intelectual o pode manter num espaço mental privado, distante dessa realidade pública. Além dos intelectuais tradicionais, que permanecem no seu olimpo predefinido, Antonio Gramsci (1974) apresentou uma nova tipologia de intelectual, dito orgânico, verdadeiro agente de mudanças sociais concretas. Edward Said (1996) reflete acerca da independência dos intelectuais perante os poderes políticos e financeiros e descreve-os como indivíduos em permanente vigilância sobre a sociedade. Said defende que o intelectual deve procurar um equilíbrio entre uma posição consensual e amistosa, e um papel de Cassandra que, embora anuncie verdades, não é de todo ouvida. Entre todas as posições que lemos, há uma característica que se mantém transversal aos tempos e aos autores: o intelectual é um homem que pensa e não pode nunca deixar de pensar sobre o mundo (Lepenies, 2008). O mundo do intelectual é definido consoante a sua cultura linguística (Said, 2004). Para Said, os escritores são também intelectuais, na medida em que acrescentam às suas funções criativas, as de arauto da verdade, testemunha de injustiças ou voz dissonante nos conflitos que, segundo o autor, eram apanágio só dos intelectuais.

A relação entre escritores e intelectuais, ou melhor, a identificação dos primeiros com os segundos, é fundamental na definição das gerações em

Espanha, nomeadamente nas de 1898 e 1914 (Serrano, 2000). A participação ativa dos intelectuais na política espanhola durante a Segunda República (1931-1939) consolidou a ideia de que a inteligência era de esquerda, noção, aliás, reconhecida pela direita ideológica, que depreciava os intelectuais.

Deste modo, ao olharmos os escritores e ensaístas da Falange como intelectuais, temos que abdicar de algumas das características apresentadas e centrar a nossa atenção noutras que, independentemente da filiação política, são no nosso entender transversais à condição do intelectual, e que têm que ver com uma dimensão ética externa à sua área ideológica e com o entendimento da ação do intelectual como uma atividade do espírito.

Ressituar o intelectual é uma proposta que deve ser lida não como uma alternativa radicalmente oposta à noção clássica de intelectual, mas como um contributo que reforça o entendimento da modernidade como uma realidade múltipla e paradoxal, onde também podemos encontrar esse «modernismo reacionário» proposto por Herf (1984).

Uma vez mais olhando para o presente, perguntámo-nos também que memória guarda a Espanha democrática destes intelectuais de direita que, em larga medida, fundaram, legitimaram e sustentaram a ditadura de Franco. Sem cairmos na ingenuidade de ver neles apenas um grupo inspirado por uma bela ilusão, foi o seu contributo para a vida cultural espanhola durante a ditadura sincero e comprometido? Como evoluiu o seu pensamento e como acompanharam a própria evolução do regime até à Transição?

A história da intelectualidade em Espanha pode ser feita através dos jornais, púlpito privilegiado para a intervenção no espaço público e também repositório de relatos de antes que permitem hoje fazer uma espécie de reconstrução do passado. A imprensa é espelho da memória coletiva e contribui para construir ou destruir essa mesma memória (Cuesta, 2008). Deste modo, olhar hoje os textos publicados na imprensa pelos intelectuais de direita e de esquerda durante o período da Guerra Civil de Espanha, entendidos como memórias materiais (Zelizer, 1998), serve para sentir o pulso ao passado e compreender o modo como esse passado ajuda a configurar o presente.

Ler os textos da imprensa ajudará a entender os contornos da participação dos intelectuais do Grupo de Burgos na luta da Espanha nacional, qual o seu grau de comprometimento político, que espaço de liberdade haveria para o exercício da atividade intelectual. Por isso, quisemos refletir também sobre as dinâmicas de grupo e geracionais (a «corte literária de José Antonio», a geração de 36 e o grupo de Burgos).

Assim, a concretização desta proposta teve duas fases essenciais que correspondem, mais ou menos, às duas partes que constituem o presente livro. Uma primeira fase centrada no debate sobre a memória da Guerra Civil em Espanha; uma segunda fase, sobre a relação entre as vanguardas, o fascismo e os intelectuais. Como já aqui ficou dito, depois do estudo teórico, existiu uma terceira parte, fundamentalmente empírica, de recolha, organização e sistematização dos textos publicados por Gonzalo Torrente Ballester nos jornais *El Carbayón*, de Oviedo (1927-1928), *La Tierra*, de Madrid (1930-1931) e, em particular, nos órgãos de imprensa do Movimento (1937-1939).

Recorrendo aos estudos literários, à história, à sociologia, ao jornalismo e à ciência política, a metodologia utilizada foi a empírico-interpretativa, com o travejamento teórico dos estudos de cultura. Este ponto de partida crítico permite-nos apresentar uma análise nova, porque sai da contingência dos estudos literários e convoca novos horizontes críticos a partir de um diálogo e uma transgressão multidisciplinares (Gil, 2008a). Deste modo, a perspectiva dos estudos de cultura amplia as possibilidades de análise e as propostas de reflexão.

A maior parte da investigação teórica foi levada a cabo na Biblioteca de Humanidades da Universidade de Oviedo, que conta com um completo e atualíssimo acervo bibliográfico, nomeadamente nas áreas da história e da literatura, e com um reconhecido espólio de revistas culturais que podemos consultar. Tivemos também generoso e fundamental acesso ao espólio de Javier Torrente Malvido (1939-2005), com quem mantivéramos contactos iniciais e uma entrevista em sua casa no dia 1 de abril de 2005, que foram cruciais para a configuração do presente trabalho.

Esta é a leitura que nos propomos apresentar aqui e que consideramos crucial no sentido de contribuir para uma investigação menos apaixonada e mais rigorosa sobre o intelectual falangista e o seu papel na construção da memória da Guerra Civil e do franquismo. Não se trata de uma reabilitação dessas figuras que empreenderam caminhos próprios de expiação e reabilitação íntima e pública, mas da procura lúcida de conhecer melhor um determinado período e entender as razões dos protagonistas desse período. Este caminho fora iniciado por José Carlos Mainer e a sua *Falange y literatura* (1971). Entre outros trabalhos fundamentais, queremos realçar, também pela influência que teve na nossa própria investigação, a obra de Jordi Gracia (2008, 2007, 2006, 2004) que marcou inexoravelmente o novo olhar sobre a vida cultural durante o franquismo, as «raízes do presente», nas suas contingências pessoais e ideológicas.

Considerando, portanto, o estado da investigação, o nosso ponto de partida é o seguinte: qual era a situação da memória na Espanha de hoje? Como se cruzam as linhas da memória individual, coletiva, nacional, histórica e cultural na definição do presente? Que papel tiveram os intelectuais nacionais na (re)construção de Espanha depois da Guerra? Como se configura hoje o papel do intelectual falangista?

A Guerra Civil de Espanha nasce do fracasso da sublevação militar de 17/18 de julho de 1936 em Melilla e Marrocos, e termina oficialmente no dia 1 de abril de 1939. A República espanhola, proclamada em abril de 1931, vê-se praticamente sozinha na luta pela manutenção do regime legítimo e, após três anos de uma guerra cruelíssima, acaba por claudicar perante os inexoráveis avanços de um exército apoiado pela Alemanha nazi e pela Itália fascista, organizado, e profissional. Depois da morte dos generais Sanjurjo (1872-1936) e Mola (1887-1937), os líderes da sublevação militar, deixa de haver qualquer eventual oposição ao comando de Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), aquele que se tinha tornado em 1926 o mais jovem general do exército espanhol,<sup>4</sup> o ditador que governaria a Espanha durante quase quatro décadas, até à sua morte, por doença.

A ditadura franquista ergueu-se ideologicamente sobre a Falange Espanhola (FE), o partido de inspiração fascista, fundado em 1933 por José Antonio Primo de Rivera (1903-1936), filho mais velho do antigo ditador Miguel Primo de Rivera (1870-1930). A FE sofrerá a sua própria evolução interna e, em última análise, transformar-se-á num partido controlado por Franco e distante, portanto, dos pontos doutrinários definidos em vida de José Antonio. A crítica usa o adjetivo falangista frequentemente como sinónimo de fascista espanhol.

Como dizíamos, a memória (dita) histórica é um assunto omnipresente na Espanha de 2011 e 2012 e disso é espelho a imprensa diária. Independentemente da perspectiva e da interpretação dada aos factos, *i.e.*, imposta por decisão do governo socialista de Rodríguez Zapatero (2004-2011) ou resultado de uma reivindicação social há muito adiada, o que é certo é que se assistiu a uma viragem concreta relativa às políticas da memória que vão

---

<sup>4</sup> O mito criado à sua volta assegurava que era o mais jovem general europeu depois de Napoleão. Este e outros «factos» são negados pelo historiador Paul Preston em *El gran manipulador* (2008). Note-se que o debate histórico-editorial sobre a memória em Espanha é protagonizado por Preston e Pio Moa, com duas interpretações radicalmente opostas do passado.

esvaziando o consenso e quiçá a pertinência das disposições da lei de amnistia 46/1977 de 15 de outubro.<sup>5</sup>

O auto lavrado em 16 de outubro de 2008 pelo antigo juiz da Audiência Nacional, Baltasar Garzón, reconhece a competência dos tribunais para tratar as variadas denúncias relacionadas com mortes, torturas e desaparecimentos, durante a Guerra Civil e a ditadura franquista, no âmbito dos crimes contra a Humanidade, considerando, deste modo, que os crimes não estão abrangidos pela lei de amnistia. O auto do juiz Garzón contabiliza o número de desaparecidos entre 17 de julho de 1936 e dezembro de 1951 em 114 266 pessoas (cf. Garzón, 2008: 23).

75 anos após a Guerra Civil, 30 e muitos anos depois da que foi considerada a mais exemplar das transições democráticas, o olhar para trás hesita entre a urgência da paz e da conciliação, e a perplexidade dos factos: um ditador que morreu na cama e mais de cem mil pessoas ainda desaparecidas. Como dizíamos no início, o debate sobre o passado é também um debate sobre os seus protagonistas: individuais ou coletivos, públicos ou anónimos, heróis ou vítimas.

Embora nos dediquemos a um tema do passado, a nossa motivação chega-nos do presente e do compromisso de cidadania com que também encaramos o trabalho do investigador. Sem abdicar das nossas próprias circunstâncias, espirituais e intelectuais, ou das nossas pessoais convicções, a perspetiva que assumimos neste trabalho é a desse investigador, a quem cabe continuar sempre a cruzar fronteiras, procurando redesenhar mapas de leitura que contribuam para uma renovada compreensão do passado e para a construção do futuro.

---

<sup>5</sup> Veja-se também o Decreto-Lei de Amnistia 10/1976 de 30 de julho. Na Argentina, por exemplo, foram abolidas em 2005 as leis de «Obediencia Debida» e «Punto Final» que amnistiavam os crimes praticados por oficiais de patente inferior durante a ditadura (1976-1983), por terem sido consideradas inconstitucionais. A Argentina leva a cabo uma política de memória que inclui diversos museus, centros de documentação e ações reparatorias, existindo inclusivamente uma Secretaria dos Direitos Humanos, sob a alçada do Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. O Chile, país que celebrou em 2010 o seu bicentenário, inaugurou em janeiro desse ano o *Museo de la memoria y de los derechos humanos*, num edifício com 5000m<sup>2</sup> cujo lema é «Não podemos mudar o nosso passado. Resta-nos aprender do que vivemos. É esse o nosso desafio». A campanha presidencial de 2010 no Chile foi marcada pelo tema da memória da ditadura (1973-1990), tal como se pode ler numa das notícias publicadas pelo jornal *El País*, precisamente no dia seguinte ao da eleição do candidato de direita Sebastián Piñera que sucedeu a Michelle Bachelet como Presidente do Chile. (cf. Délano, 2010).

## **I - A memória, os tempos**



Detenerse en esos lugares de alguna luz no significa callar el terror, los fusilamientos y la verdad material de los muertos, sino fundar el futuro en el único lugar posible, el pasado real.

Jordi Gracia, 2004: 37

[...] La relación de los pueblos con su pasado es, en buena parte, determinante de su conducta presente. A algunos les cabe la suerte de que el período sometido a revisión sea inmediato, como a los alemanes, que con expresar su condenación del nazismo tienen de sobra para seguir viviendo. Pero el caso de los españoles es mucho más complejo. No se trata de nada inmediato, sino del pasado entero; y tampoco de aprobar o condenar en bloque, sino, ante todo, de establecer nuevas valoraciones, que no coincidirán con las tradicionales por mucho que nos pese. [...]

Gonzalo Torrente Ballester, 1997: 96

## I. (A) Memória dos homens

A noção de que, quando nascemos, carregamos a memória de um tempo antes do tempo, um tempo original antes de sermos, não é uma ideia nova. Mas a evidência científica atual levanta outras questões, como a da função a atribuir a essa memória. A vida pré-natal é o objeto de trabalho de alguns investigadores que concluíram que as experiências dos bebês durante a gestação ficam gravadas nas suas memórias e que esse período da vida intrauterina, vida antes da vida, é também o primeiro estágio da aprendizagem<sup>6</sup>. Existe um passado antes da existência.

Todo o ser humano é um ser de memória e, despojado dela, como o paciente de Alzheimer, o indivíduo perde a sua identidade e os familiares à sua volta sofrem também pelo choque que é entender que já não são reconhecidos. A memória implica o reconhecimento, a identificação, seja de uma pessoa, de um sucesso ou de um lugar. Enfim, o reconhecimento da pertença a um grupo e da posse de um património imaterial. E a memória não é só pretérito, é gerúndio, momento presente que se esvai incessantemente.

A omnisciência da mãe das musas, Mnemosine, é um trunfo sobre o tempo. Através das suas filhas, ela organiza «o passado, o presente e o futuro numa narrativa coerente» (Gil, 2004: 16). Assim, o trabalho das musas, o trabalho das artes, era cantar o tempo, numa tarefa de escolha e fixação da memória, que nascia do passado, mas lançava proféticas sementes no futuro. Trata-se do passado entendido como a origem do tudo e de todos, o significado primevo do ser. A ligação entre as artes e a memória é, então, recíproca e primordial: «[...] não só o trabalho da memória é uma forma de arte, mas todo o modelo artístico é ao mesmo tempo uma *ars memoriae* que se relaciona com o passado através da citação, cópia, apropriação, dissimulação ou recusa.» (*ibid.*)

Segundo Gil, o *boom* dos estudos de memória a que se assistiu nos últimos anos, trouxe a memória do campo da história para o campo mais amplo dos estudos de cultura, permitindo-se assim um frutífero olhar interdisciplinar. Esse *boom* pode ser comprovado pelos encontros científicos e

---

<sup>6</sup> Veja-se, por exemplo, os trabalhos do psiquiatra Thomas R. Verny, autor do livro *The secret life of the unborn child* (1981). O site da Association for Pre and Perinatal Psychology and Health tem também informação importante nesta área, <http://www.birthpsychology.com/>, consultado a 24 de março de 2011.

pelas publicações à volta do tema memória<sup>7</sup>, que proliferam também longe da única companhia de outrora: a história e a psicologia.

No seu fundamental estudo sobre as imagens da libertação dos campos de concentração nazis, *Remembering to forget* (1998), Barbie Zelizer defende que «muita da nossa capacidade de lembrar depende das imagens.» (Zelizer, 1998: 5). Esta capacidade para recordar é, essencialmente, uma característica coletiva, exercida individualmente por cada sujeito, não de forma isolada, mas em função da sua situação num determinado grupo, através de uma consciência comum do passado. As memórias coletivas não são assuntos sobre os quais pensamos, mas com os quais pensamos, que moldam e definem as nossas ações (cf. Geoffrey Hartman *apud* Zelizer, 1998: 3). Entendida como uma atividade coletiva, a memória configura-se como um jogo, um *puzzle* (Zelizer, 1998: 3), uma espécie de mosaico (*ibid.*: 4), que junta, que une, que congrega múltiplas dimensões da vida do grupo. Não sendo estáveis e estanques, nem racionais ou lineares, as memórias coletivas (Zelizer opta quase sempre pelo uso do plural) são imprevisíveis, aparecendo muitas vezes inesperadamente. Surgem frequentemente das cinzas de uma outra recordação, sobre a qual se ergue a nova memória (cf. *ibid.*: 3).

A autoridade da memória individual está relacionada com a autoridade do sujeito dessa memória e liga-se a questões que têm mais que ver com o protagonista do facto do que, por vezes, com a relevância da recordação. Pelo contrário, a autoridade das memórias coletivas aumenta com o passar do tempo, criando uma visão dominante. O passado é reelaborado, reorganizado, repensado, em função menos da exatidão ou da veracidade dos factos do que em função de questões de formação de identidade, poder, autoridade e filiação política (cf. *ibid.*: 3 e 4).

Por seu lado, o estudo das memórias coletivas está contaminado por uma série de questões não resolvidas e que têm sido postas nestes estudos:

---

<sup>7</sup> Saliento duas conferências de 2008: nos dias 17, 18 e 19 de novembro, o Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, organizou o colóquio internacional *Filologia, Memória, Esquecimento*. Na Universidade Católica, o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) acolheu nos dias 2 e 3 de dezembro a *I Conferência CECC em Cultura e Conflito*, subordinada ao tema *Conflict, Memory Transfers and the Reshaping of Europe*. Uma seleção dos textos apresentados nesta conferência foi publicada em Silva *et al.*, 2010.

Que memória? Que tipo de memória? Até que ponto completa ou autêntica? Outros centraram os seus esforços na atividade de lembrar: quem se lembra? Porque nos lembramos, como e com que recursos? A quem se deve a lembrança? Outros ainda têm-se dedicado ao estatuto da lembrança: como persiste o poder da memória ao longo do tempo? De que modo serve de prova a factos e acontecimentos do passado? De que modo comprova ou denega os acontecimentos lembrados? E a questão do valor probatório ganha ou perde relevância com a passagem do tempo? (Zelizer, 1998: 5)

Os problemas postos por Zelizer em 1998, apesar do seu e de outros contributos, continuam atuais e algumas destas questões são ainda pertinentes na hora da nossa investigação, aplicada ao caso espanhol e à específica memória da Guerra Civil de Espanha (1936-1939).

Antes de prosseguir, queremos lembrar a chamada de atenção de Todorov, que considera a memória demasiado importante para ser deixada à mercê do entusiasmo ou da cólera (Todorov, 2000: 15), não deve ser sacralizada nem banalizada (Todorov, 2002). Todorov recorda a posição de Primo Levi perante os agentes do mal: «nem perdão nem vingança, mas justiça.» (*ibid.*: 216).

Desde o trabalho seminal de Maurice Halbwachs (1877-1945),<sup>8</sup> *Les Cadres sociaux de la mémoire* (1925), e depois com a obra póstuma *La mémoire collective* (1950), a memória deixou de ser entendida como um fenómeno e uma qualidade exclusivamente individual e passou a ver-se num cenário alargado da comunidade: a memória coletiva, inserida num contexto social, de onde nasce a memória de cada um:

Diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda de acordo com o lugar que ocupamos e que esse mesmo lugar muda de acordo com as relações que estabelecemos com os outros lugares. (Halbwachs, 1950: 24)

A memória coletiva, por outro lado, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. (*ibid.*: 26).

---

<sup>8</sup> A memória da biblioteca nacional de França regista na ficha do autor, entre outras informações, a data e o contexto dessa morte: «**Mort** : 1945-03-16, Buchenwald (Allemagne). Mort pour la France». <http://catalogue.bnf.fr/servlet/autorite?ID=11906716&idNoeud=1.2&host=catalogue>. Consultado a 24 de março de 2011.

A memória individual não é uma entidade fechada (*ibid.*), mas está em permanente diálogo com a memória de outros indivíduos e com a memória coletiva.<sup>9</sup>

As investigações posteriores de Pierre Nora (1984) *Les lieux de mémoire* ou o importante texto de Michael Pollak (1989) «Memória, esquecimento, silêncio», só para citar dois exemplos, são devedores de Halbwachs. Também Ricoeur parte da leitura de Halbwachs para a sua proposta. Perante a questão de definir quem é o sujeito da memória, Ricoeur considera que «[...] a memória, definida pela presença do espírito de algo do passado e pela procura de uma tal presença, pode por princípio ser atribuída a todas as pessoas gramaticais: eu, ele/ela/nós, eles, etc.» (Ricoeur, 2000b: 734).

Segundo Ricoeur (2000a e 2000b), a história lida com o problema fundamental da representação do passado através de um pacto de leitura que permita aceitar o discurso histórico como verdadeiro.<sup>10</sup> Mas esse problema encontra-se já ao nível da memória e a história herda uma questão que se coloca anteriormente num plano da memória e do esquecimento (cf. Ricoeur, 2000b: 731). Uma das problemáticas presentes quando lidamos com as recordações é a da confiança, da certeza de que essas recordações são exatas. Ricoeur propõe um ato de confiança no momento da experiência do reconhecimento, que permitirá acreditar que se está perante uma representação real e não de uma ficção, de uma alucinação, se a imagem se adequa à coisa representada (*ibid.*: 733). Assim, para o filósofo, o que está em jogo é a fidelidade: «A fidelidade da memória à qual confrontaremos mais tarde o desejo de verdade histórica, numa interminável dialética.» (*ibid.*).

---

<sup>9</sup> Segundo Stéphane Michonneau, analisando a relação dos indivíduos com os monumentos e a toponímia de Barcelona, a memória (supostamente) coletiva não é mais do que uma longínqua quimera, uma metáfora, já que é sempre possível encontrar um barcelonês que não se identifique nem se reconheça nos símbolos escolhidos e impostos pelo município. (Michonneau, 2008: 52).

<sup>10</sup> Para Ricoeur, história e memória competem na representação do passado: «[...] À memória é reconhecida a vantagem do reconhecimento do passado como algo que foi e já não é; à história é atribuído o poder de alargar o olhar sobre o espaço e sobre o tempo, a força da crítica no campo do testemunho, a explicação e a compreensão, o domínio retórico do texto e, sobretudo, o exercício da equidade relativamente às reivindicações divergentes das memórias feridas e por vezes cegas em relação aos males alheios. Entre o voto de fidelidade da memória e o pacto de verdade em história, a ordem de prioridade é difícil de decidir. Apenas o leitor-cidadão tem o poder decisório no debate.» (Ricoeur, 200b: 747)

Pollak fala de memórias coletivas que podem ser tantas quantas as unidades que compõem a sociedade em que se integram, por um processo que designa de «trabalho de enquadramento»<sup>11</sup> na memória nacional dominante, aquela que o grupo nação adota. Por outro lado, existem as memórias subterrâneas, que estão ocultas pelo silêncio – e silêncio não significa esquecimento: «O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.» (Pollak, 1989: 5).<sup>12</sup>

Estas memórias subterrâneas, individuais, só afloram em momentos de crise. Fora do contexto de crise é necessário recorrer aos instrumentos de pesquisa da história oral para as recuperar. As memórias escondidas, que atravessam o tempo no silêncio, estão muitas vezes relacionadas com o trauma.<sup>13</sup>

Os sete volumes de *Les lieux de mémoire*, dirigidos por Pierre Nora, debruçam-se sobre o estudo da história de França. No entanto, a obra tornou-se incontornável nos estudos sobre a memória por, entre outros aspetos, ter introduzido o conceito fundamental de lugares de memória:

Esses lugares, era necessário entendê-los em toda a extensão do sentido da palavra, do mais material e concreto, como os monumentos aos mortos e os Arquivos nacionais, ao mais abstrato e intelectualmente construído, como a noção de linhagem, de geração, e até mesmo de região e de “homem-memória”. (Nora, 1984: VII)

Estes *lieux-carrefours* da memória são ponto de entroncamento de várias dimensões: historiográfica, etnográfica, psicológica, política, visto que « a memória é, efetivamente, mais forma do que conteúdo [...]». (*ibid.*: VII-VIII).

---

<sup>11</sup> Esta designação vai buscá-la a Henry Rousso (1985). «Vichy, le grand fosse» In: *Vingtième Siècle*, 5. Segundo Pollak, a noção de memória enquadrada é mais precisa que a memória coletiva.

<sup>12</sup> Michael Schudson reconhece que na maioria das discussões sobre a memória coletiva o esquecimento é aceite como mau e a lembrança como boa. Por outro lado, lembra também que nem toda a memória é laudatória. «Noutros casos, o esquecimento pode ser tão louvável como a lembrança. Pode ser libertador e um ato de perdão com o próprio e com os outros; esquecer pôde significar não ficar preso no passado. [...]» (Schudson, 1993: 5). Este ponto de vista é bem sistematizado por Aleida Assman (2010) nos seus quatro modelos para lidar com um passado traumático, de que falaremos adiante.

<sup>13</sup> Henry Rousso, afirma que «a história da memória tem sido quase sempre uma história das feridas abertas pela memória» (Rousso, 2002: 95)

Nora assinala que a memória não é contrária ao esquecimento, nem é o mesmo que a recordação: «[...] a memória [...] não se opõe ao esquecimento, que ela engloba, e não se identifica com a lembrança, que supõe.» (*ibid.*: VIII). Para Todorov [1995], é evidente que memória e esquecimento não se opõem: «Os dois termos para contrastar são a *supressão* (o esquecimento) e a *conservação*; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação de ambos.» (Todorov, 2000: 15-16).<sup>14</sup> E frequentemente impõe-se a pergunta acerca do que será preferível: esquecer ou lembrar? Todorov defende que, se lembrar não é um dever, o esquecimento é também um direito (cf. Todorov, 2002: 203 e ss.)

No texto introdutório do primeiro volume da coleção, Pierre Nora situa a memória no contexto do tempo que vivemos: mundialização, democratização, massificação, mediatização (cf. Nora, 1984: XVIII). Um tempo de aceleração que nos revela a evidência do afastamento da memória e da história. O historiador francês distingue-as por oposição: a história é passado reconstruído, sempre incompleto, sempre problemático. A história apela à análise e ao discurso críticos, a uma reflexão consciente. A história, na sua vocação universal, é pertença de todos e de ninguém, situada num contínuo temporal. Pelo contrário, a memória é propriedade de grupos ativos, mas vulneráveis perante as manipulações da lembrança e do esquecimento. A memória é a vida, vivida e em constante evolução; a memória é atual, situada num eterno presente, eternamente em construção. (cf. *ibid.*: XIX-XX)

Sendo distintas, memória e história não estão de costas voltadas e vivem uma interação que se constitui em jogo proveitoso, do qual resultam os lugares de memória:

O que os constitui é um jogo entre a memória e a história, uma interação dos dois fatores que conduz à sua sobredeterminação recíproca. No início, é necessário haver vontade de memória. Se esta prioridade for posta de lado, derivar-se-ia rapidamente de uma definição limitada, porém plena de potencialidades, para uma definição possível, mas inconsistente, capaz de admitir nessa categoria todo o objeto virtualmente digno de memória. [...] os lugares de memória são lugares de história. (*ibid.*: XXXV)

---

<sup>14</sup> A obra aqui citada na tradução espanhola, *Les Abus de la mémoire* (1995), é, segundo Todorov, o «primeiro germe» de *Mémoire du mal tentation du bien* (2000). Nessa obra mais recente, lê-se na tradução portuguesa: «Os dois termos dicotómicos são o **apagamento** (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação de ambos.» (Todorov, 2002: 153) – o sublinhado é nosso.

Os lugares de memória, restos do passado, o que sobrou de outrora, têm essa tripla dimensão material, funcional e simbólica: existem, possuem e revelam identidade e memória coletiva. Estes lugares não são de criação espontânea, mas sim uma construção da história, resultado e representação da evolução social. Beramendi e Baz assinalam porém o caráter efêmero da construção memorialística destes lugares, construídos<sup>15</sup> com esforço e empenho num determinado tempo, mas que duas ou três gerações mais tarde perdem muitas vezes essa condição: «[...] deixaram de ser «lugares de memória» para se transformarem em lugares de nada [...]»<sup>16</sup> (Beramendi e Baz, 2008: 16). Ou seja, os lugares de memória são contingentes, social e geograficamente, temporal e historicamente. Não há um valor absoluto e eterno, válido em todas as coordenadas, mas toda a memória está condicionada pelo contexto<sup>17</sup>.

As reflexões de Nora confirmam a tese de Halbwachs de que todos os grupos sociais têm a sua própria memória e que esta é sempre simultaneamente singular e coletiva (cf. Nora 1984: XIX). A diferença entre as posições de ambos os autores, ou aquilo que Nora avança em relação à proposta de Halbwachs, é bem explicitado por Stéphane Michonneau:

O facto de que exista uma oposição [entre ambas] faz com que, precisamente, a história possa escolher a memória como objeto de investigação. Sobre esta perspectiva, Nora abandona a predileção de Halbwachs pelas condições sociais da produção das recordações ou

---

<sup>15</sup> Michonneau utiliza o substantivo *taller*, oficina, para definir lugar de memória: «É o lugar onde se fomenta a memória, uma oficina onde se elabora uma determinada visão do passado.» (Michonneau, 2008: 46).

<sup>16</sup> Segundo os autores, este processo é responsável pela transformação da memória (efémera) em tradição, quando as lembranças deixam de ser transmitidas diretamente (*i.e.*, de pais para filhos e netos). (Beramendi e Baz, 2008: 16). Chamamos a atenção para a nota de rodapé de Josefina Cuesta sobre a diferença entre *lugares* e *depósitos* de memória, que se diferenciam dos primeiros precisamente por não sobreviverem à vontade de quem os criou: «Esta conceituação [de depósitos de memória] foi objeto de debate num Seminário dirigido por P. Nora [...] em 1986, onde o próprio Nora nos fez reparar nesta diferença e no facto de que não se incluíam no conceito definido por ele, pois não resistiam à prova do tempo. De aqui decorre a diferença que propomos, e não denominamos lugares de memória aqueles que não sobreviveram à vontade do seu criador, estes denominamo-los «depósitos de memória». (Cuesta, 2008: 188, n. 378).

<sup>17</sup> Sobre os lugares de memória alemães veja-se François e Schulze, 2005 e, no caso português, veja-se Carneiro, 2001.

pela influência do social sobre as lembranças individuais. Na obra de Nora fundamenta-se uma certa denúncia de uma memória essencialmente mentirosa e intrujona.<sup>18</sup> (Michonneau, 2008: 46).

Apesar do inestimável e crucial contributo de Nora para a diferenciação entre história e memória, as relações entre ambas continuam a ser objeto de discussão e de reflexão, procurando-se sempre aprofundar o conhecimento deste jogo de que fala o historiador.

Fernando Catroga vê o trabalho do historiador contemporâneo como uma tarefa renovada, que contempla hoje características consideradas próprias da memória e que «opera com uma perspetiva não contínua de tempo e reconhece a impossibilidade de se aceitar o vazio entre o sujeito-historiador e o seu objeto, o que matiza as pretensões à verdade total e definitiva [...]» (Catroga, 2001:40). Catroga considera que o historiador deve aceitar as relações entre história e memória como «indecisas» e «ambíguas» (*ibid.*: 65).

Memória e história olham o passado de forma diferente, mas complementar. Esta última vê um tempo terminado, rematado; para a primeira, o passado é pretérito, mas ainda existe – transformado e condicionado em função do momento – e influencia o presente. É precisamente esta a questão posta por Stéphane Michonneau (2008): «La memoria ¿objeto de la historia?». Apresentando o estudo do papel da memória na formação das identidades nacionais na Catalunha desde o séc. XIX até aos nossos dias, Michonneau mostra a memória como objeto de estudo e reequaciona o papel do historiador que enfrenta o novo desafio de fazer conciliar a sua função social com uma função científica, juntando a necessidade de memória aos contributos da história crítica (cf. Michonneau, 2008: 58).

## 2. Memória em Espanha, memórias de Espanha

A obra de Josefina Cuesta (2008), *La odisea de la memoria* é uma homérica aventura pelos traços da memória histórica na Espanha do século XX, desde a II República até à Transição e à atualidade. Antes das duas partes correspondentes à Ditadura – «Memorias bajo una dictadura» – e à Democracia –

---

<sup>18</sup> Ibáñez Fanés escreve um capítulo sobre a memória *usurera*, usurária. (cf. 2009: 65-86).

«Memorias para la democracia», Cuesta debruça-se sobre as questões de delimitação teórica, articulando os conceitos de memória e história, numa primeira parte intitulada «Memoria e historia, relaciones: ¿Falsas amistades?»

Encarando-a como novo campo historiográfico, Cuesta faz o mapa genético da memória enquanto objeto de estudo autónomo, evidenciando as diferenças apontadas por Halbwachs, os contributos de Nora e de Ricoeur,<sup>19</sup> entre outros. Parece hoje claro que memória e história são dois assuntos distintos, dois campos de estudo autónomos, mas nem por isso independentes. Entre ambos, estabelece-se uma produtiva articulação em permanente construção, mas já sem retorno naquilo que de avanço epistemológico esta diferenciação significa. Não sendo história, a memória é a sua fonte, é a matéria-prima de que fala Le Goff.

Segundo a autora, «a memória está na moda»<sup>20</sup> (cf. Cuesta, 2008: 51) e a designação de lugares de memória cunhada por Nora é um dos conceitos de maior êxito. O difícil campo da história da memória é resultado dessa tendência e centrou-se em acontecimentos singulares e especialmente traumáticos como as guerras mundiais e os regimes fascistas, assim como nas ditaduras latino-americanas e no *apartheid* sul-africano. Centrou-se igualmente em particular sobre as memórias dos grupos (cf. *ibid.*: 60 e 61). Estas opções da parte dos historiadores representam também uma declaração de posicionamento de grupo em relação à memória coletiva. A autora reconcilia e redefine as relações entre história e memória do tempo presente, a partir do papel que os historiadores contemporâneos podem assumir na tarefa de evitar algumas patologias de uma memória muitas vezes cega:

[...] se admitimos que a história dos historiadores não é mais do que um dos modos de expressão da memória coletiva, a sua produção historiográfica pode também ter sido uma manifestação dessa memória coletiva. atualmente estreitou-se a ligação entre história e memória; sem este vínculo à história contemporânea ou do tempo presente seria pouco mais do que puro exotismo, visto que ficaria reduzida à pura exterioridade. [...]

A história da memória é, de facto, um imperativo, uma exigência social [...]. (*ibid.*: 61)

<sup>19</sup> Sobre este assunto veja-se *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (Ricoeur, 2000a) ou o artigo do mesmo ano «L'écriture de l'histoire et la représentation du passé» (Ricoeur, 2000b).

<sup>20</sup> Diane F. Britton fala do *enamoramento* dos americanos pelo seu passado, num artigo sobre o modo como os americanos se veem como sociedade. (cf. Britton, 1998).

O rastrear dessa história permitirá entender os caminhos percorridos pela memória da Guerra Civil desde o primeiro franquismo até à atualidade.

No seu já clássico trabalho de 1996, *Memoria y olvido de la Guerra Civil española*, Paloma Aguilar debruçava-se sobre o papel da memória e do esquecimento da Guerra Civil no processo de reconciliação e democratização espanhola, depois de analisar o modo como a ditadura franquista lidou com esse passado e geriu a memória da contenda.

Aguilar distinguia também memória e história, diferenciando aquilo que é passado daquilo que é história. O passado selecionado naturalmente pelo presente é o que mais vai influenciar esse presente, independentemente da sua relevância do ponto de vista puramente historiográfico.

A memória coletiva de um país não contém todos e cada um dos episódios passados vividos por esse país. [...] não é um «qualquer» passado que é relevante para «qualquer» presente. [...] Poderíamos dizer que a memória histórica de uma nação é aquela parte do passado que, devido a uma conjuntura concreta, tem capacidade de influenciar o presente, tanto em sentido positivo (exemplo a seguir), como em sentido negativo (contraexemplo, situação repulsiva que há que evitar). (Aguilar, 1996: 35-36)

Para a autora, a memória e a aprendizagem estão intimamente ligadas entre si, já que as lições do passado só podem ser aprendidas se existe uma capacidade mnemónica desse pretérito. Os estudos originais da psicologia podem hoje aplicar-se não só ao indivíduo como também ao grupo, num sentido mais amplo. Falamos, assim, de um passado coletivo e de uma memória igualmente coletiva. Mas quando nos referimos a memória coletiva, naquilo que o grupo recorda como seu património mental e material, temos que ter em conta da mesma forma o lado oculto da moeda: o esquecimento. «A memória coletiva dos países é essencial, já que as identidades nacionais se constroem tanto sobre tradições e lembranças, mais ou menos inventadas, como de esquecimentos, mais ou menos genuínos.» (*ibid.*: 24). O esquecimento é tão importante como a memória (*ibid.*: 43) e o silêncio, tal como vimos com Pollak, pode guardar vozes sonoras e vibrantes que esperam apenas o momento de se fazerem ouvir.<sup>21</sup> Para Aguilar, «a amnésia

---

<sup>21</sup> Numa ampla análise diacrónica, David Lowenthal (1985) estudou o modo como o passado é convocado para o presente através de objetos diferentes mas

pode desempenhar uma função equivalente ao perdão» (*ibid.*: 47) e por isso a amnésia da Guerra Civil imposta durante a Transição funcionou como amnistia pelos excessos cometidos por ambos os lados. Mais adiante, veremos como Aleida Assman (2010) reflete sobre esta situação, considerada no contexto da sua proposta de modelos para lidar com a memória de um passado traumático.

Já Santos Juliá relaciona amnistia e amnésia de modo distinto: «[...] a primeira exige falar do passado, tê-lo presente, um falar [...] de reconciliação [...]; a segunda, a amnésia, cala o passado, é muda, não fala, não diz nada.» (Juliá, 2003: 17). Juliá distingue a presença da memória da Guerra Civil na sociedade e na política desde a Transição até à atualidade, insistindo, ao longo de «Echar al olvido. Memoria y amnistía en la transición», na imensa produção académica e intelectual (em monografias, mas também nos *media*) sobre a Guerra Civil e o franquismo:

O singular e talvez irrepetível da transição para a democracia em Espanha consistiu em excluir o passado de guerra e ditadura do debate político sem por isso estender sobre esse passado um manto de silêncio; antes pelo contrário: investigando-o e publicando-o até ao último detalhe. (*ibid.*: 24).

O ensaio citado desenvolve-se a partir do reconhecimento das relações de «memória com esquecimento, de amnistia com amnésia e, em estratos mais profundos, do acontecimento com o seu significado.» (*ibid.*: 15). A partir destas considerações, Santos Juliá trata do papel desempenhado pela memória e pelo esquecimento durante a Transição. Segundo o autor, há uma diferença fundamental entre cair no esquecimento, i.e., a ação involuntária de não mais se lembrar de algo; e atirar para o esquecimento, voluntariamente, algo que se pretende apagar da memória porque se tem consciência da sua presença como recordação marcante.

Em *Memoria y olvido de la Guerra Civil Española*, Paloma Aguilar utiliza indistintamente os termos «memória coletiva», «histórica» e «social»<sup>22</sup>

---

concretos. Salientando a obsessão nostálgica identificável na cultura ocidental, o autor fala na relação, por vezes de fascínio, por vezes de estranheza (que pode levar o sujeito a preferir esquecer), dos indivíduos com o seu passado.

<sup>22</sup> Marie-Claire Lavabre, citada por Stéphane Michonneau, distingue três dimensões da memória: a memória histórica, que a autora considera ser a instrumentalização do passado a partir do presente; a memória coletiva, que é o vivido e o recordado por

devido às características identificadas pela autora: «o caráter global (social ou coletivo) da mesma, e o seu conteúdo histórico (é a memória que uma comunidade tem da sua própria história).» (cf. Aguilar, 1996: 31-32).<sup>23</sup>

Em 2008, a cientista política reeditou a obra que vimos citando, revista, ampliada e atualizada, sob o título de *Políticas de la memoria y memorias de la política*<sup>24</sup> e vai mais longe na explicitação dos conceitos básicos da sua investigação. Aqui, ainda que reconhecendo a fragilidade da fronteira, Aguilar distingue memória coletiva de memória histórica, a partir do facto de os acontecimentos a que a memória se refere terem sido ou não vividos pelos sujeitos. A memória histórica, partilhada pela maioria dos membros de um grupo, é uma espécie de evolução da memória coletiva ou social. Com o aumentar da distância temporal em relação ao acontecimento passado, aumenta a distância e por vezes a relação testemunhal dos indivíduos com esse passado. O grupo deixa de partilhar uma recordação e passa a partilhar uma interpretação, que pode funcionar do mesmo modo que uma lembrança. Na verdade, com exceção da memória individual, tratamos de um uso metafórico do termo «memória», já que estamos sempre perante uma interpretação e não uma lembrança do passado (cf. Aguilar, 2008a: 64).

Para Aguilar,

[...] existem memórias individuais (as das testemunhas e participantes dos factos), memórias institucionais ou oficiais (as impulsionadas mediante políticas da memória, que podem vir a ser dominantes e tendem a ocupar um lugar privilegiado no âmbito público) e memórias coletivas ou sociais (nas quais os membros de um determinado grupo vão construindo relatos comuns sobre o passado, partindo do intercâmbio entre as memórias individuais e a informação acumulada sobre o facto em causa.). (cf. Aguilar, 2008a: 63-64)

---

todos individualmente, sem chegar a ser a soma de todas essas vivências individuais; a memória comum, meras recordações vividas e partilhadas no presente, que são a matéria-prima da memória coletiva. (Lavabre, 1992, *apud* Michonneau, 2008: 47).

<sup>23</sup> Na entrada «Memoria histórica» do *Diccionario político y social del siglo XX español* (2008b), Aguilar precisa que, no caso de Espanha, o sintagma se aplica por vezes com um caráter reivindicativo, relacionando-se em especial com a Guerra Civil e o franquismo. (cf. Aguilar, 2008b: 769).

<sup>24</sup> Na citação de Aguilar, 1996 e Aguilar, 2008, optamos pelo texto mais antigo, nos casos em que o texto se repete na obra mais recente.

Os relatos coletivos que obtenham maior consenso poderão tornar-se memórias hegemônicas, competindo até com as institucionais. À medida que as testemunhas forem desaparecendo, a memória coletiva, tal como vimos, transformar-se-á em histórica.

Nesta renovada reflexão sobre a memória da Guerra Civil e do franquismo na Espanha democrática, a autora trata de estudar os emissores e os recetores de memória. Entre os primeiros, encontramos, entre outros, as autoridades públicas, líderes de opinião, partidos políticos, grupos organizados da sociedade civil. Embora não estejamos num âmbito exclusivamente oficial, trata-se sempre de iniciativas de caráter público. Relativamente aos segundos, os recetores, Aguilar refere-se aos indivíduos, «que alguns denominaram «audiências»» (*ibid.*: 53), e em particular às suas memórias «que têm um claro conteúdo político e cuja importância transcende o âmbito pessoal.» (*ibid.*: 54).

Segundo Paloma Aguilar,

Políticas da memória são todas as iniciativas de caráter público (não necessariamente político) destinadas a difundir ou consolidar uma determinada interpretação de algum acontecimento do passado de grande relevância para determinados grupos sociais ou políticos, ou para todo um país. (*ibid.*: 53)

Estas considerações vão no mesmo sentido do entendimento de Beramendi e Baz, para quem as políticas da memória constituem o conjunto de ações programadas oficialmente para fazer aceitar uma determinada versão da memória. As ações executadas dentro de um programa de políticas de memória tornam-se com o tempo parte de uma tradição (cf. Beramendi e Baz, 2008: 16).

Já Stéphane Michonneau considera que a expressão «política de memória» se refere não a programas de memória concretos assumidos por determinados grupos, mas sim aos conflitos permanentes que se desenrolam entre os diversos grupos sociais, que definem quotidianamente o seu passado comum, sem um guia programático (Michonneau, 2008: 51-52).

A memória já não deve ser apenas entendida como instrumentalização do passado no presente (Nora, 1984), pois a sociedade não é uma massa amorfa que não reage àquilo que um nível oficial lhe oferece. Pelo contrário, ainda que o(s) Estado(s) tenha(m) manipulado a memória como um instrumento de poder e de domínio, a sociedade não se confinou ao papel

de recetora passiva dessa mensagem, agindo, de forma mais ou menos livre e mais ou menos consciente, na formação da memória.

A utilização legítima da memória depende do propósito com que é usada. Mais do que um simples relato do passado, ela será posta ao serviço de uma razão comum, uma causa justa e boa. Como os regimes totalitários, também a democracia usa a memória com fins de proveito próprio e nem sempre com resultados convenientes. Mas os erros da democracia não são irremediáveis nem põem em causa a dignidade do indivíduo.

Todorov fala dos abusos da memória, num breve texto apresentado em 1992 em Bruxelas no congresso sobre história e memória dos crimes e genocídios nazis. Para o autor, existe uma diferença entre a recuperação e a utilização do passado. O autor pergunta-se se existe um modo de distinguir as boas e as más utilizações da memória, preocupação que mantemos na análise quotidiana dos resultados – bons ou maus – dos atos praticados em nome dessa memória. No entanto, segundo Todorov, essa crítica dos usos da memória é mais bem fundamentada analisando as formas de reminiscência: «O acontecimento recuperado pode ser lido de forma *literal* ou de maneira *exemplar*.» (Todorov, 2000: 30). Do exemplo podemos extrair uma lição,<sup>25</sup> transformando o passado em princípio de ação para o presente. Dir-se-á, então, segundo Todorov, que «[...] a memória literal, sobretudo se é levada ao extremo, comporta riscos, enquanto a memória exemplar é potencialmente libertadora» (Todorov, 2000: 31), porque se relaciona com a justiça que é ela própria um dever indissociável do dever de memória.<sup>26</sup> Mas Jordi Ibáñez alerta para o facto de que

---

<sup>25</sup> Sobre a relação entre memória e aprendizagem veja-se Paloma Aguilar (1996, 2008).

<sup>26</sup> Num fórum realizado em 1998, promovido pela Academia Universal das Culturas (Paris), Ricoeur substitui a expressão «dever de memória» por «trabalho de memória» e justifica-o com duas razões. Primeiro, porque considera que a expressão «dever de memória» sofre de um certo desgaste e porque tem a convicção de que o conteúdo desse dever radica num trabalho. Em segundo lugar, Ricoeur defende que a expressão «trabalho de memória», que vem de Freud, permite um melhor entendimento das dificuldades e a reticência em recordar. Os dois inimigos do «trabalho de memória» são o esquecimento e todas as formas de resistência. Finalmente, Ricoeur aponta um meio de salvação da expressão, apresentando uma questão: «Qual é afinal o dever de memória?». Continuar a narração, *i.e.*, o aspeto *transgeracional* da memória. (cf. Barret-Ducrocq, 2002: 64-65). Num artigo posterior, o filósofo avisa para não se cair na armadilha (*piège*) do dever de memória. O nome «dever» pretende impor-se onde não há senão uma «exortação» dentro do contexto da filiação: «tu contarás ao teu filho...». (cf. Ricoeur, 2000b: 735-736). Richard Wolin considera que a preocupação de Ricoeur com o passado pode

«[...] *todo* o desejo de justiça pode tornar a memória injusta.» (Ibáñez Fanés, 2009: 340).

A vida do passado identifica-se no presente através de marcas mnésicas, espirituais, e de marcas materiais, factos concretos, palpáveis, (cf. Todorov, 2002: 146), com textura, tal como refere Zelizer. Trazer o passado para o presente é uma tarefa concreta. Independentemente das políticas de memória levadas a cabo pelos governos, olhar o passado implica, na proposta de Todorov (2002), etapas distintas, mas que não são independentes ou sequenciais. O apuramento dos factos, e consequente diferenciação entre realidade e mito, efabulação; a construção do sentido, a interpretação dos factos anteriormente estabelecidos, com vista à compreensão do passado; e a servência, que designa a instrumentalização do passado em função de objetivos concretos. «Depois de ter sido *reconhecido* e *interpretado*, o passado será então *utilizado*.» (*ibid.*: 153).

Assim, o papel que o presente desempenha na organização do passado é fundamental.<sup>27</sup> Os presentistas<sup>28</sup> defendem que o tempo presente, desde onde se olha o passado, modifica, selecciona, e inclusivamente participa nesse passado.

---

estar ligada a uma reavaliação pessoal da sua própria história e das suas convicções pró-Vichy: «Quando vamos em busca da Memória, da História ou do Esquecimento, sentimos que existe algo de intrinsecamente pessoal em jogo. Questionamo-nos se a obsessão de Ricoeur pelo passado e se as escolhas difíceis inerentes a qualquer processo de reconciliação com o passado não serão um reflexo velado do nosso percurso autobiográfico. Encontramos pistas deste plano dissimulado em “Crítica e Convicção”, uma série de entrevistas surgida em 1995. Referindo-se ao desonroso colapso militar francês de junho de 1940, Ricoeur admite: “Creio que as posições políticas que assumi nessa altura estavam erradas e seriam mesmo culpáveis.”» (Wolin, 2005).

<sup>27</sup> Para Pollak, o papel do presente na definição do passado é inexorável: «[...] a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas, remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado.» (Pollak, 1989: 6). O trabalho de enquadramento da memória «reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro» (*ibid.*: 11). Todorov considera fundamental a existência de um passado ao serviço do presente, assim como a existência de uma memória (e um esquecimento) ao serviço da justiça. (cf. Todorov, 2000: 59).

<sup>28</sup> Aguilar (2008) inclui neste grupo Halbwachs, Lowenthal (1985), Lummis (1987), Hobsbawm e Ranger (1987), Nerone (1989), Fentress e Wickman, e ainda Schudson (1989, 1992), Schwartz (1982, 1991) e Booth (1999) (cf. Aguilar, 2008: 60, n. 54).

[...] a memória inclui sempre elementos do presente. [...] [C]ada vez que se evoca uma lembrança, esta tem que passar através dos filtros do presente (Aguilar, 1996: 39)

A memória não recorda as coisas tal como foram, mas é uma reconstrução do passado desde o presente que modula, recria, esquece e interpreta, de diversos modos, o passado. (*ibid.*: 42)

No entanto, a autora propõe uma terceira via que chama de «relativista». Segundo Aguilar, «a preeminência do passado sobre o presente ou *viceversa* depende, muitas vezes, do contexto histórico específico e [...], de qualquer modo, passado e presente influenciam-se mutuamente.» (*ibid.*: 56).

Não se trata neste nosso trabalho de insistir em posições teóricas que parecem hoje mais ou menos consensuais: a história e a memória são objetos/disciplinas separadas, mas em permanente dialética. Pode a memória desligar-se da história e entregar-se nas mãos inter e transdisciplinares dos estudos de cultura, lançando-se deste modo numa renovada procura dos vestígios do passado que ambas – história e memória – querem convocar e representar.

À margem da definição proposta pela jovem tradição académica fundamentalmente sediada do lado da ciência política e da historiografia, o debate público sobre a chamada *Ley de memoria histórica*,<sup>29</sup> desenrolado nos e pelos *media* espanhóis nos últimos quatro a cinco anos em particular, mostra como o passado recente levanta questões de identidade, de posse e de pertença (mental, ideológica e afetiva). A sociedade civil e a elite intelectual participam empenhadamente na interpretação dos textos e dos factos do passado, vistos como uma espécie de relíquias, no sentido de Lowenthal (1985), que podem ser esquecidos ou recuperados. Os lugares de memória (Nora, 1984), revisitados, não são apenas materiais e palpáveis, mas muitas vezes lugares mentais, bens incorpóreos, nem por isso menos concretos: uma efeméride, uma expressão, uma evocação, um nome próprio. Assim, o olhar sobre a memória da Guerra Civil de Espanha não deve deter-se no quadro da memória histórica, mas avançar um passo na direção

---

<sup>29</sup> Na verdade, a lei é incorretamente chamada assim. Tal como vimos na introdução, o projeto de lei apresentado pelo Governo socialista de Zapatero em julho de 2006 ostenta um longo título (vd. *supra* nota 2). Aguilar (2008) refere-se à lei como *Ley de reparación*. Assman assinala a promulgação da lei como o momento em que o pacto de esquecimento chegou a um «abrupt end» (A. Assman, 2010: 11).

da memória cultural. Mais do que aos dados históricos da questão, importa agora dar relevância à(s) narrativa(s) produzida(s) por um debate também produtor, como vimos, de novos objetos culturais, fruto muitas vezes de uma espécie recriação dos objetos de sempre a partir das novas perspectivas.<sup>30</sup>

Mais, consideramos que, no caso de Espanha, devemos olhar o próprio conceito de memória histórica<sup>31</sup> como um conceito cultural, ele já, nas suas contradições e polémicas, património linguístico e ao mesmo tempo memorialístico da cultura espanhola.

A passagem dos 70 anos da Guerra Civil tem sido um longo e redondo aniversário, celebrado sob o enquadramento da memória histórica. No nosso entender, neste sintagma, o adjetivo «histórica» refere-se não ao campo de estudos que define o conceito, mas ao facto de estarmos perante a memória da história de um Estado, do seu passado. Os indivíduos interiorizam, e sentem como próprios, experiências e sentimentos herdados dos seus pais. Este conceito, também tem sido apresentado como sinónimo de memória nacional.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Pensamos, por exemplo, na polémica suscitada pelo artigo 15.º da Lei 52/2007 de 26 de dezembro, que dispõe a retirada dos símbolos e monumentos públicos do franquismo, considerando a aplicação de sanções aos proprietários que não cumpram a lei neste aspeto. Foram muito mediáticas as ações de retirada nomeadamente de estátuas de Franco. As estátuas e outros símbolos e monumentos, muitos deles esvaziados de significado nos contextos arquitectónicos do quotidiano, são hoje vistos duplamente como narrativas grotescas e anacrónicas do trauma, por uns, ou como marcas naturais do passado, sem vestígios traumáticos, para outros.

<sup>31</sup> Em Espanha, as posições face à memória histórica têm eminentes consequências na sociedade com a mobilização concreta, e não só retórica, de cidadãos que se organizam em associações motivadas pelo debate. São exemplos de dois pontos de vista distintos a Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica (criada em 2000) e o Foro por la Memoria (2002). Do lado da ação governamental, salientamos também: a criação, em Salamanca, do *Centro Documental de la Memoria Histórica* (2005), que inclui os fundos do *Archivo General de la Guerra Civil Española*, e a declaração por lei, do ano de 2006 como *Año de la Memoria Histórica*. Estes exemplos que, naturalmente, não expressam a opinião unânime dos partidos e dos cidadãos, mostram ainda assim uma sociedade e os seus governos empenhados agentes do conflito político (no seu sentido de produtor de resultados e avanços). A recente mudança política com o Governo do Partido Popular de Mariano Rajoy (Dez. 2011) poderá trazer também outras mudanças para o debate.

<sup>32</sup> As memórias nacionais não são dialógicas, mas monológicas. Elas constroem-se em sentido eufórico, de autopromoção, procurando a celebração de uma imagem coletiva positiva (A. Assman, 2010: 17)

Do mesmo modo que a lealdade à nação se forma a partir da adesão sentimental de uma «comunidade imaginada» (Anderson, 1983),<sup>33</sup> os acontecimentos considerados relevantes para a vida do grupo são permanentemente adaptados às necessidades presentes do grupo em cada ato de rememoração. (Aguilar, 2008: 52)

Neste sentido, Jan Assman refere-se a uma memória que une, uma *bonding memory* (J. Assman, 2006: 5). O autor considera possível uma análise conciliadora dos diferentes estudos sobre a memória feitos por distintos investigadores, mas propõe um passo à frente, o mais à frente possível do ponto de partida:

[...] A memória cultural, ao contrário da memória comunicativa, abrange o que é ancestral, o que é invulgar e o que foi rejeitado; ao contrário da memória coletiva, que nos une, abrange tudo aquilo que não é instrumentalizável, herético, subversivo e renegado. Com o conceito de memória cultural atingimos a máxima distância do nosso ponto de partida: a memória individual e os seus fatores condicionantes neurais e sociais. [...] (J. Assman, 2006: 27 / 2004: 41)

A memória cultural, tal como a entende J. Assman, é sistematizada em sinais, símbolos, imagens, textos e rituais, isto é, através da escrita entendida em sentido lato (cf. J. Assman, 2006: 95). Assman distingue duas maneiras de lembrar: a memória episódica, que advém da experiência, e a memória semântica, que advém da aprendizagem (*ibid*: 2). A memória cultural supera a memória experiencial, que o autor denomina «comunicativa», e ultrapassa as gerações. Assim, não é uma memória enraizada no quotidiano e prevalece no tempo de forma mais permanente do que a memória comunicativa. A memória cultural está relacionada com a própria identidade do grupo a que pertence, de que deriva e que representa. Orienta-se a partir de pontos fixos do passado, que se consolida em figuras simbólicas. A memória cultural comporta em si mesma algo de sagrado; o que lhe importa não são os factos da história, mas sim a história que se recorda. Pelo ato de recordar a história fatural transforma-se em memória e em mito, o que lhe confere uma dimensão de verdade, de poder normativo e formativo (cf. J. Assman, 2007: 52).

---

<sup>33</sup> Aguilar refere-se à obra de Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. (Cf. Anderson, 1996)

É também neste sentido de sagrado e de mito que consideramos que a memória da Guerra Civil é hoje em Espanha uma memória cultural. Este facto não lhe retira a inseparável dimensão histórica que sempre é a sua, mas acrescenta-lhe um plano de reflexão e uma consciência identitária que de outra forma não teria. Podemos encontrar nas memórias da Guerra Civil a dimensão de cerimonial e de celebração (*Fest*), por oposição ao quotidiano (*Alltag*). (cf. *ibid.*: 53), de que fala J. Assman. A memória da Guerra em Espanha também tem os seus especiais «portadores» de memória (*spezielle Träger*) (*ibid.*: 54), professores, artistas, escritores, sábios... O que observamos da realidade atualmente, partindo daquilo de que falámos até aqui e daquilo que podemos antecipar, é que existem dois grupos com duas narrativas do passado, que se concretizam em textos diferentes. Um texto herdado dos vencedores da guerra, outro fundado no trauma dessa guerra.

### 3. Trauma e Memória(s) da guerra

Aleida Assman (2010) sistematiza quatro modelos para lidar com um passado traumático: esquecimento dialético, ou o pacto de silêncio; recordar para não esquecer, recordar para poder esquecer e lembrança dialética. O quarto modelo de Assman é uma proposta para ser aplicada entre Estados, ou entre grupos dentro de um Estado. A lembrança dialética, *dialogic remembering*, transformará um passado traumático no reconhecimento da culpa. Para a autora, a União Europeia fornece o enquadramento ideal para esta alternativa para lidar com uma história traumática, num diálogo que perspetive o futuro.

Os outros três modelos enunciados por A. Assman resultam da análise da realidade. O primeiro modelo, o esquecimento dialético, *dialogic forgetting*, é talvez o mais antigo. O esquecimento serviu como recurso pragmático que as sociedades usaram para poder prosseguir o seu curso depois de um acontecimento traumático: «[...] o silêncio dialógico autoimposto é um modelo de paz que nasce da vontade e do acordo de duas partes, entre as quais houve um conflito violento, para manter ao largo um passado explosivo. [...]». (A. Assman, 2010: 10). Segundo a autora, esta estratégia de esquecimento anda muitas vezes aliada a uma amnistia que permita enterar os ódios passados e alcançar um novo equilíbrio social.

A. Assman considera o caso da Guerra Civil de Espanha um exemplo complexo desta situação. Para a autora, porém, a fórmula «amnésia e amnistia» funcionou apenas para o lado franquista, devido a uma situação que

denomina de memória assimétrica, dado a prevalência da narrativa dos vencedores. Aleida Assman vai mais longe e considera o *pacto del olvido* da Transição como um pacto unilateral. Naturalmente, essa é a visão assumida pelos herdeiros da memória republicana da Guerra e da ditadura, e que agora reclamam justiça para os crimes do franquismo. Mais, diz que a lei 52/2007 introduz a versão republicana da Guerra Civil. Estes aspetos são realmente os que mais polémica têm suscitado em Espanha, precisamente porque há uma importante parte da sociedade, representada politicamente pelos partidos conservadores, encabeçados pelo Partido Popular, que não se revê naquilo que consideram ser um extemporâneo debate sobre o passado. E não se trata de um confronto rígido entre ex-franquistas e ex-republicanos. Muitos opositores do franquismo estavam, 70 anos depois do final da Guerra, confortáveis com as opções de 1975-1978. Por outro lado, talvez também seja injusto concluir hoje que os pactos da Transição foram uma imposição unilateral, considerando inclusivamente o temperamento político e moral dos protagonistas. Disso são prova, por exemplo, os testemunhos apresentados num importantíssimo encontro luso-espanhol, organizado pelas fundações BBV e Mário Soares, realizado em 1998 na Torre do Tombo, em Lisboa. Além dos protagonistas portugueses e de uma reflexão histórica e jurídica sobre a Transição, nele intervieram, na qualidade de «protagonistas espanhóis», entre outros, o histórico líder do Partido Comunista espanhol, Santiago Carrillo,<sup>34</sup> Gregorio Monreal, fundador do Partido Nacionalista Basco, ou o antigo secretário-geral da UGT, Nicolás Redondo. Pelas intervenções de 1998, parecia que a esquerda (ou pelo menos estes seus representantes) estava realmente pacificada com o caráter negociado da Transição.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Sobre a Transição disse na altura Santiago Carrillo: «[...] o que distingue essa transição de outras é que foi fruto de um encontro, um acordo, um consenso entre o que era a oposição democrática e o que eram os chamados reformistas do Movimento Nacional.

Penso que é um momento realmente único na história do nosso país esse encontro que permite passar sem grandes perturbações da ditadura à democracia, que permite, também, começar a superar a história das duas Espanhas. [...]

[...] [A transição] Não foi nem obra dos franquistas ilustrados nem uma revolução popular. Foi, repito, um grande acordo nacional [...]. » (Herrero de Miñón, 1999: 47).

<sup>35</sup> Ainda que o ex primeiro-ministro Felipe González, também participante do referido encontro, já alertasse então para existência de algumas questões fraturantes: «[...] Em Portugal há uma data e um símbolo da mudança. Em Espanha ninguém sabe dizer quando começa a transição. Mais, com o enredo que temos agora, ninguém sabe

No entanto, o que é óbvio constatar é que, independentemente dos propósitos que presidiram à posição tomada por cada um dos atores políticos da Transição, essa intenção conciliadora não funcionou definitivamente, talvez precisamente pelas razões que enuncia Aleida Assman: silêncio dialógico é um remédio mas não é a cura, porque não funciona em situações assimétricas em que há claramente um perpetrador mais forte perante vítimas.

Para concluir a proposta de Aleida Assman depois deste excursão sobre o caso específico das memórias da Guerra Civil de Espanha, falta-nos referir o segundo e o terceiro modelo. O segundo modelo, *remembering in order to prevent forgetting*, recordar para não esquecer, é oposto do primeiro e entende a lembrança como uma forma consciente de combater o esquecimento a todo o custo, tal como sucedeu na Europa com a memória do Holocausto que, depois de um período de latência, reemergiu e se impôs como um desígnio. Para uma determinada comunidade, lembrar tornou-se não só uma solução terapêutica para lidar com o trauma, como também uma obrigação moral para com as vítimas. O terceiro modelo, recordar para poder esquecer, *remembering in order to forget*, encara o ato de recordar não como um modo de olhar o passado, mas como uma maneira de perspetivar o futuro, para poder ir mais além e deixar esse passado para trás, construindo um recomeço. Assim, esta política de memória não se baseia numa oposição entre lembrar e esquecer, mas sim numa aliança entre essas duas facetas do processo memorialístico. Tal como o sacramento católico da confissão, lembrar é o primeiro e indispensável passo para esquecer e recomeçar.

Na sua dimensão não política, lembrar é um processo absorvente, que exige do sujeito (individual ou coletivo) uma entrega que pode ser feliz ou dolorosa, mas que é sempre esgotante, pelo que pede àquele que recorda. Recordar é obrigação moral, exigência terapêutica, ação involuntária, imposição oficial. Mesmo que controlada, institucionalizada, decretada, a memória é sempre também outra parte dela: a parte afetiva, fluida, secreta e preciosa que se transmite como oferta e se assume, tantas vezes, como missão. Se a memória oficial exalta um passado glorioso e eufórico,<sup>36</sup>

---

dizer também quando vai terminar. Alguns autores muito autorizados e muito lidos afirmam que estamos na *segunda transição*. [...]» (Herrero de Miñon, 1999:51)

<sup>36</sup> Uma curiosa exceção é o dia nacional da Catalunha, a *Diada*, celebrado a 11 de setembro. O feriado recorda a queda de Barcelona em 11 de setembro de 1714, durante a guerra da sucessão.

a memória coletiva dos grupos (grupos são pessoas juntas) é, frequentemente, contingente repositório de dor e trauma.

O trauma vem de fora e a salvação surge de um processo endógeno, dentro do indivíduo ou do grupo, que reage à violência exógena. Para se salvar, suportar a dor, o sujeito opta muitas vezes pela produção de narrativas sobre esse trauma. As narrativas individuais partilhadas pela comunidade entram em diálogo com as narrativas coletivas, juntando o discurso oficial com o discurso testemunhal. Contar a dor é, deste modo, um exercício de superação dessa dor. Numa interpretação freudiana, «Toda a dor pode suportar-se se a colocamos numa história ou se contamos uma história sobre ela.» (Isak Dinesen *apud* Arendt, 1993). Embora a linguagem não garanta a cura, o silêncio não serve para superar o sofrimento.<sup>37</sup>

Se olharmos as montras reais ou em linha das livrarias, se consultarmos os catálogos das editoras, vemos como abundam (abundam, mesmo) as obras que juntam a um acontecimento histórico traumático o termo memória. Esta associação é uma estratégia editorial – já vimos como a memória está na moda – mas ela é também o reflexo de uma relação genuína, sentida pela comunidade a um nível concreto. Aqueles que viveram o trauma (qualquer que ele tenha sido) têm de lidar com a memória desse trauma. E memória, repetimos, é tanto escolha pessoal como seleção involuntária, é esquecer e/ou recordar.

As memórias individuais e coletivas, vividas ou herdadas, cruzam-se num mesmo indivíduo como estruturas de uma construção identitária dinâmica. O caso da classe política que fez a Transição é exemplificativo desta coexistência de memórias traumáticas: «Esta geração tem na sua consciência, junto a um trauma de guerra herdado e narrado, um trauma de pós-guerra vivido [...]» (Aguilar, 2008: 34).

A guerra é o acontecimento traumático por excelência que pode ser contado em números de mortos (eufemisticamente, «baixas» ou soldados «caídos em combate») e outras estatísticas. Olhar uma guerra em mapas e gráficos não lhe retira violência nem impede o nosso assombramento com o terror. Mas a guerra pode ser contada também em nomes de mortos, em vidas reais de pessoas verdadeiras, e essa narrativa torna o assombramento concreto. A sociedade portuguesa, por exemplo, esconde a ferida calada da Guerra Colonial (1961-1974) e relega para uns poucos consultórios médicos a terapia coletiva de que provavelmente necessita para superar a

---

<sup>37</sup> Já Elaine Scarry (1985) considera que a dor é intransitiva, irrepresentável, inexpressável, pelo que a mediação estética não a pode superar.

recordação. Evitar a lembrança não é esquecer, recusar partilhar coletivamente as memórias individuais da guerra de África não é apagar esse passado. O caso da Guerra Civil de Espanha e a história da memória desse período mostram como *não há machado de tempo que corte a raiz* à memória.<sup>38</sup>

No final do século XX, principalmente depois da abertura dos países do Leste europeu, consubstanciada simbolicamente na queda do Muro de Berlim a 9 de novembro de 1989, assistiu-se a um ressuscitar da memória com acento predominante nos temas de fratura, de conflito, em detrimento dos temas de continuidade.<sup>39</sup> O olhar para trás passou a ser um olhar sobre as contendas e sobre os problemas, mais do que uma mirada para a convergência e a continuidade.

No texto de Pollak já citado, este oferece os exemplos da reescrita da história na antiga URSS e da primeira «destalinização»; dos sobreviventes dos campos de concentração que depois da guerra regressaram à Áustria e à Alemanha; e o dos recrutados à força alsacianos (cf. Pollak, 1989: 7 e ss.). Estes exemplos de «batalhas de memória», para usar a expressão de Pollak, mostram como o silêncio nada tem a ver com esquecimento, mas se configura como uma estratégia mais ou menos consciente para lidar com o trauma.

O acontecimento traumático fundacional da nova era europeia, cinzas e pó de dignidade humana de onde nasceu uma outra humanidade de que o sonho da construção europeia é exemplo, é o Holocausto, tema à volta do qual se desenrolou boa parte da investigação académica sobre a memória.<sup>40</sup> Com o celebrar(?) de aniversários sucessivos da Libertação, com o

---

<sup>38</sup> Ibáñez Fanés comenta a propósito do silêncio escolhido nos pactos da Transição: «[...] o que então se «atirou para o esquecimento» acaba por reaparecer como um morto mal enterrado com meia perna de fora, clamando pela sua dignidade roubada e porfiando contra o esquecimento.» (Ibáñez Fanés, 2009: 185).

<sup>39</sup> Tzvetan Todorov reconhecia o *boom* dentro da própria sociedade civil, nomeadamente a francesa, que vive a memória como uma espécie de culto: «Neste final de milénio, os europeus, e em particular os franceses, estão obcecados por um novo culto, à memória [...]. Essa preocupação compulsiva pelo passado pode ser interpretada como sinal de saúde de um país pacífico onde não sucede, felizmente, nada [...].» (Todorov, 2000: 50). Porém, antes tinha já havia avisado da possível inconsequência desse culto: «[...] não há razão para erguer um culto à memória pela memória; sacralizar a memória é outra maneira de a tornar estéril. Uma vez restabelecido o passado, a pergunta deve ser: para que pode servir e com que finalidade?» (Todorov, 2000: 33).

<sup>40</sup> Para Montserrat Duch (2006), o final da Segunda Guerra fez a Europa viver um ciclo memorial que a autora divide em duas fases: uma fase de amnésia seguida de uma

avançar dos anos e o aumentar da distância, aumentou também a urgência da fixação dos testemunhos orais.<sup>41</sup> Segundo Alejandro Baer, não se trata apenas de saber mais sobre acontecimentos já suficientemente documentados, mas de «os manter diante dos nossos olhos, através do relato e do rosto das suas testemunhas: recordar uma e outra vez as tragédias do século como se se tratasse de um esperançado conjuro que pudesse evitar a sua repetição.» (Baer, 2005: 255). A consciência da importância do testemunho é representada pelo relato, que aqui tomamos como exemplar, da forma como Margarete Buber-Neumann e as suas amigas deportadas se antecipam à ameaça do esquecimento. É Todorov que nos conta:

[...] Buber-Neumann trava outras relações em Ravensbrück. Logo no primeiro ano, conhece Milena Jesenska [...]. Uma outra Checa, Inka, [...] torna-se sua amiga [...]. Dentre as Francesas, deportadas políticas não comunistas, Germaine Tillion, Anise Postel-Vinay, Geneviève de Gaulle, estabelecerão também amizade com ela. Como nenhuma sabe se sobreviverá, confiam umas às outras aquilo que deverá um dia ser transmitido à memória dos povos. Durante vários domingos consecutivos, Buber-Neumann conta às amigas francesas a sua experiência dos campos soviéticos [...]. (Todorov, 2002: 125)

Seguindo o projeto concebido com Milena, morta em 1944, Buber-Neumann assume o registo da experiência dos campos de concentração como «um dever para com a sua amiga e todos os que, num ou noutro campo, lhe tinham dito: não te esqueças de mim, conta a todos a minha história!» (*ibid.*: 126).

Como já vimos, este sucessivo passar da mensagem é aquilo que Jan Assman denomina a memória comunicativa, que é uma memória geracional

---

fase de recuperação da memória. Tal facto conduziria a uma hipermnésia ou efervescência memorial (cf. Duch, 2006: 120).

<sup>41</sup> Na sua investigação sobre a memória visual do Holocausto, Alejandro Baer fala da «Subjectividade como verdade do testemunho», assim como da «objetividade» e defende o carácter exemplar do testemunho (cf. Baer, 2005). Josefina Cuesta dedica todo o terceiro capítulo da sua obra *Odisea de la memoria* ao testemunho como fonte oral da memória. Neste capítulo, estuda a natureza do testemunho oral, inserindo-o no contexto da sociedade. Trata também das relações entre a memória oral e a memória escrita (Cuesta, 2008: 113-135). Todorov considera complementar a relação do discurso testemunhal com o discurso historiográfico (cf. Todorov, 2002: 158).

(*Generationengedächtnis*), que se modifica com as próprias gerações e tem um alcance temporal limitado a 80 ou 100 anos (cf. J. Assman, 2004: 37-38).

Num artigo publicado no jornal *El País*, Simone Veil mostra-nos como permanece viva a conceção do testemunho como uma missão, em que o sentimento de urgência é omnipresente:

Dentro de não muitos anos teremos desaparecido os que fomos deportados para os campos de extermínio nazi. [...] Quando tenhamos desaparecido, haverá que encontrar quem mantenha esta memória. [...] Resta-nos muito pouco tempo para transmitir a nossa memória (Veil, 2009).

A noção quase filosófica da inexorabilidade do tempo tem a sua materialização no paulatino desaparecimento físico das testemunhas. Chegará o dia em que a morte terá, de forma natural, ultrapassado a vida. E depois desse dia, o que restará da memória dos campos de extermínio nazi? Talvez faça (ainda mais) sentido aqui a reflexão de Todorov: «A vida perdeu contra a morte, mas a memória ganha no combate travado contra o nada.» (Todorov, 2002: 147).

Resgatadas ao silêncio da «normalidade», as histórias traumáticas, individuais e coletivas, dos sobreviventes mostram que a tal memória subterrânea de que nos fala Pollak não fica soterrada pelo imponente e imposto peso da memória coletiva nacional, mas que são transmitidas em comunidades afetivas e/ou políticas ao longo do tempo. São povos e gerações depositárias de memória. No caso da memória da Guerra Civil espanhola, Jordi Ibáñez congratula-se com o encontro geracional motivado pela urgência da catarse coletiva:

[...] que a urgência de catarse e a necessidade de piedade se tenham expressado como uma emergência e um clamor surgidos desde baixo, como um encontro, numa dimensão alheia à política, entre a geração que ainda podia dizer onde estavam aqueles mortos e a geração que por fim tinha crescido ignorando a humilhação do medo, isso, há que o dizer, isso é algo impressionante e formidável. (Ibáñez Fanés, 2009: 46)

Segundo Paloma Aguilar, o «efecto generacional» (Aguilar, 1996: 27) é um aspeto essencial da reflexão sobre a memória coletiva, pois encara as

diferentes gerações como protagonistas e/ou intérpretes de determinados momentos históricos: «Não acontece só que distintas gerações vivem distintos acontecimentos históricos, mas que, mesmo vivendo os mesmos, os interpretam e são afetados por eles de forma peculiar.» (*ibid.*: 29),<sup>42</sup> visto que não é o mesmo ter nascido depois da Guerra Civil, ter combatido ou tê-la vivido como criança. A idade em que se vive a experiência traumática condiciona a sua receção e o impacto que ela pode ter na construção da memória (tanto ao nível do grupo – geração – como a nível individual).

Cada geração, cada momento dado, decide o seu passado a partir de uma mesma experiência comum. Isso foi o que aconteceu (e acontece) com o facto histórico da guerra de Espanha de 1936-1939 e com o modo como esse facto foi utilizado primeiro pela ditadura franquista, depois no período da Transição e, atualmente, no tempo da maturidade democrática europeia de Espanha. Tal como já referimos, Josefina Cuesta (2008) trata precisamente do percurso empreendido pela memória “submersa” ou pela oficial da Guerra Civil desde 1939 até ao presente.

A Guerra Civil foi a pedra sobre a qual Franco erigiu a sua comunidade de fiéis. A legalidade estava do lado do legítimo governo republicano, mas de nada lhes valeu essa razão. Ibáñez Fanés considera mesmo que o dia 18 de julho de 1936 marca o momento do «eclipse» total da lei e que, durante a guerra, em que sobreveio uma situação de rebelião, não se pode falar de qualquer Estado, nem republicano, nem nacionalista: «[...] [u]ns e outros lutavam por estabelecer ou restabelecer as condições de um Estado, mas não foram Estado enquanto guerreavam e ordenavam ou consentiam matanças.» (Ibáñez Fanés, 2009: 42). Franco procurou numa fúria legislativa impor uma nova ordem legal, assentando as bases da legitimidade nas origens, a vitória bélica (cf. Cuesta, 2008: 186).

Autoinvestido de herdeiro de um passado remoto que era necessário reelaborar, o franquismo reinterpretou factos pretéritos aos quais associou acontecimentos presentes, no sentido de construir uma linha temporal contínua que, na verdade, nunca poderia existir, pois nunca incluiria a

---

<sup>42</sup> No artigo mais recente, Aguilar assinala também o facto de o partido socialista espanhol, legitimado pela vitória eleitoral de 14 de março de 2004, que empreendeu uma consciente e programada política da memória, ter «vivido uma importante mudança geracional entre os seus dirigentes» (Aguilar, 2008b: 771). Parece evidente que se trata de uma prova prática da importância das gerações na interpretação do passado, a geração de Alfonso Guerra e Felipe González, que tornou a Transição possível, foi substituída pela de ZP, Zapatero, o «neto do capitão Juan Rodríguez Lozano».

República (cf. *ibid.*: 188). Segundo J. Cuesta, a política da memória empreendida pela ditadura franquista – «elemento substancial do novo Regime no conjunto da política do poder» (*ibid.*: 189) –, serviu-se de dois instrumentos fundamentais: um novo mapa e um outro calendário. Auxiliado pela Igreja e pelo catolicismo militante de alguns dos seus membros, o Estado assumiu empenhado a tarefa, árdua mas necessária, de produzir, fazer circular e incentivar o consumo de memória (uma nova memória). Assim, o franquismo atuou nos dois domínios da memória – espaço e tempo.

Estabeleceu um calendário de novas celebrações, cujo ritmo passaria a organizar a vida coletiva, apresentando uma nova era, fundada a 18 de julho de 1936, a partir da qual se contariam os novos anos triunfais até ao ano da vitória (1939). A construção do novo tempo não se ficou pelo período da guerra, mas foi-se edificando durante o franquismo, prevalecendo na memória cultural do presente, as marcas desta reorganização do calendário.

Da mesma forma, com o mesmo intuito, redesenharam-se os mapas alterando os nomes de ruas e praças, original índice onomástico da memória oficial. A principal característica do espaço é agora a sua militarização. No fundo, este tempo e estes espaços reinventados são meios de comemoração, em que o passado foi, mais uma vez, adaptado às necessidades do presente: escolhendo o que se deve celebrar como símbolo da nova ordem, o que não significa apagar o restante passado, mas apenas submergi-lo.<sup>43</sup>

Tal como já referimos, Josefina Cuesta (2008) trata precisamente do percurso empreendido pelas memórias *submersa* e oficial da Guerra Civil desde 1939 até ao presente. E o presente atual, sempre passado e futuro de si próprio, trouxe algumas surpresas no campo da memória: «A impunidade daqueles que violaram direitos e a falta de justiça para com as vítimas tornaram-se, no início do novo século, muito mais intoleráveis do que no passado». (Aguilar, 2008b: 771). O que parece interessante é que, no caso de um esquecimento imposto por decreto, mesmo que com boas intenções, a distância temporal não serve para ajudar a apaziguar a inquietação da injustiça sem reparar; pelo contrário, serve para aumentar o sentimento de urgência dessa reparação. Embora os pais tenham querido «poupar os filhos de crescer na lembrança das [suas] feridas» (Pollak, 1989: 6), são os filhos desses filhos, os que querem romper o silêncio.<sup>44</sup> Ibáñez Fanés surpreende-se

---

<sup>43</sup> Sobre a construção da memória franquista e a manipulação do espaço e do tempo, vejam-se as páginas dedicadas a esse assunto em Cuesta, 2008: 185-232.

<sup>44</sup> No verão de 2006, os jornais espanhóis foram inundados com obituários de

e indigna-se com o tempo que a democracia espanhola tardou em remexer no passado, literalmente remexendo na terra que cobre os cadáveres da guerra. Para o filósofo, trata-se precisamente de dar paz não a esses mortos, mas aos seus filhos, irmãos, mulheres e outros familiares. O silêncio, indecente, aumentou-lhes a dor e ungiu-os de um sentimento de vergonha: «Não só sofreram a dor, mas também a vergonha de não poder expressar essa dor.» (Ibáñez Fanés, 2009: 45).

Zelizer lembra-nos que os estudos sobre as memórias coletivas, que são memórias plurais, «presumem a existência de múltiplos relatos do passado, muitas vezes contraditórios». Elas dependem da ação de «grupos interpretativos», que lhes conferem relevância e, ao mesmo tempo, são o reflexo das contradições vividas no seio dessas comunidades de memória (Zelizer, 1998: 5).

O modo como Espanha e os espanhóis atuam face ao seu passado não é igual aos casos alemão ou francês face aos seus passados totalitários. Perante os nazis, há claramente um lado bom e um lado mau (embora Pollak (1989) nos fale de algumas *nuances* nomeadamente no que respeita à exposição das razões não políticas do encarceramento nos campos de concentração, como a homossexualidade, ou dos recrutados à força). O poder unificador da memória só se aplica a cada grupo particular (cf. Duch Plana, 2006: 117). Em Espanha, o pacto de esquecimento dos anos da Transição e a normalidade da vida comum desde então não permitiram encontrar uma resposta única às angústias coletivas. Vimos que a memória é uma entidade plural e a memória nacional espanhola não é pacífica sobre este assunto, prevalecendo distintas memórias coletivas. Aliás, podemos perceber mesmo uma lenta evolução da memória sobre a Guerra Civil. Não é novidade lembrar que as sociedades (e assim as memórias) são entidades sempre dinâmicas, com as suas idiosincrasias, na sua contingência estrutural e conjuntural e, no caso espanhol, a mudança de paradigma é marcada pela aprovação de uma lei polémica. Hoje estamos perante duas visões em confronto: os que estão contra a lei e a entendem como um modo de impor à força um desnecessário e desestabilizador reequacionamento do passado, desrespeitando o pacto de silêncio da Transição sobre o qual se fundou a democracia espanhola; os que apoiam a lei, que veem nela a

---

vítimas dos dois lados da Guerra Civil. Os descendentes de primeira e segunda geração publicaram esses anúncios necrológicos maioritariamente no *El País*, as vítimas republicanas, e no *El Mundo* e *ABC*, no caso das vítimas serem do lado nacional. O *El País* dedicou uma peça de duas páginas a este assunto (cf. Tesón, 2006).

concretização dos anseios de justiça política e moral que a memória das suas vítimas exigia há muito e que a maturidade da democracia deve permitir sem receio de abalar as suas fundações.

Estas posições podem identificar-se tanto no debate público e mediático sobre a questão, como na abundante literatura (académica e não só) surgida nos últimos anos sobre a Guerra Civil. Há que ter em conta que a memória comum se baseia em generalizações sobre os factos e sobre as lições a tirar desses factos, e que, no caso da Guerra Civil espanhola, aí residem os alicerces dos consensos da Transição (cf. Aguilar, 2008b: 769) mas que, para Ibáñez Fanés, impuseram um esquecimento «forçado, quase neurótico» (Ibáñez Fanés, 2000: 52).<sup>45</sup>

No entanto, para Aguilar o que é indiscutível é «a existência de uma memória coletiva traumática da Guerra Civil (1936-1939)» (Aguilar, 1996: 20) e essa constatação deve ser o ponto de partida de qualquer reflexão atual sobre o tema. A nossa proposta de reflexão é que a memória da Guerra Civil, consubstanciada em textos de distintos níveis,<sup>46</sup> assumiu estatuto de memória cultural, no sentido dado por J. Assman, que já observávamos anteriormente.

Montserrat Duch escreve que a uma pluralidade de grupos corresponde uma pluralidade de memórias e «o trabalho da memória, neste caso simbólico, consiste na integração do conflito» (Duch, 2006: 118). Perante a imposição de uma memória oficial, adotada e manipulada pelo regime autoritário – no caso, o franquismo – podemos falar de um «exílio da memória» (*ibid.*: 118) dentro da própria sociedade, um conceito que vai ao encontro da ideia de memória subterrânea. Tal como já se referiu, memória implica esquecimento e a ditadura do Generalíssimo geriu essa dialética como mais um instrumento para o exercício do poder, impondo um manto amnésico sobre o passado recente e ressuscitando, adaptado, um outro mais longínquo que alegadamente representaria a verdadeira essência do ser espanhol.

---

<sup>45</sup> Não se trata, obviamente, de uma opinião unânime, tal como se pode ler nas palavras de Juan José López Bruniol (2009), publicadas em *La Vox de Asturias*, que salienta os valores que fizeram possível essa Transição e a evolução do debate na atualidade: «[...] a transição não foi possível em Espanha graças a um pacto de esquecimento, mas sim graças a um pacto de memória que fez prevalecer a ética da responsabilidade sobre a ética da convicção. Mas de um tempo a esta parte, a transição não é apenas objeto de debate, mas também de luta política».

<sup>46</sup> Os textos são resultado da escrita, entendida como qualquer forma de fixar conteúdos de memória, «desde as pinturas das cavernas aos computadores» (J. Assman, 2006: 95).

Assim, a *nueva España* lançaria raízes nos remotos tempos dos reis católicos e do império.

O ambiente político dos anos 2004-2008 é o contexto que levou Jordi Ibáñez Fanés a escrever um ensaio sobre a dimensão moral da memória que intitulou *Antígona y el duelo*. A dupla significação do substantivo *duelo* – existente em espanhol e em português: dor ou duelo – permite a dupla leitura do nome, invocando, ao mesmo tempo o sofrimento e luta da memória.<sup>47</sup> A figura de Antígona não é a do amor piedoso, mas a do excesso que é a expressão da complexidade do conflito. Estas duas dimensões – excesso e conflito – ajudam a situar a tragédia de Sófocles (e as interpretações citadas por Ibáñez de Hegel, Kirkegaard, Steiner, Nussbaum, Schopenhauer, Salvador Espriu) face à tragédia da Guerra Civil: não há leituras unívocas, simplistas, definitivas do sofrimento e das ações públicas e privadas.

Vincando o facto de a sua reflexão ser apenas sobre a memória da Guerra Civil (não da República, nem do franquismo), o autor sonha e invoca sucessivamente essa *nueva, aún inalcanzable España*, onde uma idealizada memória partilhada pudesse recordar e reconhecer, juntos, como vítimas, todos os seus mortos, incluindo os mortos dos outros:<sup>48</sup>

[...] o dia em que este país for capaz de imaginar todos os nomes de todos os mortos, dos assassinos e dos assassinados, dos piores e dos melhores, dos mais inocentes e dos mais culpados, colocados juntos, sem que essa reunião cause indignação ou espanto, nem sirva de simulacro para uma falsa reconciliação póstuma ou para um perdão nem pedido nem concedido e menos ainda para uma cínica equidistância, mas que seja simplesmente uma reação de piedade e a sua representação, esse dia a ideia de uma memória partilhada terá alcançado uma forma simbolicamente clara. (Ibáñez Fanés, 2009: 35).

Ibáñez parte da hipótese de conceber monumentos<sup>49</sup> não narrativos, uma memória sem relato, neutral, que represente, por oposição à historio-

<sup>47</sup> «[...] depois de um discurso de consenso, a memória é, por essência, uma luta política.» (Michonneau, 2008: 51).

<sup>48</sup> Esta quimera não invalida o facto de que continuam a existir vítimas e culpados, na «cadeia de horrores e infâmias» do passado de guerra. A verdade é complexa. (Cf. Ibáñez, 2009: 340-341).

<sup>49</sup> Monumentos no sentido de ações. Ibáñez Fanés cita Péricles, Hannah Arendt, Isak Dinesen e Platão. (Cf. Ibáñez, 2009: 25.)

grafia oficial, um relato civil. Para tal, fala-nos de uma memória partilhada, um pouco distinta e, para o autor, clarificadora em relação à definição de memória coletiva, pois ajuda a resolver o problema do sujeito e da dimensão unívoca, supostamente comum, da recordação. Segundo Ibáñez, a memória partilha-se como se partilha uma mesa e não como se partilha o pão:

[...] cada um contribui com o seu pedaço de vida, e o resultado final, uma soma em que nunca o individual fica submetido ao coletivo, dá essa ideia de memória partilhada. Só que depois, nem esta ideia é nada imaginável, nem esta memória partilhada pode traduzir-se numa narração, mas sim numa moralidade dolorosa, um *Trauerarbeit*, no processo de luto partilhado. Com esta ideia [...] poderia explorar-se a possibilidade de todas as memórias condicionadas por experiências opostas do dano e do sentido da injustiça se reencontrarem nesse lugar intangível mas piedoso e doloroso, nesta imaginária mesa da memória partilhada. (*ibid.*: 34)

Partindo do pretexto da promulgação da lei de memória histórica de 2007, o texto de Ibáñez trata, assim, de repensar o sofrimento, o luto íntimo e individual, no âmbito da comunidade, desfazendo equidistâncias, relativizações e simplificações «insuportáveis». Fá-lo a partir de uma voz moral, do reconhecimento de que a política tem também uma dimensão moral e que essa moralidade – comum, solidária na vergonha e na compaixão – é uma exigência legítima.

Todos os regimes, totalitários ou não, desejam utilizar a memória como arma para a prossecução dos seus objetivos políticos. A diferença entre os Estados totalitários e as democracias na forma como lidam com a memória tem que ver com o facto de os primeiros ambicionarem um controlo que implica uma subjugação da memória à vontade superior do Estado. No caso das democracias, a memória é encarada como património comum dos indivíduos, elemento unificador da sociedade. A “arma” pode ser de destruição – do passado, da identidade, da liberdade –, ou pode ser um instrumento para construir a paz. Apesar do debate que suscitou e continua a suscitar, a indiscutível boa-fé que presidiu à elaboração da *Ley de memoria histórica* de 2007, que representa um projeto político concreto de um partido democrático no governo, nada tem que ver com o espírito que terá animado Franco a elaborar o decreto de lei 10/1969 que, 30 anos depois do final da Guerra, fazia prescrever todos os delitos cometidos antes do dia 1 de abril de 1939, data em que a guerra terminou.

## 4. Os intelectuais e a memória

O controlo da memória é, para Santos Juliá, uma das funções dos intelectuais (cf. Juliá, 2004b: 11). Em realidade, os intelectuais desempenharam e continuam a desempenhar um dos papéis principais no processo de seleção da memória sobre a Guerra Civil em Espanha. Como vimos, na atualidade o debate é de tal modo importante que gera produtos culturais de extremo significado, tanto ao nível da produção material de obras (literatura, ensaio, cinema e televisão, drama, entre outros) como ao nível mental e imaterial, ajudando na construção (um interminável *work in progress*)<sup>50</sup> de uma Espanha do século XXI em que o passado, longínquo ou recente, já não é um lugar (tão) estrangeiro.

É impossível fazer uma definição de intelectual clara, definitiva, que valha para todos, em todo o tempo e para sempre. A empresa não é nova, mas também não é ingrata; o prazer da procura das respostas acerca do conceito, dos limites, do papel do intelectual, continua a inspirar a reflexão de muitos.

O surgimento do conceito atual de intelectual liga-se consensualmente ao *affaire Dreyfus*,<sup>51</sup> mas hoje a análise do passado aponta também para a ideia de que foi o liberalismo que prematuramente viu surgir, ainda sem nome de batismo, esses intelectuais. Partindo também de Juliá (1998), Carlos Serrano conclui: «Os intelectuais não são outra coisa que uma modalidade histórica do «intelectual» genérico nascido com o liberalismo [...]» (Serrano, 2000: 21). Serrano apoia-se no artigo de S. Juliá que trata da *aparición* dos intelectuais em Espanha, onde o historiador defende que «intelectuais existiram antes *dos intelectuais*» (Juliá 1998: 2). No mesmo sentido vão as considerações de Wolf Lepenies:

O conceito de intelectual forjou-se em França na época do escândalo Dreyfus e há boas razões para não situar a origem da história dos intelectuais antes do começo do nosso século [XX]. Mas temos de

---

<sup>50</sup> Jordi Ibáñez escreve que a sociedade espanhola está em transição permanente. (cf. Ibáñez, 2009: 46).

<sup>51</sup> Sobejamente conhecido, refere-se à condenação injusta do capitão Alfred Dreyfus, alsaciano de origem judia, acusado em 1894 de traição. A luta pública pela sua libertação empreendida pela família do condenado levou o caso ao centro do debate na sociedade francesa, dividindo-a em duas fações a favor e contra Dreyfus, sendo decisiva para a discussão e para a dimensão do *affaire*, o artigo intitulado «J'Accuse», publicado a 13 de janeiro, no jornal *L'Aurore*, por Émile Zola.

admitir também neste caso que a coisa não esperou pela palavra para existir. (Lepenies, 2008: 29)

Lepenies pretende trazer a luz sobre a Ilustração e considera que é nesse remoto património que a Europa do espírito tem as suas raízes intelectuais. A história da Europa é marcada pelos constantes confrontos entre os dois temperamentos intelectuais: os «homens de boa consciência» e a «espécie que se queixa».

A abundante literatura sobre os intelectuais, normalmente produzida por autores que são considerados (também por si próprios)<sup>52</sup> intelectuais, permitir-nos-ia fazer uma listagem de conceitos cunhados ao longo de mais de um século de reflexão; uma espécie de dicionário do pensamento intelectual, da ação intelectual ou apenas, genericamente, do intelectual (substantivo e adjetivo). Nele encontraríamos as definições de maior êxito e eficácia operativa.

O contributo de Julien Benda para o estabelecimento de um paradigma da inteligência é incontornável e a obra *La trahison des clercs* (1927) mantém protagonismo nas reflexões sobre os intelectuais. Os clérigos de que fala Benda são uma elite de reis-filósofos que preconizam valores que não são deste mundo, situam-se numa espécie de clerestório mental e moral, superior e inalcançável para as pessoas comuns, que vivem uma existência comandada por exigências pragmáticas e privilegiam o material face ao espiritual. O intelectual que cede perante os seus princípios é o objeto da crítica de Benda, que só aceita como genuínos aqueles que dão a sua vida pelos princípios universais da justiça e da verdade. Por isso, critica veementemente os intelectuais que cedem aos resultados imediatos, nomeadamente os que se envolvem em lutas políticas. No entanto, como alerta Winock, Benda defende que a «traição dos clérigos consiste não no seu envolvimento numa ação pública[...], mas em subordinar a inteligência a ideias terrestres preconcebidas.» (Winock, 1999: 240). No fundo, a obra de Julien Benda apresenta-nos uma visão platónica, em que os intelectuais funcionam como uma espécie de guardiães da república, seres excecionais, com uma vida à parte, mas totalmente dedicada à cidade. Winock mostra-nos como o livro de Benda é profético, pelo que denuncia e pelo que anuncia:

---

<sup>52</sup> Wolf Lepenies considera esta autoreflexividade perigosa para o intelectual: «[...] o perigo que corre permanentemente é pôr-se a ruminar sobre si mesmo, já que neste caso a reflexão pode levá-lo a compreender apenas o próprio eu e não o mundo que o rodeia» (Lepenies, 2008: 32).

Ele denunciava a inteligência que dava explicações sábias e literárias aos ímpetos passionais particulares – pleonasma literário; ele anunciava o que seria o futuro das sociedades que anulassem o poder espiritual independente: regimes totalitários. (*ibid.*: 246)

Vítima de um desses regimes totalitários, nos seus famosos cadernos escritos durante os anos que passou na prisão (1927-1937), Antonio Gramsci distingue dois tipos de intelectuais: os tradicionais, o literato, o filósofo, o artista; e os intelectuais orgânicos, com uma educação técnica especializada, formados em ligação com os grupos sociais, com vista à concretização dos seus interesses específicos. Os primeiros permanecem nos seus lugares pré atribuídos, sem contribuir efetivamente para grandes alterações na sociedade. Os segundos, porém, dedicam a sua ação à missão de evangelizar tornando-se, portanto, verdadeiros agentes das mudanças sociais. Gramsci considera que existem «diversos graus de atividade específica intelectual» (Gramsci, 1974: 195). A definição gramsciana de intelectual orgânico trouxe como novidade o valorizar do papel do intelectual nessas mudanças. Um olhar sobre o passado constata que os intelectuais sempre estiveram presentes e tiveram um papel fundamental nos momentos chave da história da Europa, mesmo (e infelizmente) na terrível realidade do totalitarismo: como atores, como vítimas, como testemunhas.

Nos ensaios publicados postumamente sob o título *Essays on the Sociology of Culture* (1956), Karl Mannheim olha para os papéis históricos da *intelligentsia* e situa-a, no quadro de uma análise da sociologia do espírito, como grupo dentro da ordem social, onde tem uma função a desempenhar. Mannheim faz uma tipologia das vocações intelectuais: distinguem-se as tarefas manuais das intelectuais (cf. Mannheim, 1957: 163), distinguem-se as profissões livres dos ofícios (o que implica uma diferenciação dos status sociais) (*ibid.*: 164), opõem-se os cultos aos incultos e estabelece-se o critério burocrático dos títulos académicos. (*ibid.*: 165).

O intelectual contemporâneo é, para Karl Mannheim, um intelectual novo, fruto das mudanças da sociedade. Ele é também ator social dessas mudanças e intérprete dos tempos:

[...] o eixo perenemente variável do pensamento moderno reflete o aparecimento de uma “intelligentsia” não privilegiada e polarizada, que introduz na interpretação pública das coisas a mesma variedade de pontos de vista que é inerente à diversidade do seu fundo social. Quando se desfaz o antigo *esprit de corps* da “intelligentsia” e esta

descarta a sua organização compacta, a tendência para perguntar e para procurar, em vez de afirmar, torna-se na sua característica permanente. (*ibid.*: 176)

Estamos perante um pensamento moderno que contrasta com a tradição escolástica e reflete o aparecimento de uma nova *intelligentsia*, aberta e fluida (cf. *ibid.*). O autor recorda que os intelectuais foram e são, frequentemente, «meros provedores de ideologias para determinados grupos» (*ibid.*: 178), mas que esta é apenas uma das suas várias funções e é a sua diversidade que torna interessante o estudo do intelectual.

O intelectual é o sujeito que se dedica às tarefas do espírito, o que muitas vezes o leva a afastar-se da vida prática da sociedade, e a sua definição relaciona-se com a própria condição de «ser culto» (cf. *ibid.*: 163), a que muitas vezes está associado o saber literário que também pode contribuir para o afastamento da realidade, ao manter a ilusão de participar nela através dos livros e de experiências emprestadas (cf. *ibid.*: 227). Desvinculado das questões pragmáticas da vida em sociedade, pode submergir-se num espaço privado de estudo e abstração, na procura de uma perspectiva sobre as coisas, podendo perder o contacto com a realidade.<sup>53</sup> Estas características podem apresentar-se como um problema: «Continua a ser um problema para a nossa cultura saber como proporcionar à “intelligentsia” o ócio indispensável, sem que sobrevenha o perigo do afastamento da realidade e a tentação de evadir-se para o reino da ilusão.» (*ibid.*)

Mannheim descrevia assim, em 1956, o processo intelectual:

[...] o esforço contínuo para inventariar, para diagnosticar e prognosticar, e para descobrir as possibilidades de escolher quando elas surjam, e para compreender e localizar os diversos pontos de vista, mais do que para os assimilar ou recusar. Os intelectuais tentaram frequentemente ser os campeões de ideologias especiais, com uma entrega de si mesmos própria de pessoas que procuram alcançar uma

---

<sup>53</sup> No momento da redação deste texto, em que a palavra *crise* passou de conceito económico a pragmática realidade social e individual, não podemos deixar de citar as seguintes palavras de Karl Mannheim, que evocam a necessidade de respostas às crises: «Normalmente, os conjuros privados dos indivíduos fechados nas suas torres de marfim não provocam nenhuma comoção, mas, nas crises, um êxtase intelectual pode cair em terreno fértil.» (Mannheim, 1957: 226).

identidade que não possuem. [...] Adira aos partidos, mas com o ponto de vista que lhe é particular e sem renunciar à mobilidade e à independência que formam o seu património. (*ibid.*: 239-240)

O trabalho do intelectual entende-se como um trabalho de liberdade, de independência em relação ao poder. Essa independência estava simbolicamente representada no facto de as atividades ditas intelectuais não serem remuneradas e serem entendidas como verdadeiras tarefas do espírito, com o único objetivo de saciar as inquietações espirituais, não as materiais. Ainda hoje subsistem vestígios desta espécie de pudor relativo à relação entre o trabalho intelectual e o dinheiro. A própria consideração da reflexão filosófica e da criação artística como trabalho, como tarefa, está longe de ser aceite unanimemente na sociedade. No entanto, é o dinheiro que pode ajudar à independência, visto que atualmente o papel do intelectual já não é apenas desempenhado por uma elite abastada ou religiosa, tal como o fora na Idade Média ou no Renascimento, por exemplo.

Em *Representations of the Intellectual*, que reúne as intervenções nas Palestras de Reith de 1993, organizadas pela BBC, Edward W. Said também questiona a independência do intelectual em relação aos poderes da política e de *Mammon*, defende que o intelectual não pode ser só um mero funcionário de um grupo social, um técnico com uma função específica na sociedade. O intelectual tem um rosto e uma identidade individual, e desempenha um importante papel público: ele é uma figura representativa, em permanente estado de vigília perante os perigos das meias-verdades e das ideias feitas.

A verdade é que o intelectual não deve ser uma figura tão incontroversa e segura como um afável técnico, nem uma Cassandra a tempo inteiro, desagradável no seu pleno direito mas também ignorada. Todos os seres humanos são controlados por uma sociedade, independentemente do grau de abertura ou liberdade desta, e das características boémias do indivíduo. Em qualquer dos casos, é suposto ouvir-se a voz do intelectual e, na prática, deve suscitar o debate e, se possível, a controvérsia. [...] (Said, 1996: 69).

A proposta de Said é que o intelectual contemporâneo deve ser um *amateur* que, como membro pensante da sociedade, tem o direito de intervir no contexto de qualquer das suas atividades, visto que elas fazem parte da vida comum.

A única indispensável característica do intelectual, aquela que sobreviveu a todas as outras, que resistiu às exigências de cada época e às conceções de cada tendência académica, é a de pensar. Wolf Lepenies, na obra que reúne os três ciclos de conferências que o sociólogo alemão pronunciou na Cátedra Europeia do Colégio de França em 1992, *Qu'est-ce qu'un intellectuel européen?*,<sup>54</sup> considera que «o que define um intelectual é precisamente o facto de que jamais pode deixar de pensar.» (Lepenies, 2008: 30). O autor diferencia três espécies de *homo europaeus*: o intelectual europeu ativo, missionário, conquistador; o cientista e técnico, e o melancólico (cf. *ibid.*: 28). Este último Lepenies descreve-o como uma espécie do *homo europaeus intellectualis* (*ibid.*):

[...] Obcecados com a reflexão, os melancólicos sofrem com os seus pensamentos. [...] O intelectual está cronicamente insatisfeito; sofre pelo estado do mundo. A queixa é o seu ofício. Nisso reside o perigo: ver a melancolia transformada em tédio de moda, numa deformação profissional. No entanto, os intelectuais têm razão quando sofrem com o estado do mundo. [...] Sofre por ele mesmo porque só pode refletir e não agir. (*ibid.*)

Mas da queixa em relação ao estado do mundo nasce o pensamento utópico que cria um mundo melhor, sem melancolia, onde se impõe a felicidade, ou a aparência dela. E é entre estes dois pólos da melancolia e da utopia que, segundo Lepenies «[...] resid[e] a grandeza e a miséria dos intelectuais europeus.» (*ibid.*: 31).

As lições de Lepenies foram proferidas em 1992 e refletem a circunstância histórica de uma nova Europa pós comunista, já sem muros de cimento, mas que continua dividida entre Leste e Ocidente. Essa divisão está patente também nos dois tipos de intelectuais identificadas pelo autor: os moralistas de Leste e os especialistas ocidentais. Os primeiros são melancólicos que, por terem tido a coragem de agir, são os novos detentores do poder e têm de lidar com uma situação nova – depois da utopia, a *Realpolitik*. Os segundos vivem com a ilusão de que a vitória basta e que os apoios monetários chegam para a adaptação do Leste: «O seu erro consiste em esquecer o declínio das suas próprias convicções utópicas devido ao final da utopia socialista». (*ibid.*: 37) A Europa do alvorecer do século XXI

---

<sup>54</sup> Wolf Lepenies [1992] (2007), *Qu'est-ce qu'un intellectuel européen?* Paris: Éditions du Seuil. Citamos a edição espanhola de 2008.

perdeu a hegemonia sobre o resto do mundo e o velho continente tem de encontrar outra forma de estar, também consigo própria.

Claro que falamos de uma suposta hegemonia cultural, liderada pela parte do continente que talvez ainda faça sentido chamar «ocidental», e que há muito vem sendo ameaçada pelos Estados Unidos. Desaparecidos os blocos antagônicos da Guerra Fria, o mundo é dominado por um pensamento único que junta a Europa com a América do Norte, numa entidade bipartida, mas não oposta. Independentemente das nossas considerações pessoais sobre o modo como esta ilusória globalização é também espelho e razão de um mundo enviesado, o certo é que há um lado do planeta que pretende comandar o Universo inteiro: uma Europa-América ideal que reflete uma dupla paixão por vezes desencontrada, mas sempre viva. O contrário da memória do passado que a América anseia é objeto de nostalgia por parte da velha Europa a sonhar futuro. O poema de Goethe citado em Lepenies (2008) é voz deste lamento-anseio:

Den Vereinigten Staaten

Amerika, du hast es besser,  
 Als unser Kontinent, der alte,  
 Hast keine verfallene Schlösser,  
 Und keine Basalte.  
 Dich stört nicht im Innern,  
 Zu lebendiger Zeit,  
 Unnützes Erinnern,  
 Und vergeblicher Streit.  
 [...] <sup>55</sup>

A história dos intelectuais permite também localizar no espaço (geográfico e mental) as cenas da vida ativa dos «clérigos» europeus (em particular os britânicos e franceses) e norte-americanos. Apesar das interações entre europeus e norte-americanos, esse espaço bidimensional de ação é delimitado pelo contexto linguístico que lhe pertence. Deste modo, na

---

<sup>55</sup> O poema, de 1827, é mais extenso e pode ser lido no original, por exemplo, em Karl Eibl (1987): *Johann Wolfgang Goethe. Sämtliche Werke, Briefe, Tagebücher und Gespräche*. Vol. 2. Frankfurt: Deutscher Klassiker-Verlag, pp. 739-74.1 Nossa tradução: «Aos Estados Unidos:/ América, tu tens mais sorte./ Do que o nosso Velho Continente./ Não tens castelos em ruínas,/ Nem rochas basálticas./ Não te perturbam no teu âmago,/ Nestes tempos buliçosos,/ Nem memórias inúteis,/ Nem vãs disputas.»

procura de uma definição de intelectual, deve ter-se em conta a realidade cultural em que este se insere; essa realidade é representada – e ao mesmo tempo condicionada – por uma determinada língua.

Ao analisar o papel público de escritores e intelectuais, Edward W. Said confronta o modo como estes atores sociais se definem, posicionam e intervêm no espaço público, em «culturas de línguas contemporâneas distintas» (Said, 2004: 121). O mundo árabe-islâmico, o mundo francófono, o mundo inglês confrontam-se com a realidade norte-americana. Para Said, as palavras escritor e intelectual *belong together* e, juntando os escritores aos intelectuais, mostra como o primeiro acrescentou às suas funções tradicionais relacionadas com a criatividade aquelas que eram específicas dos intelectuais, nomeadamente as relacionadas com o falar verdade, testemunhar injustiças e ser voz dissonante em conflitos. Esse sentido de resistência perante o governo, de agente com capacidade de intervenção pública para (re)definir as agendas do poder, pode ser observado ao olharmos para os papéis desempenhados pelos intelectuais nos mais recentes conflitos políticos internacionais (alguns dos quais são tratados por Said no seu ensaio).<sup>56</sup> Na mesma relação recíproca, um intelectual não o é só por intervir no debate público. Veja-se o caso das destacadas e sérias intervenções dos atores Susan Sarandon e Tim Robbins em oposição à guerra do Iraque empreendida pela administração Bush, por exemplo, mas que não são suficientes para os (e)levar à categoria de intelectuais.

Porque, do que vimos, ser intelectual é desde sempre, desde antes da própria palavra, uma atividade do espírito, do pensamento e da cultura, muito no sentido dos termos árabes explicados por Said (2004) *muthaqqaf* e *mufakir*: homem de cultura, homem de pensamento. Diferenciando-se do filósofo puro, é igualmente, em particular no mundo contemporâneo, uma pessoa de ação. Este agir pode ser ao nível teórico, na apresentação das suas reflexões (soluções) sobre os problemas da sociedade e do mundo em que se situa. Ao mesmo tempo, o agir tem que ver com a realidade quotidiana e com a ação educacional, pedagógica, de que fala Winock (1999), no seio da sociedade democrática. Michel Winock refere-se ao trabalho quotidiano do intelectual como *le véritable contre-pouvoir* e Edward W. Said defende que «o intelectual é, porventura, uma espécie de contramemória, com o seu próprio discurso contracorrente, que não permite que a

---

<sup>56</sup> Em *La gallina ciega* [1969], Max Aub definia intelectual de forma peremptória: «Repeti-lo-ei até morrer: para mim um intelectual é uma pessoa para quem os problemas políticos são problemas morais.» (*apud* Ibáñez Fanés, 2009: 28).

consciência desvie o olhar ou adormeça.» (Said, 2004: 142). Na interseção dos dois contributos, onde encontramos reminiscências da conceção foucaultiana de *contre-discours*, uma proposta de verdade alternativa à apresentada pelo discurso oficial, emerge a ideia do intelectual cuja resistência é incessante combate: resistência ao marasmo, combate pela democracia da nossa sociedade «imperfeita mas aperfeiçoável» (Winock, 1999: 773).

Na segunda parte, alargaremos a reflexão sobre o papel público dos intelectuais e a sua relação com o poder, no contexto dos regimes totalitários do século XX, estrutural e irremediavelmente feridos de imperfeição, nomeadamente no caso da Guerra de Espanha e dos primeiros anos do franquismo.

## 5. Intelectuais em Espanha

Os homens de letras do final do século XIX em Espanha tiveram que reequacionar o seu papel na sociedade em função da chegada de uma nova palavra. Sentir-se um e ser identificado como intelectual foi um momento de mudança semântica concreta na língua espanhola, mas também de mudança semântica de si próprio. Em 1998, Santos Juliá assinala o século da existência de «um novo sujeito coletivo que para se identificar generalizou o uso como substantivo e no plural de um termo até então usado mais como adjetivo ou no singular: *los intelectuales*.» (Juliá, 1998: 2). A nova palavra era um novo conceito que urgia fixar. Esses intelectuais finisseculares sentiram-se como os arautos da verdade, ungidos pelo novo termo, que era ao mesmo tempo uma nova missão de defesa dos valores universais, perante a nação e a massa amorfa que eles deveriam representar e regenerar. Assim, como representantes do povo e defensores da nação, os intelectuais passam a ser vigilantes da ação dos políticos. (cf. Juliá, 2008: 694-695).

Registada numa virtual certidão de nascimento da intelectualidade espanhola, de modo mais ou menos consensual, a data do nascimento por ocasião dos *procesos Montjuïc*,<sup>57</sup> os intelectuais surgiam «em vagas sucessivas

---

<sup>57</sup> No dia 7 de junho de 1896, uma bomba contra a procissão do Corpo de Deus em Barcelona matou seis pessoas e fez vários feridos. A repressão policial que se seguiu foi dura, com a prisão de quase 400 pessoas. Um processo judicial duvidoso, maioritariamente contra anarquistas, terminou com a condenação à morte de seis pessoas e com duras penas para as restantes, incluindo o desterro para os absolvidos. Estes processos foram imediatamente comparados com o *affaire Dreyfus*, tendo a imprensa funcionado como lugar do debate de protesto pela injustiça.

que uma taxonomia simplificada ou mesmo simplista batizava de «gerações» [...]» (Serrano, 2000: 12-13). As gerações de 1898 e de 1914 foram as primeiras a ser consideradas intelectuais em Espanha. Os homens de 98 pensaram sobre a Espanha, olhando para dentro. Os jovens de 1914 saíram do casticismo e abraçaram a Europa onde estudaram e cujas línguas aprenderam. «Ao contrário dos seus predecessores, tiveram muito cedo consciência de comunidade, de fazer parte de uma *élite*.» (Juliá, 2008: 696). E essa consciência de pertencer a uma *minoría selecta* era também uma herança direta de Ortega y Gasset.

Na Espanha da primeira metade do século XX, não podemos falar de intelectuais sem fugir ao nome de Ortega e não apenas pelo seu legado pessoal, pela sua imensa e incontornável obra ensaística, mas também pelo concreto ascendente que o filósofo teve sobre várias gerações de pensadores espanhóis, independentemente da sua filiação ideológica. Ele será o guia seguro que marca o caminho (cf. Ramiro de Maetzu, «La revolución y los intelectuales», 1910. *Apud* Juliá, 2008: 695) não só dos homens da sua geração como de muitos dos que se seguiram, até hoje.

Embora o papel do intelectual no início do século XX se definisse, como vimos, também por oposição ao de político, esse antagonismo foi deixando de ser consensual. Numa Europa em efervescência política e ideológica, o intelectual tem de se posicionar. Para Santos Juliá esse é o momento em que surge o intelectual comprometido:

Ninguém o diz ainda com esta palavra, mas já está mais do que esboçada a figura do intelectual comprometido, daquele que coloca a sua pena ao serviço de uma ideia. Ideias, por certo, que em 1930 vivem uma espécie de superávit de oferta: liberalismo, democracia, fascismo, socialismo, comunismo, anarquismo, o intelectual tem por onde escolher [...]. (*ibid.*: 697)

Os anos da República e depois a Guerra Civil foram momentos decisivos de eleição de caminhos. A *intelligentsia* espanhola teve de fazer opções e o bipolarismo da discussão política sentiu-se também na bipolarização ideológica dos intelectuais.<sup>58</sup> O conceito de intelectual esteve

---

<sup>58</sup> O debate à volta do conceito de geração e a reflexão sobre as posições ideológicas e políticas dos intelectuais serão tratados na segunda parte do presente livro.

desde cedo conotado com a esquerda,<sup>59</sup> mas a direita (a democrática, mas também a totalitária) combateu esse mito hegemónico – como o combate ainda hoje. A célebre classificação de Azorín, num artigo de 3 junho de 1931 no *El Sol*, de «República de intelectuais»,<sup>60</sup> descreve uma situação excecional na história da intelectualidade espanhola, que continua a ser objeto de estudo. Os intelectuais foram chamados simbólica e concretamente a participar nos governos republicanos,<sup>61</sup> embora para alguns se mantivesse um certo pudor na relação com a política. Ortega, por exemplo (e que exemplo para os seus contemporâneos!), apesar de uma breve participação como deputado por León nas Cortes constituintes de 1931, apresentava-se autoinvestido para uma única pasta ministerial: «Fiel ao meu ofício de criador, serei sempre apenas um chefe de departamento no Ministério da Verdade.» («En el debate político. Comentario a mi propio texto», *Crisol*, 31.07.1931. *Apud* Aubert, 2000: 107). O franquismo pôs-se a silenciar, mas não conseguiu apagar a memória da figura de Manuel Azaña, político, presidente da república que, na Democracia, tem sido reabilitada e mostra agora a imagem mais completa e verdadeira de um homem com obra intelectual de monta e que desta forma se converteu em representante de uma época de reflexão política e ação intelectual.

---

<sup>59</sup> Nesta perceção teve também um papel importante a convicção dos setores católicos de que o intelectual era um inimigo da moral: «Para um clérigo dos anos trinta, intelectual era desde sempre um escritor de esquerda, conceito carregado de sentido, pois resumia numa só voz tudo o que era contrário ao nacional, ao cristão ao espanhol.» (Juliá, 2008: 697)

<sup>60</sup> «Para una psicología de las revoluciones. Los peligros del triunfo». Muito se disse já sobre o papel dos intelectuais na II República espanhola. Garosci escreve que esta é filha dos escritores, críticos, sociólogos ou simples literatos (cf. Garosci, 1981: 15). Checa Godoy considera que em vez de «república de intelectuais» seria mais acertado dizer «república de jornalistas»: «Nas Cortes constituintes de 1931 sentam-se 47 jornalistas, o grupo profissional mais numeroso depois dos catedráticos, além do tradicional dos advogados.» (Checa Godoy, 1989: 17). Segundo o autor, a maioria dos ministros do primeiro governo da República tinha dirigido algum jornal e quase todos tinham tido colaborações regulares na imprensa durante as primeiras décadas do século. Já Marichal refere também que, ainda que exageradamente, se designou a II República como «uma república de professores». (cf. Marichal, 1995: 241).

<sup>61</sup> Veja-se em Aubert, 2000: 109 o elenco dos participantes nas Cortes Constituintes da II República (14-07-1931) que Indalecio Prieto descreveu ironicamente como a «massa encefálica».

Tal como noutros países europeus e ocidentais, em Espanha o que se entende por intelectual, assim como o que se entende por cultura – conceitos intimamente ligados – é hoje diferente das remotas reflexões da viragem para o século XX. Os intelectuais perderam uma certa arrogância latente na noção elitista de moralizadores da vida pública, de donos da verdade, de representantes de uma qualquer instância superior<sup>62</sup> e, nas sociedades democráticas, funcionam hoje (desejavelmente) como seu «estimulante orgânico» (Winock: *Esprit*, março-abril 2000). O reconhecimento da importância da função crítica do intelectual na sociedade contemporânea é quase unânime. No entanto, Rafael del Águila chama a atenção para o facto de a crítica se virar sempre para os outros e quase nunca para si mesma. Os intelectuais têm ainda hoje de si próprios uma imagem de exceção perante os outros grupos.<sup>63</sup> Diz Del Águila, com uma ponta de autoironia:

Creio que se qualquer grupo social desse de si mesmo uma descrição semelhante, tão exageradamente positiva, tão heroica, tão magnífica, se os políticos ou os pensionistas ou os monges beneditinos ou os corpos de resgate da Cruz Vermelha ou os professores de universidade dessem de si mesmos descrições semelhantes, provavelmente os intelectuais críticos cairíamos sobre eles armados de ironia para pôr um travão a castas tão inchadas. Parece-me que deveríamos ter connosco disposição semelhante. (Del Águila, 2001: 16)

---

<sup>62</sup> Segundo Juliá, «falar em nome de um sujeito universal, seja Deus ou a razão, o povo ou a nação, o proletariado ou a História, significou na história intelectual do século XX situar-se do lado da tirania». E cita Otavio Paz em 1987, no *Congreso Internacional de Intelectuales y Artistas*, em Valência: «Quisemos ser irmãos das vítimas e descobrimo-nos cúmplices dos verdugos» (Juliá, 2008: 700).

<sup>63</sup> Karl Mannheim já tinha chamado a atenção para este autoconvencimento do próprio valor, identificando-o como uma característica normal dos grupos que interpretam a sociedade e, conseqüentemente, concebem o seu papel excecional dentro dessa sociedade. «A arrogância interior do intelectual explica-se parcialmente pelo facto de que, enquanto único intérprete autorizado do mundo, podia pretender um papel importante nele, mesmo actuando quase sempre ao serviço de outras camadas sociais.» (Mannheim, 1957: 151). Wolf Lepenies considera que esta autoreflexão é perigosa pois pode levar a que os intelectuais se limitem a «ruminar» sobre si mesmos, aut centrados, em vez de tentar perceber o mundo que os rodeia (cf. Lepenies, 2008: 32).

Del Águila parte da perplexidade suscitada pelas contradições morais observáveis nas posições de referências filosóficas como Heidegger ou Sartre que, segundo o autor, se pode relacionar com um pano de fundo «platónico, cristão e kantiano» e que também explica «o papel dos intelectuais como novos prometeus» (*ibid.*: 17). Os homens recebem do intelectual a luz brilhante da verdade e da razão, que este roubou aos deuses (cf. *Ibid.*). Para Del Águila, as democracias contemporâneas são habitadas por «intelectuais impecáveis», espécie de sacerdotes que, de forma aparentemente inócua, agem como herdeiros dogmáticos e furiosos dos «profetas implacáveis», em especial dentro «dos foros de debate particularmente importantes da política contemporânea: a razão jurídica e a razão mediática.» (*ibid.*: 20). Depois de tratar em detalhe o contraste e as semelhanças entre impecáveis e implacáveis, o autor conclui que é necessário olhar para a tarefa dos intelectuais para lá desta dicotomia e sugere:

[...] talvez devamos começar a entender o papel político do intelectual em termos democráticos (ou seja, ligados às nossas liberdades), pragmáticos (ou seja, de juízo das consequências das ações) e trágicos (ou seja, de compreensão das nossas escolhas implicando tensões, alternativas e perdas.) (*ibid.*: 24)

Estas reflexões surgem aqui de forma quase extemporânea, mas servem para mostrar como permanece atual o debate sobre o lugar do intelectual na sociedade. Como sistema cultural aberto, as mudanças que esta experimenta têm incontornáveis consequências que levam também a mudanças no entendimento da figura intelectual. O que, porém, não chega a ser posto em causa é a já assimilada ideia da necessidade destes atores sociais.

Carlos Serrano identifica mesmo um surpreendente ressurgimento do debate espanhol à volta dos intelectuais, motivado pelo 100.º aniversário *del 98*. Mais de uma década passada, a continuação do debate é também sintomática das feridas que a história dos intelectuais durante o franquismo mantém abertas (cf. Serrano, 2000: 11).

## 6. Fascismo, franquismo

Cabe agora, por uma questão operacional, definir o que entendemos por fascista. Em primeiro lugar é necessário assumir e ter em conta que o presente trabalho não é um trabalho historiográfico, mas de estudos de cultura,<sup>64</sup> embora se tenha que valer da história para entender e contextualizar os factos.

De um modo comum, «fascismo» ou «fascista» relaciona-se com as ideologias e os regimes totalitários europeus do início do século XX. Ainda hoje, outra vez em sentido comum, se usa o termo «fascista» (neofascista, neste caso) para classificar, por exemplo, o pensamento daqueles que são admiradores de Hitler e Mussolini (e são sempre mais do que deveriam ser. Um só neofascista é já demasiado). Por isso, nestas linhas, exceto quando discutido o contrário, referimo-nos operativamente a «fascistas» em sentido lato para referir a adesão a uma forma de governo autoritária, corporativista e nacionalista (cf. Payne, 1965: 7). Mas assumimos também o entendimento de Mainer do fascismo como uma doença espiritual, e sublinhamos:

**O fascismo foi – e continua a ser – uma patologia do espírito, uma perversão de sentimentos comuns, um estado de consciência em que os fascistas deixam que o irracional prepondera sobre o racional, que o emocional triunfe sobre o calculado e sobretudo que o temor prevaleça sobre a confiança. Temos de o estudar, portanto, num período bastante dilatado, mais atentos às percepções subjetivas dos seus protagonistas (os grupos sociais) que a noções objetivas exageradamente lineares.** (Mainer 2001: XXXIV e XXXV)

Para os historiadores contemporâneos parece começar a encontrar-se um consenso (insisto em parece, porque, mais uma vez, não se trata da nossa área de estudos) em classificar o regime de Franco como um regime totalitário, mas não fascista.

A discussão deve ser apresentada a partir de duas vertentes: uma está relacionada com a essência do falangismo, a outra tem que ver com a reflexão sobre o regime de Franco. Uma faz a análise a um nível ideológico e outra debruça-se sobre a sua organização e a sua prática política.

---

<sup>64</sup> Para um olhar sobre a emergência do paradigma cultural na sociedade contemporânea e para a definição de estudos de cultura, veja-se Gil, 2008a.

Joan M. Thomás considera que o franquismo foi um «regime fascistizado e não propriamente fascista» (2008: 235), tendo em conta a debilidade do partido único face ao poder e à figura do chefe do governo, e também o tipo de repressão exercida, comparando com o nazismo alemão e com o fascismo italiano. Para Thomás (2001), apesar do processo de fascistização vivido até 1941, foi Franco que conduziu os destinos do país e do partido, tendo-o «domesticado» e anulado qualquer destino fascista.

Nos anos 60, o historiador norte-americano Stanley Payne (1965) escreveu uma história da Falange a que chamou *A History of Spanish Fascism* e em obras mais recentes voltou a escrever sobre a Falange ou o fascismo espanhol (1997; 2008). Mas referindo-se aos três períodos em que divide a história do regime franquista, classifica a fase de 1936 a 1945 de «semifascista, potencialmente imperialista», a época de 1945 a 1957 de «corporativismo nacional católico» e os anos de 1957-1959 até 1975 de «fase desenvolvedora da chamada tecnocracia e uma espécie de autoritarismo burocrático» (Payne, 1987: 652). Payne vê o franquismo como um regime autoritário, uma ditadura baseada na personalidade do chefe, mas onde são facilmente identificáveis certos «fatores *fascistogénicos*» (Payne, 2008: 349). Se Payne fala de um fascismo «estranho», já Penella (2006) refere-se ao regime espanhol como um «simulacro de fascismo».

Anthony Beevor, no final do importante volume *Guerra Civil Española*, apresenta vários mapas da(s) Europa(s) do século XX, a partir também da filiação ideológica de cada país. No mapa «A Europa de Hitler», Espanha, Portugal e França (Vichy) aparecem como regimes autoritários, por oposição a países com «regime fascista» ou «país ocupado pelo Eixo» e «regime comunista» (Beevor, 2005: 857), o que reflete a posição que exclui o franquismo da lista dos regimes fascistas.

Discutir o adjetivo a aplicar à especificidade de cada regime totalitário não pode escamotear a realidade concreta de cada um deles; a realidade negra dos primeiros anos do franquismo de que fala Jordi Gracia: «O quinquênio foi *negro* porque foi substantivamente fascista.» (Gracia, 2004: 386). Independentemente da taxonomia da história ou da ciência política, a existência, o quotidiano, os factos, mostram a guerra, as prisões, o centralismo do Estado, a censura, a falta de liberdades individuais, as purgas, o isolamento, o medo.

Tal como no caso português,<sup>65</sup> parece hoje mais pacífico aceitar que o franquismo foi um estado de inspiração fascista inicial. No entanto, a sua deriva personalista e a existência concreta no contexto de uma Europa pós II Guerra, desviaram o regime da anacronia ideológica, afastando-o do fascismo puro.<sup>66</sup>

O totalitarismo espanhol, fascista ou fascistizante, fascistófilo, tomou o nome de franquismo. Para De Miguel, «[...] Franco não inventou o franquismo, mas este – inominado – descobriu o seu batista.» (De Miguel, 1976: 27). Já Borejsza, debruçando-se sobre os totalitarismos alemão, italiano e soviético, considera que a substituição dos nomes dos regimes como nacional-socialismo ou fascismo por expressões com os nomes dos líderes seria uma forma de desculpabilizar aqueles que colaboraram e aceitaram os seus crimes, transformando Hitler e Mussolini nos únicos responsáveis pelo horror (cf. Borejsza, 2002: 5-6).

Chegar a um consenso improdutivo não tem nada de vantajoso e mesmo não considerando o franquismo um regime puramente fascista, o certo é que a Falange foi um partido fascista, o regime de Franco viveu nos seus primeiríssimos anos sob forte influência do partido, e os seus apoiantes/

---

<sup>65</sup> Sobre a essência do salazarismo é incontornável o trabalho pioneiro de Manuel Braga da Cruz (1988) que considera o salazarismo uma «ditadura de governo» e «administrativa ou burocrática», por contraste com a «ditadura de movimento» nazi e com a «ditadura de partido» fascista. (cf. 255). O historiador enumera os atributos fascistas «mínimos» ausentes do salazarismo: «[...] nem motivações radicais, antiburguesas ou anticapitalistas; nem determinação ou ameaça do aparelho burocrático de Estado por um partido armado; mais desmobilização do que mobilização; mais obediência condescendente do que apoio entusiástico por parte dos subordinados; liderança pessoal e concentrada mas pouco dinâmica ou carismática; políticas nacionalistas mais conservadoras do que expansionistas.[...] [...] se nos afigura bem mais decisivo o que afasta o salazarismo do fascismo do que aquilo que deste o aproxima, e [...] ele foi por isso um regime monopartidário mas apenas conservador, fazendo uso de uma ditadura policial e administrativa do chefe do Governo que, por isso mesmo, lhe emprestou o nome, e de um corporativismo que, com o tempo, tendeu também a ser cada vez mais de Estado, embora nunca integral nem puro.» (Cruz, 1988: 259). Vejam-se também as pistas lançadas pela síntese de José Miguel Sardica (2008). «The historical definition of salazarism», 57-60. Sobre o fascismo em Portugal, o capítulo «Fascism: the impossible solution». A obra, ainda que breve, tem uma importante bibliografia, uma tábua cronológica e rigorosas biografias sobre os protagonistas do século XX português. Veja-se também, Costa Pinto (1992), *O Salazarismo e o fascismo europeu*. Num livro que trata dos movimentos e sistemas autoritários e fascistas na Europa, Jerzy W. Borejsza dedica um pequeno capítulo ao Estado Novo português. (Borejsza, 2002: 229-231). Para um estudo comparativo dos regimes franquista e salazarista, veja-se Manuel Loff, 2000.

<sup>66</sup> Juan Marsal propôs a definição de «fascismo periférico» (Marsal, 1979: 33).

/militantes da FE (re)viam-se no ideário de José Antonio Primo de Rivera. No extremo, para as vítimas reais de uma visão imperialista, autoritária, persecutória do regime, os preciosismos teóricos ou as inovações analíticas *a posteriori* não fazem muita diferença; essas pessoas experienciaram o franquismo como «condição de vida» (Marsal, 1979: 34). No extremo, como perguntava ironicamente o Decano do romance de Torrente Ballester *La Muerte del Decano*: «¿Cree usted que hemos avanzado mucho sabiendo que Inocencio III era un resentido?» (GTB, 1992: 28). Ou seja, embora os pormenores da história não sejam despreciados, e as contribuições de outras disciplinas não sejam desprezíveis, há detalhes que não influenciam a interpretação geral ou as consequências particulares. Ser ou não ser fascista não invalida ou escusa a essência, o substantivo franquismo, embora tenhamos de insistir na diferença entre o franquismo puro e a lenta degeneração dos últimos anos do regime. Temos também de ter presente que, como já escrevera Amando de Miguel nos anos 70, se é certo que o falangismo é o particular modo espanhol de interpretar o fascismo, também é certo que aquele é apenas um dos componentes do franquismo:

Repito que o mais óbvio é que o tom fascista foi dado ao regime pela Falange, mas na paleta houve sempre mais cores: junto ao azul prússia dos falangistas estava o azul céu dos católicos, o negro dos integristas, o caqui dos militares, o cinzento dos tecnocratas, etc. [...]» (De Miguel, 1976: 43)

No seu balanço do século XX, *Memória do mal, tentação do bem* [2000], Tzvetan Todorov confronta aquilo que identifica como os dois ramos do totalitarismo, o comunismo e o fascismo, com o seu inimigo, a democracia. O comunismo é o «Estado totalitário inaugural» (Todorov, 2002:19), de que foi «parteiro» Lenine (*ibid.*: 79); fascismo classifica o regime de Mussolini e também o de Hitler. Nesta obra, usamos as expressões totalitarismo, Estado totalitário, fascismo, regime fascista, no sentido que lhes dá Todorov (2002): por oposição à democracia, um regime maniqueísta, em que o terror faz parte da essência do Estado,<sup>67</sup> que nega as liberdades individuais

---

<sup>67</sup> «O terror é o eixo de todo o sistema totalitário» (Borejsza, 2002: XXIV). Todorov considera o uso do terror como uma característica fundamental e «indispensável» dos Estados totalitários, que não podem ser estudados como sociedades que vivem com conflitos e tensões habituais. «Foi evidente em 1989: assim que o terror foi suspenso (a polícia e o exército não tinham recebido ordens para disparar contra os manifestantes),

e a igualdade dos seres, e privilegia o aparecimento de uma espécie de «super-homens» providenciais.

Quando, em 1958, Franco aprova os *Principios del Movimiento Nacional*, a Falange Española já estava muito longe – no tempo e nas ideias – do discurso fundacional de José Antonio Primo de Rivera no Teatro da Comédia em Madrid (29.10.1933).<sup>68</sup> Embora o partido se tenha mantido durante toda a ditadura, já estabelecido o regime passou a ser conhecido como *Movimiento* e essa mudança de designação foi o sinal definitivo do esvaziamento ideológico que, paulatinamente, o *antipartido* de José Antonio fora sofrendo, principalmente face ao poder do exército (cf. Payne, 2008: 337 e Penella, 2006: 345). Minoritário e quase marginal do ponto de vista do apoio popular durante a República,<sup>69</sup> sobreviveu em tensão entre os carlistas, a direita monárquica alfonsina, e a católica e reacionária de Gil Robles. Em 1934 FE une-se às Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (JONS) de Ramiro Ledesma Ramos, apresentando-se oficialmente num ato realizado a 4 de março em Valladolid. Com a elaboração dos 27 *puntos* fica definido o programa político de *FE de las JONS*. A 20 de abril de 1937,<sup>70</sup> o Boletín Oficial del Estado (BOE) publica o decreto 255, que no seu primeiro artigo anuncia o nome da «nova organização» – *Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*<sup>71</sup> (*FET y de las JONS*) –, que junta a FE e a *Comunión*

---

os Estados totalitários comunistas desmoronaram-se como um castelo de cartas.» (Todorov, 2002: 48).

<sup>68</sup> A 2 de novembro de 1933 foi fundada a Falange Española, tendo como presidente Júlio Ruiz de Alda (Penella, 2006: 113); (Carbajosa e Carbajosa, 2003: 81).

<sup>69</sup> Recorde-se que nas últimas eleições gerais, de 16 de fevereiro de 1936, FE teve apenas 44 466 votos, correspondente a 0,4% do total e não obteve nenhum mandato (cf. Penella, 2006: 323). «Falange, um partido sem representação parlamentar nas últimas Cortes, contava com 2000 filiados em 1936 e tinha passado, um ano depois, a 200 000.» (Trapiello, 1994: 202). «Na verdade a Falange, com o seu chefe desaparecido e os restantes comandos sumidos na maior confusão, teria passado completamente despercebida se Franco e os militares não tivessem encontrado nela um útil instrumento ao seu serviço.» (Payne, 1965: 216).

<sup>70</sup> Decreto reproduzido em García-Nieto e Donézar, *Bases documentales de la España contemporánea vol. 10: La guerra de España de 1936 a 1939*, pp. 285-287. Alguns historiadores datam o decreto do dia 19 de abril de 1937 (cf. por exemplo, Thomás, 2008: 226), trata-se apenas da diferença entre o dia em que foi publicado no BOE e o dia em que foi assinado: «Dado em Salamanca a dezanove de abril de mil novecentos e trinta e sete.» (p. 287).

<sup>71</sup> «Enquanto os partidos de esquerda, anarquistas, socialistas, comunistas,

*Tradicionalista*, e dissolve «[...] as demais organizações e partidos políticos». Cinco dias mais tarde, o BOE apresenta o decreto de nomeação da Junta Política da *FET y de las JONS*, com Manuel Hedilla como primeiro membro. Hedilla recusa o lugar no Secretariado Político do partido, pressionado pelos que o acusam de «ter vendido a Falange a Franco» (Thomás 2008: 227), e por não considerar como verdadeiros falangistas os nomes aí propostos. Em consequência, Hedilla foi preso, acusado de diversos crimes (sem referência ao facto de ter desafiado Franco) e condenado à morte (pena mais tarde comutada). Afastado Hedilla da chefia do partido,<sup>72</sup> o novo líder,<sup>73</sup> vitorioso e situado por cima e à margem das anteriores fraturas da direita, torna-se no substituto político e mítico de José Antonio Primo de Rivera: aparentemente, a Espanha fascista tinha encontrado o chefe providencial há tanto tempo desejado, capaz de a conduzir numa nova e triunfante era.

Embora não se trate de uma obra especificamente sobre questões teóricas relacionadas com a definição da ideologia e com evolução política que levou à transformação do fascismo numa «categoria histórica, europeia primeiro e, finalmente, universal» (Marsal, 1979: 23), o trabalho de Alexandre Cirici (1977) sobre a representação do franquismo nas artes visuais, parte da ideia de que «o franquismo não era uma doutrina. Era uma situação [...]» (Cirici, 1977: 12) de adaptação à realidade das distintas fases que o regime foi vivendo. As reflexões do eminente crítico de arte catalão sobre a estética aplicada às artes e à iconografia são muito úteis para entender o processo de comunicação (perdoe-se o anacronismo) da marca Estado Espanhol liderado por Franco. Na segunda parte do nosso trabalho,

---

republicanos, nacionalistas ou plumistas lutavam cada um por sua conta e nos seus “territórios” e áreas de influência, os nacionalistas conseguiram meter num único partido carlistas, monárquicos, fascistas, falangistas e cedistas católicos mais integristas. Nem sequer tiveram que inventar um, aproveitaram o já existente: FE de las JONS passou a chamar-se, em abril de 37, Falange Española Tradicionalista de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista.» (Trapiello, 1994: 201).

<sup>72</sup> Serrano Suñer considera, nas suas memórias, que se trata do momento de transição entre o passado, falangista, e o futuro, franquista. «Na verdade, aquela Falange [...] morreu nessa pugna, e nasceu o franquismo. A “Falange” ficou reduzida a ser a sua etiqueta externa.» (Serrano Suñer, 1997: 187).

<sup>73</sup> No artigo 4.º, capítulo I, do decreto que aprova os Estatutos de *FET y de las JONS* (BOE, 7 de agosto de 1937), «O CAUDILLO ou Chefe Nacional do Movimento» aparece como um dos órgãos do partido e no Capítulo XI, o artigo 47 termina com as “limitações” do chefe que «responde perante Deus e a História» (cf. García-Nieto e Donézar, 1974: 304-315).

dedicaremos um olhar mais atento à comunicação-propaganda franquista, comandada com as contribuições do acaso, da situação e da habilidade estratégica.

Manuel Penella (2006) descreve ao pormenor o percurso empreendido por um partido fascista minoritário, sem expressão eleitoral de monta, que acaba por se tornar no partido único de um regime totalitário. «O novo Estado franquista erguia-se em chave fascista» (Penella, 2006: 368) embora a sua afinidade – concreta e simbólica – com o fascismo nem sempre tivesse sido assumida.

Em Espanha os tumultuosos anos vinte e trinta não foram de claro contraste político, mas sim de variadas *nuances* ideológicas, com uma direita bastante dividida. Mónica e Pablo Barbajosa lembram-no, a respeito da designação dos falangistas escritores e políticos, e do seu empenho na literatura e na vida partidária:

[...] uma coisa é pregar e outra muito diferente é dar óleo de rícino<sup>74</sup>; tachá-los de fascistas sem mais é muito diferente de perfilar com alta precisão a sua índole ideológica, em que, aos italianizantes do fascismo, há que juntar os reacionários de etiqueta monárquica, os nacionalistas maurrasianos e outras espécies da direita espanhola que rondaram o nascente fascismo espanhol. (Carbajosa e Carbajosa 2003: XVII).

A discussão sobre a originalidade do fascismo espanhol esteve presente, desde o início, nos discursos dos falangistas<sup>75</sup> e no debate político, em que se argumentava a favor e contra a especificidade do movimento fascista. O fascismo era uma ideia italiana universalizante e cabia a cada povo encontrar a sua «própria fórmula de fascismo» (Giménez Caballero 1929, *apud* Carbajosa e Carbajosa, 2003: 55). No caso espanhol, essa fórmula

---

<sup>74</sup> Obrigar a beber óleo de rícino (que provoca violentas cólicas intestinais) e rapar a cabeça eram dois castigos frequentemente administrados aos falangistas mal comportados ou a opositores da Falange, nomeadamente às mulheres republicanas.

<sup>75</sup> Giménez Caballero proclama «Não necessitamos de símbolos emprestados.» (Giménez Caballero, 1983: 189). *El haz y el yugo* dos reis católicos são o símbolo natural do fascismo espanhol. Em nota de 1934 a *Genio de España*, o autor reclama a autoria da adoção do «símbolo unitário dos Reis Católicos» como «emblema do movimento fascista nascente, *hacista*, de Espanha. E, posteriormente, em nota de 1938, Giménez Caballero faz uma incursão «esotérica» sobre a origem do símbolo de Isabel e Fernando. (*ibid.*: 29-30).

procurava ancorar-se numa memória que remontava aos reis católicos, Isabel de Castela e a Fernando de Aragão, e que se baseava na identidade visceralmente católica da Espanha. Aliás, nas «exaltações» do seu *Genio de España* (1932), Giménez Caballero era muito claro: «[...] o fascismo para Espanha não é fascismo, mas sim ca-to-li-ci-dade. Outra vez: catolicismo.» (Giménez Caballero, 1983: 189).

Para José Antonio<sup>76</sup> o modo de proceder é essencial para encontrar essa base nacional: «Sem uma atitude fascista não se pode encontrar a tradição.» (*La Nación*, 23 de outubro 1933, *apud* Penella, 2006: 92). José Antonio, «grande sintetizador e divulgador de ideias e tendências», inspirava-se no modelo do fascismo italiano no que respeita à forma, mas vai buscar o conteúdo político do seu pensamento à tradição dos autores espanhóis (Simancas Tejedor, 2003: 191), dos quais faz parte esse fundamental fundo católico.

O pensamento de José Antonio, apesar de não ser original, pode ser encarado como «a chave do fascismo espanhol» (*ibid.*). O filho do ditador impressionou-se pelo *Duce*, mas também escutou e leu atentamente Giménez Caballero, Sánchez Mazas (Carbajosa e Carbajosa, 2003: 81), Ledesma Ramos, Donoso Cortés, Balmes, Vázquez de Mella, Maetzu ou Pradera (Simancas Tejedor, 2003: 191). A capacidade de José Antonio Primo de Rivera de conseguir aglutinar à sua volta um importante grupo de intelectuais não liberais ou republicanos foi vista como um triunfo, numa época em que as tertúlias republicanas<sup>77</sup> detinham uma espécie de monopólio da vida intelectual espanhola (Carbajosa e Carbajosa, 2003: 78).

A identificação dos falangistas com o catolicismo era muitas vezes eminentemente cultural (*ibid.*: 71) e não real. O catolicismo era inerente à

---

<sup>76</sup> Segundo Payne, José Antonio Primo de Rivera, Marquês de Estella, era tratado pelo seu nome próprio entre os seus companheiros de partido e a primeira vez que o seu nome de batismo foi usado publicamente sem os apelidos foi em *La Nación* de 25 de agosto de 1933 (cf. Payne, 1965: 49 e 221). Em artigo publicado em *El Pueblo Gallego*, 19.11.1939, 4-5, «Tres años después», Gonzalo Torrente Ballester assinala conscientemente o uso de *José Antonio*, sem apelidos, e também o facto de se atribuir aos meninos que nascem o seu nome como homenagem.

<sup>77</sup> A Madrid intelectual e cultural dos anos 1930 era uma cidade “pequena” e às vezes a esquerda e a direita encontravam-se – literalmente – próximas. No café *Ballena Alegre*, coincidiam a tertúlia de José Antonio e a tertúlia do poeta e ensaísta José Bergamín: «entre os membros das duas tertúlias não havia mais do que uma amistosa rivalidade ou um cordial enfrentamento [...]». (Carbajosa e Carbajosa, 2003: 102). Veja-se o animado relato do poeta Gabriel Celaya sobre esta proximidade, citado por Carbajosa e Carbajosa (2003: 103).

ideia de pátria espanhola e a Igreja estaria, como todos (militares incluídos), ao serviço do Estado. A permanente preocupação do falangismo em assimilar catolicismo nas suas vertentes cultural e espiritual (e até, de certo modo, política), conduz o movimento fascista espanhol a experimentar consideráveis incoerências ideológicas.

Um fascismo católico representava uma contradição aparente que os falangistas espanhóis tiveram que resolver. «Não havia ideias católicas na substância filosófica do fascismo, mas sim um aglomerado de elementos especificamente incompatíveis com a fé, desde o idealismo hegeliano até ao vitalismo, passando pelo positivismo e o pragmatismo.» (Penella, 2006: 19) Esta omnipresença do catolicismo no ideário e na prática fascista em Espanha haveria de caracterizar também o regime franquista e a Igreja funcionou como o verdadeiro partido do povo, que encarnava os seus sentimentos de tradicionalismo conservador e familiar (Cirici, 1977: 41). Franco fez-se valer de um partido fascista para conseguir o apoio das massas que, ao contrário da história da ascensão ao poder de outros partidos totalitários europeus, nada tinham que ver com a origem do movimento de insurreição. Esse partido vai-se desintegrar na sua essência, ficando apenas um nome que já só vagamente se parece com o original.

Confrontando o caso espanhol com o alemão e o italiano, José-Carlos Mainer apresenta as semelhanças e diferenças no processo de desenvolvimento das «sementes» do fascismo: em Espanha não se sentiu a frustração das consequências da I Grande Guerra nem o ódio antisemita, mas vivia-se um «clima de rancor» devido aos insucessos de 1898, Barranco del Lobo (1909), desastre de Annual (1921) (cf. Mainer, 2001: XXXV). Para o autor, só não houve antissemitismo porque não havia judeus; esse ódio foi dirigido para os nacionalistas: «Os separatistas foram os nossos hebreus» (*ibid.*), diz de forma acertada, mas quiçá exagerada.

Não podemos pôr a disputa sempre ao mesmo nível, porquanto ela é de distinto cariz antes e depois da vitória aliada na Segunda Grande Guerra quando Franco empreende a árdua tarefa de “desfascistizar” o regime,<sup>78</sup> com vista à sua sobrevivência política na nova ordem mundial. Num discurso de 3 de novembro de 1945, o *Generalísimo* esclarece que «Espanha nunca foi fascista ou nazi» (*apud* Cirini, 1977: 45). Como já vimos, a atribuição de um adjetivo ao regime não apaga a gramática do medo e da falta de liberdade.

---

<sup>78</sup> Sobre a «longa “desfascistización”» vd. Capítulo 11 de Payne (1997), *Franco y José Antonio: el extraño caso del fascismo español*.

Stanley Payne (2008) assinala que, embora em 1934 José Antonio tivesse deixado de utilizar em público o termo fascista, «enquanto foi um homem livre nunca renunciou às metas fundamentais do fascismo» (Payne, 2008: 330). E estas metas, apesar da ideia joseantoniana do «movimento poético»,<sup>79</sup> estavam mais perto da expressão dramática da tragédia do que do encanto do lirismo ou da efabulação narrativa. A história provou-o de forma inexorável, com a Guerra Civil e a longa noite do franquismo.

José Antonio Primo de Rivera (1903-1936), filho do ditador Miguel Primo de Rivera que, entre 1923 e 1930, governou Espanha, conheceu pessoalmente Mussolini em Roma em 1923, numa deslocação em que acompanhou o seu pai.<sup>80</sup> Os vinte anos do jovem aristocrata deslumbraram-se com o *Duce* e a faustosa encenação que o acompanhava, e a sua visita a Itália transformou-se numa espécie de viagem iniciática (Penella, 2006: 18) em que, pela via das paixões, se deu a sua primeira aproximação ao fascismo.

No caso de José Antonio, a adesão emocional ao fascismo precedeu as considerações de ordem intelectual. [...] Por via especulativa, este jovem de formação católica e de hábitos mentais rigorosos dificilmente teria podido converter-se em fascista. (*ibid.*: 19)

Depois do dramático afastamento do pai da governação, José Antonio encarou a sua missão política<sup>81</sup> também como uma forma de reparar a memória do ditador e provar que o caminho por ele apontado, de haver sido apoiado, seria o correto. Apesar de adulado por apoiantes incondicionais, entusiasmados pelo discurso do líder, o percurso político de José Antonio foi sinuoso, tal como o eram os complicados e instáveis meandros da política, e a sua ação nem sempre coerente, eficaz ou modelar. A notícia da sua

---

<sup>79</sup> «O que levou a Falange à perdição foi a excessiva carga de idealismo emocional que arrastava na sua dialética. Desde o momento em que o mito absoluto da glória e da unidade nacional passou a constituir toda a doutrina da Falange, esta perdeu toda a margem de manobra e de compromisso, isto é, de acomodação à realidade política.» (Payne, 1965: 216).

<sup>80</sup> Conta Gabriel Jackson que quando o rei Alfonso XIII visitou Itália terá dito ao seu congénere Victor Emanuel III, referindo-se ao ditador Miguel Primo de Rivera: «Eu também tenho o meu Mussolini.» (Jackson, 1997: 115).

<sup>81</sup> Referindo-se também à herança familiar, Gonzalo Torrente Ballester descreve a vida pública de José Antonio como resultado de «uma luta entre vocação e destino» (cf. «Tres años después», *El Pueblo Gallego*, 21.11.1939, 6).

morte, fuzilado no pátio da prisão de Alicante a 20 de novembro de 1936,<sup>82</sup> foi ocultada durante muito tempo, de modo a não deixar esmorecer o entusiasmo dos seus apoiantes e José Antonio transformou-se no *Ausente*.<sup>83</sup> Essa manipulação da sua figura num nível quase mitológico, de que a proclamação em 1938 do dia 20 de novembro como *Día de los Caídos*<sup>84</sup> e a dramática transladação do corpo para o Escorial são expoentes máximos, serviu largamente os interesses do chefe totalitário que construiu para a posteridade a memória de um herói improvável:

Em vida, José Antonio Primo de Rivera não exerceu uma grande influência política. Os seus inegáveis dotes pessoais desperdiçaram-se, como se desperdiçou tanto na Espanha dos anos trinta. O seu contributo para a vida de Espanha foi negativo e não fez mais do que acelerar e aumentar o desastre nacional. A sua fama e apoteose foram póstumias, e talvez não pudesse ter sido de outra forma. O mais provável é que, se tivesse sobrevivido e tido mais êxito, tivesse sido completamente desacreditado pelo resultado prático de outro desastroso regime fascista. Morto, porém, tornou-se no objeto do mais extraordinário culto ao martírio existente na Europa ocidental contemporânea, culto que lhe garantiu uma posição importante e um papel que não teria sido capaz de desempenhar em vida. (Payne, 2006: 330-331)

O facto de a sua figura ser posta em causa por Payne no excerto citado – e não é o único autor a referir-se às contradições do pensamento joseantoniano – não invalida de todo a importância da sua pessoa, íntima ou pública, para os falangistas em geral, para os amigos da sua *corte* e para os

---

<sup>82</sup> A data consensuada pelos historiadores é o «amanhecer do dia 20 de novembro» (Payne, 1965: 115). No entanto, o decreto que declara o dia 20 de novembro dia dos caídos diz que José Antonio foi fuzilado «Dia 19 de novembro de 1936 [...]» (García-Nieto e Donézar, 1974: 392).

<sup>83</sup> Trata-se também de um atributo que contrasta com o grito de *¡presente!* que funcionava como uma espécie de declaração de fé e de compromisso dos militantes falangistas. Gonzalo Torrente Ballester chamou-lhe-á «[...] o formoso mito da ausência.[...]» («Tres años después», *El Pueblo Gallego*, 21.11.1939, 6).

<sup>84</sup> O decreto assinado por Franco é publicado no *Boletín Oficial del Estado* de 16 de novembro de 1936. Declarava o dia 20 de novembro dia de luto nacional (art.º 1) e, num total de oito artigos, definia uma série de iniciativas com vista a homenagear a vida e obra de José Antonio. (Cf. García-Nieto e Donézar, 1974: 392-393).

intelectuais falangistas do grupo de Serrano Suñer e de Dionisio Ridruejo em particular.<sup>85</sup> Os discursos e outros escritos de José Antonio foram lidos, relidos, citados à exaustão, antologiadados, reorganizados e, claro, manipulados, à mercê das paixões e das conveniências do momento, sempre em favor de Franco e da sua *Nueva España*. O pensamento do filho do ditador Primo de Rivera foi utilizado nos textos doutrinários dos intelectuais nacionalistas, apresentando-se normalmente como a solução para as questões (práticas e intelectuais) surgidas no seio das tensões e mudanças vividas em plena Guerra Civil.

## 7. Media e memória

Analisando as imagens publicadas pelos jornais no já citado trabalho *Remembering to Forget*, Barbie Zelizer considera que os *media* contemporâneos se tornaram «agentes omnipresentes da memória coletiva» (Zelizer, 1998: 2). No nosso entender, esta afirmação não marca uma diferença de forma relativamente ao passado, mas assinala uma constatação de grau. De facto, uma perspetiva da história da imprensa mostrará uma evolução radical nos meios, nas estratégias de persuasão e, em particular, no tratamento da imagem, visto que o século XX viveu uma espetacular (no duplo sentido da palavra, extraordinário e entretenimento) revolução técnica. Mas a utilização da imprensa como instrumento à disposição dos grupos de interesses (políticos, sociais, ideológicos...) na divulgação da(s) sua(s) verdade(s) sobre o passado ou sobre o presente é gémea do próprio meio. Não existiu uma imprensa pura, isenta e ausente do seu tempo e do seu espaço, tal como não existiu uma rádio surda ao seu contexto. O que houve foi uma evolução gradual das formas de instrumentalização, condicionada pelo devir das sociedades. Hoje, o papel dos meios de comunicação como agentes incontornáveis na transmissão das memórias (oficiais e/ou coletivas) é por isso também mais evidente.

Na história americana, o caso *Watergate* marcou uma viragem na relação dos *media* com o público. Com o subtítulo de *How we remember, forget, and reconstruct the past*, o estudo de Michael Schudson sobre o *Watergate* (1993), apresenta uma exemplar e importantíssima reflexão que cruza o

---

<sup>85</sup> Vejam-se os elogios de Ridruejo (1976a e 1976b) às qualidades pessoais de José Antonio, publicados anos depois da sua rutura com Franco e o franquismo.

papel dos *media* com as questões da memória. Na sua função de monitorização contínua da vida pública, os *media* colaboram para manter o passado presente no discurso público (cf. Schudson, 1993: 139), por vezes para institucionalizar uma determinada versão desse passado.

Na já citada obra, *Memoria y Olvido de la Guerra Civil Española*, Paloma Aguilar considera que a memória dominante é legitimada pela sua presença nos *media*: «Por “memória dominante” entende-se a memória pública representada nos meios de comunicação. Esta memória influencia, de distintos modos, a forma como as pessoas recordam o seu próprio passado ao modelar a memória pessoal.» (Aguilar, 1996: 36). A exposição desse passado coletivo oficial condiciona o passado individual. O papel da imprensa como agente da memória também é reconhecido por Josefina Cuesta: «A imprensa reflete as marcas da memória inseridas na sociedade, e chega a contribuir para edificar ou destruir essa mesma memória, como acontece com o franquismo.» (Cuesta, 2008: 19).

Paloma Aguilar identifica dois papéis desempenhados pela imprensa na história da Transição democrática em Espanha: o de moderador dos conflitos e o de ator político. Nem sempre a imprensa agiu para apaziguar ânimos radicalizados; durante a II República, recorda Aguilar, a imprensa «teve graves responsabilidades encarregando-se, em certa medida, de atizar o fogo da discórdia.» (Aguilar, 2008a: 288).

Os *media*, em geral, e o caso específico que nos ocupa, a imprensa, são, assim, ao mesmo tempo agentes da construção de memória e lugar onde se ergue esse complexo edifício, de que o discurso jornalístico é espelho. Para Todorov, «a memória coletiva não é uma memória mas um discurso que evolui no espaço público.» (Todorov, 2002: 158).

Apropriando-nos do entendimento de Todorov, as páginas que imediatamente se seguirão pretendem ajudar a traçar os caminhos das memórias coletivas espanholas lendo-as como discursos produzidos por distintos enunciadorees – protagonistas e/ou testemunhas – ao longo do século XX espanhol. Em particular, veremos o discurso dos intelectuais de direita, filhos ideológicos de José Antonio Primo de Rivera e seguidores políticos de Francisco Franco, e as imagens que esse grupo pretendeu dar (ou foi instruído para dar) de si mesmos, da ideologia por eles representada e da Espanha como pátria. Entendemos esses discursos como vestígios materiais da memória no sentido que lhes dá Barbie Zelizer:

Sabemos também que as memórias coletivas são materiais. Têm textura, existem no mundo e não apenas na cabeça das pessoas.

Encontramos memórias em objetos, nas narrativas sobre o passado e até mesmo nas rotinas que estruturam o nosso dia. Nenhuma memória está plenamente incorporada em qualquer destas formas culturais, ganhando antes o seu significado no contacto sistemático com cada uma delas. A materialidade da memória é importante, pois ajuda a contrabalançar as flutuações que caracterizam a lembrança. (Zelizer, 1998: 4).

Exemplos concretos da memória cultural, os discursos do passado e sobre o passado – memórias tácteis – serão objeto do nosso estudo, situados que estamos na cómoda e privilegiada distância do tempo e da geografia. Olhar esse passado e esses vestígios não é a forma de os julgar, mas sim, parafraseando Spinoza, de tentar compreender. Outros tempos e outras razões.



## **II – Os tempos, os homens**



A prossecução do bem, na medida em que esquece os indivíduos que deveriam ser os seus beneficiários, confunde-se com a prática do mal. Os sofrimentos dos homens resultam com maior frequência da prossecução do bem do que da do mal. (Todorov, 2002: 86-87)

It is difficult to face that threat on one's own, and even more difficult to find a way to be consistent with your beliefs and at the same time remain free enough to grow, change your mind, discover new things, or rediscover what you had once put aside. The hardest aspect of being an intellectual is to represent what you profess through your work and interventions, without hardening into an institution or a kind of automaton acting at the behest of a system or method. (Edward W. Said, 1996: 121)

Les idées, en effet, sont faites pour voyager, quitter leur lieu d'origine, s'acclimater ailleurs dans l'espace comme dans le temps. Chaque voyage les transforme, pour le meilleur comme pour le pire, sur le plan des conséquences qu'elles entraînent dans la vie des sociétés. Il est plus difficile d'arrêter les idées que d'arrêter des marchandises. (Georges Corm, 2009: 16)

[...] un héroe trágico lo es, no por haber fracasado o triunfado, sino por haber representado, encarnado, todas las tensiones interiores de un mundo humano. La España de 1936-1939 fue ese héroe trágico [...]. (Juan Mari-chal, 1995: 266)

## I. A dissonância modernista da Europa: entre a tragédia e o espírito

O léxico contemporâneo foi buscar os substantivos «tragédia» e «espírito» aos antigos e a nossa identidade cultural assimilou uma herança milenar da história erudita e da história social dos povos. Aparentemente, tragédia e espírito não são comparáveis nem se podem pôr em confronto. Mas eles estão omnipresentes, lado a lado, como hiperónimos de análise, quando olhamos para trás no tempo da Europa do século XX: foi sob e sobre o signo da tragédia humana (a tragédia do humano) que se destruiu e (re)construiu a humanidade. Foi o espírito que se deixou vencer e foi o mesmo espírito que recuperou a fé, a forma e a força que permitiram à Europa protagonizar um renascer mental e efetivo do humanismo no século XXI.

A realidade não se compadece com a retórica (embora a retórica possa condicionar a construção e interpretação dessa realidade) e, em 1945, a maioria dos europeus não teve tempo para retiros contemplativos em que pudesse refletir sobre o passado e sonhar com o futuro. Para os sobreviventes físicos e morais da barbárie só houve a chã realidade do quotidiano e a inacabada, inacabável tragédia do dia a dia.

Uma das terríveis contradições da condição humana é que ela avança pela tragédia. A catástrofe é produtiva e os desastres têm uma função a cumprir. Disso é exemplo fundamental o Terramoto de Lisboa de 1 de novembro de 1755 e os avanços filosóficos e civilizacionais que a tragédia suscitou nos intelectuais *avant-la-lettre* e nos técnicos do século XVIII: o pensamento e a cidade, as ideias e as ruas, não foram mais os mesmos. A catástrofe é produtiva, dizíamos, e ela inscreve-se numa tradição e numa memória linguística (Lepenies, 2008: 22); as vítimas e os heróis postos à prova pela força da natureza reagem em função da sua identidade cultural e do património da sua língua. Acreditando numa ecologia divina, os pensadores europeus de outros tempos e outras latitudes mentais, acreditavam que o desastre era uma forma de Deus reequilibrar a natureza. Mas o paradigma foi posto em causa, por exemplo, quando Voltaire<sup>86</sup> questionou essa função divina dos desastres. O fim do otimismo leibniziano marcou o início de uma nova era de reequacionar o mundo e a ordem estabelecida.

---

<sup>86</sup> Veja-se o longo «Poème sur le désastre de Lisbonne, ou examen de cet axiome, tout est bien» (cf. Voltaire, 1825: 179-186).

O anjo que Benjamin roubou a Klee e que vê o passado como uma catástrofe única, *Trümmer auf Trümmer*, tenta, infrutiferamente, enfrentar a violenta e implacável tempestade do progresso (Benjamin, 1974). A história prefere a tragédia (Todorov, 2002: 175) e, nos momentos em que a humanidade falha, alimenta-se canibalisticamente dos seus próprios desastres. A estes vai buscar forças e lições que permitem, de vez quando, quase inesperadamente, (sobre)viver à/em paz. A tragédia é sofrimento e dor, catástrofe e fim. Independentemente das razões superiores que podem justificar uma ação de guerra, o resultado concreto é a dor, e assim esse ato, por mais certo que seja na origem, nunca se converte em justiça na chegada.

A história da Europa do século XX não é uma história justa. Não o são a crueldade e o terror, a tortura e a morte, não o é a impossibilidade da esperança. Todorov (2002), na obra que já amplamente citámos, espécie de guia moral para a nossa presente reflexão, divide o século XX entre o fascismo e a democracia. Na primeira parte deste trabalho, definimos fascismo como uma doença do espírito e escolhemos usar o termo totalitarismo como seu sinónimo, conscientes porém de que se trata apenas de uma opção operativa, que simplifica para efeitos práticos imediatos uma realidade complexa.

A simplificação neste caso reside numa separação clara entre o bem e o mal, encarnados em duas formas opostas de governo dos povos: a democracia e o totalitarismo, respetivamente. A insistência retórica na insanável imperfeição da democracia não esvazia a legítima certeza da sua prevalência moral e espiritual sobre qualquer forma de regime totalitário. Assim como não esvazia a legitimidade da esperança e do empenho num aperfeiçoamento perene dessa democracia.

A Europa viveu um século XX de contradições violentas entre o bem e o mal, de lugares de cinza(s) em que o espetro cromático dos valores comprova a fluidez das fronteiras morais. As duas Guerras Mundiais que tiveram lugar no espaço geográfico, mas também mental, da Europa e do Ocidente, destacaram-se pelas táticas e consequências de uma tirania sem limites. São crudelíssimas herdeiras de uma história de violência, cujos passos não são desconhecidos. Sem irmos demasiado longe, podemos listar dentro do espaço europeu, as cruzadas, a Reconquista Cristã, a Guerra dos Cem Anos, as perseguições da Inquisição, as guerras religiosas, as invasões napoleónicas... Assim, ao partir para fora de portas, os europeus deixaram o rasto de uma disfórica «peregrinação» de guerra, pilhagem, opressão, genocídio, escravatura, que só muito a custo sobrevive na memória e na história, submetida que está à euforia da missão iluminada e do legado humanista. A barbárie concreta, de cada uma das

realidades do mal, não pode, porém, ser obscurecida pelo universalizar da tragédia.

A história da Europa é, portanto, um paradoxo de luz e trevas (Corm, 2009), em que coexistem o peso da destruição, e a leveza da criação artística e do progresso técnico. Há uma palavra «mágica» que atravessa esta constatação e que se forma e reforma em conceito: modernidade.

Na obra *L'Europe et le mythe de l'Occident*, Georges Corm mostra como o conceito cultural de Ocidente é um mito construído sob a falsa ideia de um *continuum* histórico, estilizado e uniformizado, e de uma inquebrável unidade civilizacional entre os países europeus. O autor propõe uma «equação mitológica» em que junta estes dois conceitos – modernidade e ocidente – aos de Europa e *avenir du monde*. (cf. *ibid.*: 50):

[...] é esta a equação, epopeia ou tragédia, de que se ocupa o mundo inteiro desde há quase dois séculos. Porque a modernidade é a Europa e a Europa é a modernidade, no entanto a noção de Ocidente tornou-se a questão central desta equação. Mas para cúmulo, esta tende cada vez mais a fazer desaparecer a existência das diversas culturas e diferentes visões do mundo, filosóficas e históricas, que a Europa produziu. O Ocidente, filho da Europa, torna-se também o pai protetor, enquanto que a modernidade é o Espírito santo que sopra sobre o mundo. (*ibid.*: 51).

Corm considera que é precisamente a dinâmica da fragmentação que existe na Europa que contribui para aumentar de forma incessante o mito da unidade harmónica da civilização ocidental. A modernidade europeia é para Corm um «milagre», um momento sem retorno da vitória do Novo sobre o Antigo (cf. *ibid.*: 99), sinónimo, como vimos, na sua «equação mitológica», do conceito de Ocidente, porquanto a modernidade só é concebível no quadro europeu (*de facto* ou herdado por outras culturas) que esse Ocidente representa.

Atribui-se a Baudelaire a *invenção da modernidade*.<sup>87</sup> Segundo Jorge Fazenda Lourenço, a modernidade não é uma vitória sobre o antigo,

---

<sup>87</sup> A antologia de textos de Baudelaire, organizada por Jorge Fazenda Lourenço, leva este título. Na introdução, o antologador debruça-se sobre os contributos críticos de Baudelaire «sobre arte, literatura e música» e vê-os como um moderno «pensamento em processo» (Lourenço, 2006: 12). Também Karl Heinz Bohrer afirma que «Baudelaire é considerado o inventor do modernismo literário, ou mesmo do modernismo, por si só, pelo menos enquanto inventor da sua primeira definição.» (Bohrer, 2008: 14).

mas nasce da certeza de que a tradição é uma condição necessária à existência do novo. (cf. Lourenço, 2008: 11). Nesse curto mas belíssimo texto de abertura do volume *Baudelaire e as posteridades do moderno*, Fazenda Lourenço caracteriza a modernidade em Baudelaire como «paradoxal». O mesmo adjetivo surge nos textos de outros autores (cf. Bohrer, 2008: 29; Buescu, 2008: 39, entre outros). O facto não representa nenhuma monotonia dos estudos sobre Baudelaire e a modernidade estética, mas sim a evidência incontornável da dissonância de que fala Isabel Capelo Gil: «A dissonância do modernismo é, certamente, o seu traço mais consensual.» Por causa disso, Gil declara a sua convicção de que «o modernismo é, na verdade, uma designação incorreta.» (Gil, 2008b: 186). Mais do que modernismo, deveríamos falar, pois, de modernismos:

Em primeiro lugar, porque reifica diversos projetos e movimentos estéticos situados na história e no espaço, que traduzem diversidade ou mesmo antagonismo ideológico; em segundo lugar, porque é um conceito que nunca foi realizado – o moderno é o que há de ser; e, em terceiro lugar, porque prenuncia a sua própria destruição contínua – o moderno é o que já foi. (*ibid.*: 186-187)

No seu ensaio, Capelo Gil mostra como os modernismos são um projeto de emancipação múltiplo e multiforme que, ao mesmo tempo, junta autoritarismo com autonomia, autenticidade com catástrofe e alteridade com homogeneidade (cf. *ibid.*: 187).

A dissonância, a ambivalência, o paradoxo, identificados na modernidade são, afinal, claros reflexos de um período determinante da vida intelectual, artística, social, política e ideológica da Europa em que esta viveu uma existência bipolar, oscilando radicalmente entre a máxima glória do espírito e da técnica, e a ímproba derrota da razão. Na verdade, como no paciente bipolar, coexistiram na Europa diferentes personalidades: os rasgos de génio e o génio do mal. O caso (não isolado) da Alemanha é exemplar: Corm põe-se mesmo a «fascinante questão» de saber «[...] como é que a cultura alemã, que nos deu Bach, Haendel, Haydn, Mozart, Beethoven, Schubert, Schumann, Brahms ou Mendelssohn, pôde pôr Hitler no mundo e dar à luz o nazismo.» (Corm, 2009: 153).

A perplexidade confessada por Corm não é inédita e, no ensaio já citado, Isabel Capelo Gil reequaciona o lado negro do projeto modernista, metafórica mas tão concretamente representado pela curta distância

quilométrica entre Weimar e Buchenwald, a biblioteca que alberga as obras de Goethe e Schiller e o campo de concentração onde estiveram Jorge Semprún e Ernst Wiechert (cf. Gil, 2008b: 188). Os ensinamentos da evidência têm tantas vezes um impacto inultrapassável por qualquer reflexão académica.

Àquilo a que Corm chama a *face sombre* da história da Europa, Gil refere-se como o lado negro, *catastrophic*, do projeto modernista.

As trevas surgem da tragédia da guerra, mas também da terrível prova de que nem os espíritos intelectuais, as almas iluminadas pela razão, conseguiram resistir à tentação fascista. As trevas são, afinal, o pó levantado pelo espanto com que olhamos a forma como, no caso dos intelectuais, se cedeu a uma tentação estética, além de política. Mas tal como nos alertou Benjamin, a política e a estética viveram uma relação solidária, de inge-rência recíproca no campo oposto. A política foi assumidamente a mais elevada forma de arte,<sup>88</sup> tal como o demonstravam as declarações de políticos nazis como Goebbels que consideravam que «a política nacional-socialista – a política moderna, por excelência – também representava a forma mais elevada de arte.» (Lepenies, 2006: 41). Relativamente ao caso alemão, Susan Sontag ressalta que

[o] interessante na relação entre a política e a arte sob o nacional-socialismo não é que a arte estivesse subordinada às necessidades políticas, visto que isso ocorre tanto nas ditaduras de direita como de esquerda, mas que a política se tenha apropriado da retórica da arte: a arte na sua última fase romântica.» (Sontag, 1987: 108-109).

Wolf Lepenies pergunta-se sobre o expressionista alemão Gottfried Benn: «Como é que um escritor que antigamente media a força moral da arte em função do seu distanciamento do poder e do seu isolamento do mundo se deixou seduzir deste modo?» (Lepenies, 2008: 381). O caso Benn

---

<sup>88</sup> Isso assumia Goebbels em carta de 1 de abril de 1933 a Wilhelm Furtwäger, citado por Lepenies: «O homem de Estado também é um artista. Para ele o povo é o mesmo que a pedra é para o escultor.» (Lepenies, 2008: 381). A história que Lepenies relata no segundo capítulo do seu *The Seduction of Culture in German History*, segundo a qual Churchill seria o único líder inimigo que nunca seria preso por Hitler, é também exemplificativa do apelo estético sentido pelo poder totalitário: «Alegadamente, o “Führer” repetava Churchill o artista porque ele mesmo queria ser visto como um artista.» (Lepenies, 2006: 36).

é apenas um exemplo.<sup>89</sup> Lepenies afirma que são os traços modernizadores do nazismo que ajudam a compreendê-lo. Segundo o sociólogo alemão, há muito que tivemos de abdicar de duas ilusões que vínhamos alimentando: a primeira é que nenhuma moralidade inerente às disciplinas artísticas e científicas nos protegeu, como se esperou, do nazismo; a segunda ilusão tem que ver com a ideia de que o nacional-socialismo era uma ideologia dedicada à luta contra a modernidade (cf. *ibid.*: 380). Os totalitarismos nazi e fascista foram modernos ao seu modo, mas também ao modo clássico: o novo, o vertical, a irmandade, a técnica... Jeffrey Herf (1984) cunhou o conceito de *reactionary modernism* que tem sido amplamente utilizado para olhar de novo a ambígua modernidade europeia.<sup>90</sup> Herf caracteriza o modernismo reacionário também como «paradoxal» e examina as dicotomias dos pensadores alemães que, rejeitando a razão iluminista, conciliaram as ideias românticas, antimodernas e irracionais com a mais óbvia manifestação de racionalidade que é a tecnologia moderna. Os pensadores estudados por Herf apropriaram-se da tecnologia considerada como um elemento da civilização ocidental para a transformar numa parte orgânica da cultura alemã, combinando a política reacionária com o avanço tecnológico (cf. Herf, 1984: 1-2). Herf defende mesmo que, embora a tecnologia tivesse exercido um grande fascínio sobre os intelectuais fascistas por toda a Europa, só no caso alemão é que ela se tornou parte da identidade nacional (*idem*: 10).

Susan Sontag reflete sobre a estética fascista e sobre aquilo que ela tem de fascinante também para a contemporaneidade [1974] e afirma que «a arte nazi é reacionária e, desafiante, mantém-se fora da corrente

---

<sup>89</sup> O percurso de Gottfried Benn é paradigmático porque se trata de um expressionista que se deixa impressionar pela estética do Estado nazi. Benn junta-se ao nacional-socialismo, tendo sido eleito em 1932 para a secção de poesia da Academia da Prússia [Preußischen Akademie der Künste], mas acaba por se afastar ainda nos anos 30. O reconhecimento da sua obra chegou tardiamente, entre outras razões porque foi estigmatizado depois da guerra devido à sua colaboração inicial com o nazismo.

<sup>90</sup> Isabel Capeloa Gil encontra limitações à tese de Herf: «A tese de Herf não é verdadeiramente satisfatória, desde logo porque Herf se refere ao apogeu do modernismo reacionário no Terceiro Reich e, além disso, porque escolhe como elemento-chave do movimento uma integração da racionalidade instrumental e da tecnologia como um meio para resolver a crítica latente do materialismo burguês, uma das características primordiais do conservadorismo de Weimar. No entanto, além do pensamento tecnológico, outros elementos existiam na atividade deste “-ismo” que Herf não contempla. [...]» (Gil, 2008b: 189)

principal de realizações artísticas neste século. Mas precisamente por esta razão, foi ganhando um lugar no gosto contemporâneo.» (Sontag, 1987: 110). São as características «moralizadoras» e «pobres» da pintura e da escultura nazi que, segundo Sontag, levam a que as pessoas as contemplem «como uma forma de *pop art*». (*ibid.*: 111). Na verdade, alguns dos ideais estéticos do fascismo não estão assim tão longe dos anelos artísticos dos dias de hoje, ainda que se manifestem sob formas diferentes: «[...] o ideal da vida como arte, o culto da beleza, o fetichismo da coragem, a dissolução da alienação no sentimento extasiado da comunidade; a recusa do intelecto; a família do homem (sob a tutela dos chefes).» (*ibid.*: 113). Pensar sem preconceitos as artes fascistas pode ajudar-nos a compreender melhor o encantamento que a estética desses regimes exerceu sobre as pessoas.

Os processos de sedução das multidões caíram tão bem nas massas como nas elites. Mas, ao contrário das massas, as elites tinham uma responsabilidade. Bem se perguntava Ortega em 1922 «Não há homens ou não há massas?» (cf. Ortega, 1999b: 79 e ss.). Nesses precoces ensaios sobre a «invertebração» de Espanha, o filósofo punha o ónus da questão sobre as massas:

É completamente errado pensar que o entusiasmo das massas depende do valor dos homens dirigentes. A verdade é precisamente o contrário: o valor social dos homens dirigentes depende da capacidade de entusiasmo que a massa possua. [...] Quando ouvirem dizer: «Hoje não há homens», entendam: «Hoje não há massas.» (Ortega, 1999b: 84-85).

Segundo o filósofo, eram as massas que empurravam a minoria de indivíduos seletos para agir em função das suas imposições. Ortega diagnostica o *imperio de las masas* como a pior das doenças em Espanha; a sociedade já não é uma sociedade «porque a própria raiz da atividade socializadora está infetada. [...] Onde não há uma minoria que atue sobre uma massa coletiva, e uma massa que saiba aceitar a influência de uma minoria, não há sociedade, ou se está muito perto de que não haja.» (*ibid.*: 89). As massas acabaram por aceitar o comando político da minoria seleta, mas pagou-se bem alto o preço do erro na escolha (?) dessa elite.

Afinal, pensamos nós hoje que podemos olhar para trás, os intelectuais diluíram-se na massa, mostraram a fragilidade do espírito perante a fortaleza do ritual e da encenação. O que seduziu as massas e os intelectuais foram

os mesmos discursos, os mesmos desfiles, o mesmo *volklöre*, o mesmo «teatro das autoestradas». A política feita arte era uma

arte que tinha transferido toda a moral para a forma, que tinha justificado o mundo como puro fenómeno estético, [Benn] deixava-se seduzir por um poder que representava a política como movimento e o Estado como obra de arte que, para retomar as palavras do seu propagandista Alfred Rosenberg, descrevia a «vontade alemã» como «vontade estética». (Lepenies, 2008: 384).

A sedução era eminentemente visual, era «algo indispensável para mobilizar a imaginação e não deixar lugar para o raciocínio» (Cirici, 1977: 11). A arte, como a ideologia, constituiu-se sobre uma «semântica excitante» (*ibid.*: 15), na qual desempenha um papel fundamental o mito da unidade, sobre o que se apoia a «conceção cultural destinada à criação de uma *Weltanschauung* favorável, [e que] encontrou naturalmente um aspeto privilegiado na sacralização daquilo que foi chamado «nacional», dando a esta palavra emotiva uma identificação com o Estado.» (*ibid.*: 16). Assim, segundo Cirici, o caminho retórico/estético desde esta base até ao topo da pirâmide é rápido e linear: o mito da unidade conduz a uma adoração da ordem, que se inscreve num culto da hierarquia e que termina na adoração redentora do Guia, o *Führer*. As grandes manifestações públicas, em comícios multitudinários, são aplicações práticas das teorias da ordem e da forma, em que nenhum pormenor (nem mesmo a trilogia das bandeiras e das palavras) é despreciando.

O facto de os espíritos eruditos terem seguido a corrente (atenção que nem todos esses espíritos se deixaram levar...) <sup>91</sup> é mais um capítulo da história da traição dos clérigos. Tal como vimos na primeira parte, foi Julien Benda que, em 1927, acusou os intelectuais de descerem do seu celeste reino do

---

<sup>91</sup> Por isso Isabel Capelo Gil aborda «a permeabilidade **dalguma** – sublinhado nosso – estética vanguardista à política» (Gil, 2003: 298). No ensaio, intitulado «Ficção do político: as ligações perigosas do(s) totalitarismo(s) e da avanguarda», Capelo Gil apresenta os casos do envolvimento de Gottfried Benn com o nazismo, de Ezra Pound com o fascismo e de António Ferro com o salazarismo, refletindo sobre as relações entre o compromisso político e o empenho estético destes autores. (cf. Gil, 2003). Já Wolf Lepenies também afirma que foram circunstâncias alheias à própria vontade de alguns intelectuais que os afastaram do nazismo: «Após 1934, muitos intelectuais alemães teriam, de bom grado, continuado a ser fascistas – assim os nazis o tivessem tolerado.» (Lepenies, 2006: 49).

espírito para este profano mundo da política. Lepenies (2008) intitula as suas duas lições dedicadas à «grata colaboração» dos intelectuais com o fascismo e o comunismo na(s) Alemanha(s) também de «traição dos clérigos». Assim, na sua terrorífica insanidade, Hitler não é uma criação alemã *ex nihilo*, ele é produto de um contexto europeu intelectual concreto impregnado de ideias racistas e pseudo-aristocráticas de que *Mein Kampf* é exemplo máximo (Corm, 2009). Segundo Lepenies, o afastamento do entusiasmo nazi de alguns dos intelectuais comprometidos com Hitler perante os crimes cometidos, como as reações provocadas pelo massacre de Röhm (30 de junho de 1934), deveu-se menos à falta de julgamento do que ao mau gosto do gesto: «Os crimes do regime nazi não causaram neles um choque moral, antes os desiludiram no plano estético». (Lepenies, 2008: 49).

O sentido espiritual humanista dos «três conceitos centrais da modernidade» enumerados por Bohrer – progresso, razão, humanidade (Bohrer, 2008: 13) – esvai-se na prática concreta do nazismo alemão e do fascismo italiano que constroem, como vimos, uma proposta alternativa do moderno. É essa proposta de uma novidade ecuménica a que o vanguardista e fascista espanhol Giménez Caballero (1899-1988) se refere quando comenta o facto de o programa de Hitler ser uma cópia do programa fascista de Mussolini. Por causa dessas semelhanças, chamaram aos nazis, «fascistas alemães»: «E são-no, enquanto *Fascismo* [...] já não é, como se crê, símbolo de “Nacionalismo”, de “Particularismo”, mas do seu contrário: de uma nova “universalidade”, de uma novíssima “ecumenidade”.» (Giménez Caballero, 1983: 103).

Não caímos porém na tentação maniqueísta de encontrar uma modernidade boa e uma modernidade má, ou a sua expressão intelectual e artística de um modernismo bom e de um modernismo mau. Em última análise, como anota Capeloa Gil, não há características formais que distingam a literatura de dentro e de fora do Terceiro Reich: «[...] a escrita epigonal do Terceiro Reich tinha tanto de moderna como a literatura existencial e autocomiserativa do pós-guerra [...]» (Gil, 2008b: 189).<sup>92</sup>

Num ensaio de 1974, «Fascinante Fascismo», Susan Sontag escreve a propósito da reabilitação da cineasta nazi Leni Riefenstahl e enuncia as características da arte fascista que, entende Sontag, estão presentes não apenas nas obras ditas fascistas e produzidas por governos fascistas, mas também noutras, como a insuspeitada *Fantasia* de Walt Disney, por exemplo,

---

<sup>92</sup> Segundo Lepenies, porém, «Não há literatura nacional-socialista de alta qualidade.» (Lepenies, 2006: 50).

que a autora considera que mostram exemplarmente estruturas e temas da arte fascista (cf. Sontag, 1987: 108).<sup>93</sup>

Os rasgos modernizadores das linhas formais e da temática das artes da época dos fascismos – aparentemente fascistas, ou não – são na essência comuns a todas as manifestações estéticas do seu tempo porque, como assinala Sontag, «O gosto é contexto[...]» (*ibid.*: 115). Mas o contexto era de crime e de terror e, conforme escreve Wolf Lepenies, «o Holocausto não foi só um crime político; foi também um falhanço moral de tal magnitude que já não podia ser compensado por nenhuma conquista artística.» (Lepenies, 2006: 48).

Na linha de Gil (2003), vemos as relações da literatura e da arte com a política como recíprocas: a arte não é puro reflexo da realidade, nem tão-pouco se encontra fora dela. Existe a ideia de uma ética inerente à condição de poeta, que tem que ver também com a sua presença na vida pública, e um certo sentido de missão perante os outros homens. Essa ética não é necessariamente posta em causa nas ligações perigosas das estéticas modernistas com os regimes totalitários. Tal como veremos no caso espanhol, os jovens poetas de simpatias fascistas tinham, na essência, as mesmas aspirações que os seus companheiros de esquerda: a mesma ânsia da ordem e da forma, e o mesmo desígnio do novo, na arte e na vida, de um novo começo para o homem e para a humanidade, presentes também nas vanguardas estéticas europeias.

Para Albert «a afinidade da vanguarda artística com o fascismo baseia-se essencialmente no facto de ambos surgirem como precursores de uma reacção revolucionária perante a modernidade.» (Albert, 2003: 58). O fascismo é uma vanguarda na medida em que também ele é uma reacção ao ideal burguês que os vanguardistas combatiam e pretendiam revolucionar.

A vanguarda espanhola nasce, pujante e vital, no seio da Ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). Mechthild Albert considera mesmo o ano de 1925 o seu *annus mirabilis*, em que diversas manifestações culturais «indicam que a vanguarda espanhola vai incluir entre os seus traços básicos certa epigonalidade» (*ibid.*: 22). A mesma autora vê a exceccionalidade do

---

<sup>93</sup> Veja-se a obra de Eric Rentschler (1996), em que o autor defende que o cinema nazi é o resultado de um «Ministério da Ilusão» e não do medo. À parte os filmes eminentemente ideológicos e propagandísticos, o cinema alemão durante o *III Reich* está, segundo Rentschler, mais próximo de Hollywood do que aparenta. Um dos capítulos da obra de Rentschler intitula-se mesmo «Hollywood made in Germany» (pp. 99-123).

caso espanhol, observando que ele é menos de ação e mais estético: «No que se refere a Espanha, uma série de contradições, paradoxos e ambivalências desconcertantes são a marca de uma modernidade problemática [...]» (*ibid.*: 23), eclética. Uma vanguarda<sup>94</sup> que fica marcada pela ambivalência anacrônica entre o tradicional e o moderno (Mainer, 1975).

O exemplo de Ernesto Giménez Caballero é modelar no que concerne ao percurso individual da vanguarda ao fascismo. O caminho empreendido por Gecé pode ler-se literalmente nos seus textos ou ver-se nas suas atividades de animador cultural e de editor. Em *Genio de España. Exaltaciones a una resurrección nacional y del mundo* (1932), que se tornará no guia ideológico da fascistização em Espanha<sup>95</sup> e é ainda por muitos considerado como o texto fundacional do fascismo espanhol, o fascismo apresenta-se-lhe como o meio que levará à ambicionada renovação da pátria, baseada nos valores do catolicismo e do Império, convencido da missão universal da raça espanhola como oráculo do mundo: «*Espanhóis: pela primeira vez desde há três séculos há uma alma espanhola que lhes promete seriamente, fundamental e fundamentadamente, otimismo, grandeza, reconstrução e genialidade! Império.*» (Giménez Caballero, 1983: 196). E, na exaltação final: «*Sede CATÓLICOS E IMPERIAIS! César e Deus! Esta é a voz de comando. Vós e só vós, voltai a acreditar em vós!*» (*ibid.*: 203). [original em itálico]

Para Gracia, a vitória dos militares insurretos de 36 comprometeu a própria modernidade em Espanha, e isso é observável a partir da manipulação propagandística da língua: «[...] uma modernidade que tinha perdido o uso da razão com a perda do idioma, ou com a difusão de uma língua corrompida, propaganda e legitimação ideológica de uma vitória medievilizante.» (Gracia, 2004: 387)

---

<sup>94</sup> À falta de um manifesto comum, Mechthild Albert considera o famoso ensaio de Ortega y Gasset *La deshumanización del arte* (1923, 1925) como a «plataforma estética conjunta da vanguarda espanhola» (Albert, 2003: 25). Desse ensaio citamos um dos conceitos fundamentais, que mostra como o entendimento do novo permite distinguir os verdadeiros artistas e a verdadeira arte: «o artista novo divide o público em dois tipos de indivíduos: os que o entendem e os que não o entendem; isto é, os artistas e os que não o são. A nova arte é uma arte artística.» (Gasset, 1999a: 55).

<sup>95</sup> Na nota à terceira edição (1938), o próprio autor reconhecia já o êxito da sua obra e das suas «exaltações»: «[...] nele está em germen quase todo o *Material de guerra terminológica e concetual do nosso Movimento*.

Até ao ponto deste livro ter sido considerado – dentro e fora de Espanha – como a *justificação espiritual da nossa Causa.*» (Giménez Caballero, 1983: 9).

Para Mechtild Albert, ao nível concetual, «[...] a Falange opera no sentido de uma redução da complexidade. A heterogeneidade da experiência moderna da realidade é substituída por uma conceção homogénea do mundo reduzida a uns poucos conceitos.» (Albert, 2003: 447). Veremos como perante o suposto caos da esquerda da República, a Falange propõe uma solução tranquilizadora de hierarquia e caminhos unívocos, prometendo um protagonismo heroico a cada homem, individualizando-o da massa. Fá-lo propondo «por um lado, modelos de identificação pessoal e, por outro, um *telos* histórico-nacional.» (*ibid.*). Albert usa a imagem eficaz do atilho presente no escudo da Falange, sempre apresentado como símbolo da união e da unidade, para mostrar a passagem de uma vanguarda com opções ilimitadas, para uma realidade presa: «A “rosa dos ventos” da vanguarda, que se abria a uma realidade polifacetada, mas demasiado desconcertante, e que remetia para uma distância livre, tecnicamente experimentável, mas vazia de sentido, dá lugar ao feixe [*haz*] de flechas **apertados** pelo liame [*jugo*] da Falange.» (*ibid.*) [sublinhado nosso].

Na Europa, o século XX foi um século cheio de vicissitudes. Nos mesmos 100 anos contáveis da centúria, a civilização europeia andou e desandou caminho, hesitou, fez boas e fez más escolhas.<sup>96</sup> Muito más escolhas. Uma e outra vez. Foi cúmplice de impensáveis martírios coletivos e individuais; estendeu mãos auxiliaadoras como garras asfíxiadoras sobre outros continentes e sobre si mesma. Os homens e as massas foram cúmplices de impensáveis crueldades, coletivas e individuais, é certo. Mas foram também os homens e as massas que estenderam essas mãos, amparando a humanidade e evitando a perdição definitiva. Muitos já expressaram a sua incredulidade perante os conflitos desses 100 anos da nossa história que, afinal, não nos salvaram completamente de ver os erros repetidos (como sucedeu com a guerra na ex-Jugoslávia). Por que razão aconteceram?

---

<sup>96</sup> Eric Hobsbawm considera que a viragem do século XIX para o século XX se dá em 1914, com o início da II Guerra Mundial. Por contraste com o que chama o «longo século XIX» (estudado nos três volumes *A Era das Revoluções: 1789-1848*, *A Era do Capital: 1848-1875*, e *A Era do Império: 1875-1914*), Hobsbawm (1994) analisa o «curto» século XX na sua obra *A Era dos Extremos*, considerando os anos entre 1914 e 1991: «Como devemos de interpretar o “curto século XX”, o espaço de tempo compreendido entre a eclosão da Grande Guerra e o colapso da URSS, que, como agora [1994] podemos ver em retrospectiva, forma um período histórico coerente agora findo? Não sabemos o que se irá seguir, como vai ser o terceiro milénio, embora seja certo que o “curto século XX” o irá moldar. Contudo, não restem grandes dúvidas de que no final da década de 1980 e no início da década seguinte chegou ao fim uma era da história mundial e teve início uma nova era. [...]» (Hobsbawm, 1994: 5).

A pergunta também se faz/fez sobre Espanha e a Guerra Civil de 1936-1939. A resposta em todos os casos é mais ou menos objetiva e pode fazer-se enumerando razões, listando argumentos históricos e dados concretos sobre o ambiente político, social e económico vivido no país e na Europa. Mas, na verdade, não há nenhuma razão que nos tranquilize definitivamente. Porque tudo poderia ter sido diferente *se...* A conjunção subordinativa mostra como o futuro ficou por concretizar, por depender de um passado que não existiu.

Em 13 de junho de 1958, o poeta Miguel Torga registava no seu diário as impressões de uma visita a Guadalajara:

Por mais que um homem não queira, anda carregado de história. Ou melhor: anda carregado da sua cruz de animal que recorda... Às duas por três, dá uma topada no caminho da vida, e aí está o desgraçado com uma chaga mal fechada a sangrar. Guadalajara!... O simples nome de uma terra, e todos os recantos da memória instantaneamente iluminados! As tratantices que o mundo tem feito a esta pobre Espanha! A ela e a quem admira a grandeza da sua alma torturada... Mil anos que eu viva, nunca perdoarei o cinismo duma França socialista, duma Inglaterra liberal e duma América democrática a contemplarem de planque o drama da guerra civil, como se estivessem a assistir a uma gigantesca tourada humana. Guadalajara! Onde isso vai, e como dói ainda...

(Torga, 1959)

Símbolo da resistência republicana, primeira derrota do fascismo na Europa, a batalha de Guadalajara teve lugar de 8 a 23 de março de 1937 e forçou os nacionalistas (com apoio italiano endossado pelo próprio Mussolini) a mudar de estratégia, adiando até ao final da guerra a conquista de Madrid. O que dói em Guadalajara é não só a ferida da guerra, mas a chaga persistente de um futuro por cumprir. O que dói é o que poderia ter sido – se a história tivesse sido escrita por outros; custa ter sido a derradeira vitória da esperança, ter sido passado. O que dói é o peso da «cruz de animal que recorda», a memória subitamente iluminada. Uma ideia de *memoria dolorosa* recorrente nos diários do autor de *Poemas Ibéricos* (1965).

A reflexão de Torga trazida aqui à colação de modo aparentemente inusitado é exemplificativa de como a história é feita de encruzilhadas e de alternativas. O destino dos povos não é um caminho pré-traçado,

lembrou-o o Machado republicano, nos celebérrimos versos de *caminante no hay camino, se hace camino al andar*. Esse caminho traça-se resolvendo os dilemas que a vida apresenta. Encruzilhadas são alternativas, são lugares charneira onde é dado aos homens a possibilidade de agir e escolher a direção do Bem.

Todorov alerta-nos para os perigos dessa direção: «A prossecução do bem, na medida em que esquece os indivíduos que deveriam ser os seus beneficiários, confunde-se com a prática do mal. Os sofrimentos dos homens resultam com maior frequência da prossecução do bem do que da do mal.» (Todorov, 2002: 86-87). Trata-se apenas de um alerta, uma chamada de atenção para as perversas consequências da cegueira do espírito e da sofreguidão da ação.

Os intelectuais que apoiaram a revolta militar de 18 de julho de 1936 viram-se num desses cruzamentos em que a sincera prossecução do bem (uma certa ideia de bem), os levou a colaborar com a terrível prática do mal. Iludidos e inspirados por um conceito de humanidade na teoria bom, foram cúmplices e artífices de uma Espanha negra. Viveram na pele a dissonância pessoal das convicções estéticas e políticas, o chamamento à ação, a tensão irresolúvel entre o espírito, que os animou, e a tragédia, da qual, num nível mais do que intelectual, foram protagonistas. No capítulo que se segue, veremos as tensões ideológicas e intelectuais que anteciparam o conflito bélico, observando principalmente o comportamento dos intelectuais, considerados em grupo e generacionalmente.

## **2. A corte, o grupo: uma geração entre gozos e sombras**

Em 1957, Gonzalo Torrente Ballester ganha o prémio Juan March por *El Señor Llega*, o primeiro volume de *Los gozos y las sombras*, a trilogia que o haveria de tornar um escritor célebre já nos anos 1980. O êxito chegaria mais de vinte anos depois da publicação, a partir de uma série televisiva cujo argumento fora supervisionado pelo romancista.<sup>97</sup> A Espanha

---

<sup>97</sup> Sobre a adaptação televisiva de *Los gozos y las sombras*, cf. a nossa tese de mestrado em Literatura Comparada apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, *De palavras e de imagens: Los gozos y las sombras, de Gonzalo Torrente Ballester*. Tese inédita. (Vieira, 2004).

que efetivamente leu (ou só viu?) as dúvidas intelectuais de Carlos Deza e as angústias íntimas de Clara Aldán era muito diferente da Espanha franquista que ignorou a obra de Torrente. Apesar do prémio a esse primeiro volume, *Donde da la vuelta el Aire* (1960) e *La Páscoa Triste* (1962) passaram quase impercetíveis pelo mapa da cultura da ditadura e, no caso do último tomo, este sofreu do silêncio da crítica, imposto como castigo pelo facto de o autor ter assinado um manifesto de intelectuais em repúdio pela forma como o regime lidava com a greve mineira nas Astúrias.<sup>98</sup> Os três longos volumes de *Los gozos y las sombras* descrevem a vida de uma pequena cidade galega, Pueblanueva del Conde, nos anos imediatamente anteriores ao estalar da Guerra Civil, que se pressagia nas últimas páginas. Embora apenas como pano de fundo, Torrente (re)constrói o ambiente político e social que antecede os duros tempos que se seguirão. As tertúlias no casino de Pueblanueva, as reuniões dos pescadores e operários na taberna do Cubano, as reflexões do Boticario ou os discursos de um Paquito, *el relojero*, seguramente louco, mas nada parvo, mostram num plano ficcional o quotidiano real de outros tempos. Os locais de encontro das personagens são também locais de debate e os temas da política estão sempre presentes, em diálogos que mostram a mestria de Torrente, misturando a argumentação com o humor, os factos da realidade com a construção ficcional, num refinado e exímio exercício literário.<sup>99</sup> Os habitantes de Pueblanueva tiveram que viver os seus prazeres, procurando entre as concretas sombras individuais mas também políticas de um futuro cada vez menos difuso.

---

<sup>98</sup> Encontramos em Rubio e Solana 1976, a mais detalhada informação sobre o caso: «Maio 6. Perante a gravidade da greve nas Asturias e as informações não verazes fornecidas pelos órgãos do Governo, um amplo grupo de intelectuais dirigiu-se nesta data aos cidadãos espanhóis para os convidar a exercer, individualmente, o direito de apelo ao chefe de Estado, de modo a solicitar «a lealdade informativa para com os espanhóis por parte do Governo, da imprensa e da rádio nacionais» e «a normalização do sistema de negociação das reivindicações económicas através dos meios geralmente praticados no mundo ocidental». Assinavam este escrito [além de Torrente] Ramón Menéndez Pidal, Ramón Pérez de Ayala, Pedro Laín Entralgo, Juan Antonio de Zunzunegui, Camilo José Cela, Vicente Aleixandre, Dionisio Ridruejo, José María Gil-Robles, Teófilo Hernando, Luis Felipe Vivanco, José Bergamín, Fernando Chueca, Alfonso Sastre, etc.» (Rubio e Solana, 1976: 361).

<sup>99</sup> Prova desta arte do diálogo, é o facto de a adaptação televisiva da trilogia ter usado esse material romanesco praticamente na íntegra. As personagens da televisão em 1982 utilizam exatamente as mesmas palavras que nos idos de 50 e 60 Torrente havia escolhido para elas, o que demonstra o seu domínio da realidade.

Na introdução à sua clássica obra já com 30 anos, *Pensar bajo el franquismo*, Juan Marsal, entende os intelectuais como uma «escorregadia categoria social» (Marsal, 1979: 35). Na primeira parte deste trabalho, já dissemos da natureza não estanque da definição de intelectual; pensá-la como categoria social, acentua a sua conceção como um indivíduo cuja ação sobre a sociedade é concreta e relevante, contribuindo para a mudança, para a reflexão que gera o progresso das sociedades. Marsal diz que o intelectual em geral, e em particular os intelectuais cujas histórias de vida recupera na obra citada, não é uma mera personagem, mas se apresenta como o «argumentista, um autor ou crítico de guiões sociais.» (*ibid.*: 36). As suas ideias são representativas dos debates que vive a sociedade em que se inserem, «[p]ois se alguma coisa distingue o intelectual do homem comum não é o seu sucesso ou a sua produtividade, que pode ser nula, mas sim a sua capacidade de ser caixa de ressonância dos sentimentos coletivos, altifalante de ideias generalizadas; enfim, “ser consciência” [...]» (*ibid.*: 51).

Nesta obra, Marsal mostra através do discurso direto dos intelectuais em causa como foi ter de pensar num contexto ditatorial, por natureza adverso ao pensamento, que só pode ser livre. Nesses relatos, como noutros da literatura e do ensaio espanhol, podemos encontrar o testemunho das sombras de uma vida intelectual sob a força repressiva da ditadura. Pretendemos mostrar neste livro, como, apesar da conjugação de todas as adversidades possíveis (a perseguição, a morte, o exílio, o medo, o segredo, a injustiça...), pôde haver vida cultural, vida intelectual e vida espiritual, entre sombras tão pesadas que não parecia ser possível romper a escuridão.

Recordemos as coordenadas espaço-temporais da nossa reflexão: Espanha, Madrid; 1920-1936 / 1936-1940. Entre *gozos* e *sombras*, assim viveram efetivamente os intelectuais protagonistas do início do século XX, tanto aqueles que se mantiveram fiéis ao legítimo governo republicano e ao ideário de esquerda que preconizava, como os que escolheram a promessa de uma Nova Espanha, filiada no fascismo que nascia pujante na Europa.

Os intelectuais funcionam geracionalmente de modo gregário, conscientes de possuir uma linguagem comum que lhes permite enfrentar uma situação crítica (cf. Juliá, 2004: 13). Os irmãos Carbajosa tratam de um desses grupos de intelectuais, a «corte literária» de José Antonio Primo de Rivera, fundador da Falange Espanhola, o partido fascista espanhol sobre o qual se erguerá o regime de Franco. Esta corte precedeu, no seu papel como intelectuais falangistas, o Grupo de Burgos, de que falaremos em seguida.

Os nomes identificados pelos investigadores são: Rafael Sánchez Mazas, Ernesto Giménez Caballero, José María Alfaro, Eugenio Montes, Luys Santa Marina, Pedro Murlane Michelena, Jacinto Miquelarena, Agustín de Foxá, Samuel Ros e Dionisio Ridruejo. No seu trabalho, Mónica e Pablo Carbajosa mostram como a relação de Primo de Rivera com este grupo de intelectuais foi uma relação de reciprocidade funcional: José Antonio procurava «encontrar legitimidade para o seu projeto político nas elites intelectuais»<sup>100</sup> e «os intelectuais encontram na figura de José Antonio o chefe, o líder necessário para pôr em marcha o fascismo hispânico.» (Carbajosa e Carbajosa, 2003: 76). Obviamente, trata-se de um certo grupo de intelectuais, neste caso fascistas, a que Stanley Payne se refere como «escritores de segunda fila» (Payne, 1965: 43).

Segundo Rafael Águila, as elites fascistas «bebem abundantemente do manancial do mito do intelectual iluminado (já que não ilustrado) [...]» (Del Águila, 2001: 19). Para o autor, existe também nos intelectuais fascistas a reivindicação de que o intelectual poderá apresentar o seu saber ao serviço do guia. No caso que nos ocupa, o guia<sup>101</sup> é, naturalmente, José Antonio Primo de Rivera.

Os autores citados, exemplos concretos do processo de fascistização da vanguarda espanhola,<sup>102</sup> viveram o conflito da modernidade, entendido

---

<sup>100</sup> Mechthild Albert escreve que ao contrário do seu pai, Miguel Primo de Rivera, «José Antonio usou conscientemente um verniz intelectual, vangloriando-se de ter ganho terreno para a Falange naquela “intelectualidade que viveu sem entranha, perdida num esteticismo estéril”. José Antonio aproveitou-se deste esteticismo, ainda que não se possa falar de uma instrumentalização planeada.» (Albert, 2003: 413). Trapiello recorda a relação de José Antonio com o mundo literário e revela uma «fraqueza» intelectual, resultante talvez desse *élan* mítico que ainda hoje persiste sobre as tertúlias intelectuais de esquerda: «o próprio José Antonio, inclusivamente, de quem se conhecem de sobra as suas aficções literárias e poéticas, tinha teorias próprias sobre a literatura, e gostava de dizer que a Falange era um projeto político encomendado aos poetas. [...] Disseram-no os que o conheceram: José Antonio, marquês de Estella, tinha um fraquinho pelos intelectuais republicanos de esquerda.» (Trapiello, 1994: 204).

<sup>101</sup> Giménez Caballero identifica os «Guias. Iluminadores. Capitães» com os «condutores de ciclos espirituais» (Giménez Caballero, 1983: 20).

<sup>102</sup> Albert estuda os casos concretos de Tomás Borrás, Felipe Ximénez de Sandoval, Samuel Ros e Antonio de Obregón e, baseada nas suas trajectórias, divide o processo de fascistização da prosa espanhola de vanguarda em três períodos: «I) 1925-1930: a fase da vanguarda desumanizada. II) 1930-1937: a fase da rehumanização, do “Novo Romantismo”, ou seja, do avanço conservador. III) 1937-1940: a fase da literatura de propaganda sobre a guerra civil.» (Albert, 2003: 445).

como crise existencial e concretizado na particular situação espanhola que advém das sucessivas e drásticas mudanças da monarquia para a ditadura, da ditadura para a monarquia, e da monarquia para a república (cf. Albert 2003: 446).

Entre a *corte* e o *grupo*, faz de ligação não formal o poeta Ridruejo. Se os primeiros privaram com José Antonio, os segundos eram íntimos do seu pensamento. Uns ouviram-no, outros leram-no; para todos, José Antonio era a figura aglutinadora e o referente ideológico. Para os homens de Burgos, Ridruejo teve também essa função, acrescida da de representante do malogrado líder falangista.

Usamos a expressão «Grupo de Burgos» e referimo-nos a homens da «Geração de 36», tal como a definiu Gullón (1969),<sup>103</sup> conscientes embora das limitações e da controvérsia da designação que, no caso que estudamos, trata não só de uma geração de poetas como de um grupo de jovens dedicados ao ensaio, ao drama, à narrativa, comprometidos politicamente, mas principalmente empenhados de forma genuína em refletir sobre a pátria,<sup>104</sup> na senda do que as anteriores gerações de intelectuais tinham começado a fazer em seu momento.

Parece já quase da praxe pôr em causa a designação de geração literária ou poética. Discutem-se amiúde pormenores biográficos e históricos, esgrimindo argumentos retóricos que rapidamente se submetem à imperiosa necessidade humana de classificar e arrumar nas gavetas da memória um determinado tempo, um certo espaço, um mesmo espírito. Definir uma geração comporta não só a dificuldade de identificar e listar características específicas, como o embaraço de escolher nomes que mostrem esse património comum. E a discussão, longe de ser infrutífera ou despejada de interesse, não tem fim à vista, tal como se pode comprovar pelo relativo descontrolo entre os nomes escolhidos pelos distintos autores. Num texto sobre, / a Torrente Ballester incluído no volume *Más de cien españoles*, Pedro Laín Entralgo escolhe o termo «congenerados» para descrever a relação do seu grupo:

---

<sup>103</sup> Jordi Gracia descreve uma conferência dada por Laín na Universidade de Bona, em 1939, em que defendia que só «a nova geração de 1936» era a genuína representante do «verdadeiro espírito espanhol» (Gracia, 2004: 228).

<sup>104</sup> Tрпиello faz um comentário muito interessante que poderia servir de guião a um estudo que confrontasse as duas *intelligentzia*, de esquerda e de direita. «Aos intelectuais republicanos parece interessar-lhes Espanha. Aos nacionalistas, mais a pátria, ou seja, uma bandeira.» (Trapiello, 1994: 229)

[...] por que não chamar «congenerados» aos membros de uma mesma geração histórica, aos indivíduos gerados por análogas e idênticas vicissitudes da vida pública, ainda que façam má cara e se satisfaçam chamando-os «concabritos» ou «*compollinos*» aqueles para quem o termo «geração» não pode ter outro sentido que o biológico-conjugal ou o biológico-pecuário? Pois se tu e eu, Gonzalo, como é tão certo, somos espanhóis historicamente congenerados [...]. (Lain Entralgo, 1981: 248).

O conceito de geração é um conceito eminentemente sociológico. Karl Mannheim chamou a atenção para o facto, nomeadamente no ensaio de 1952 intitulado «The Problem of Generations» (cf. Mannheim, 1993: 351-398), no qual situa o grupo geracional em coordenadas espaço-temporais particulares que condicionam o seu pensamento e que o levam a agir de forma específica. Assim, mais do que a casualidade biológica do nascimento num certo tempo e lugar, assume especial relevo o crescimento do indivíduo num determinado contexto. Para o autor, existem em cada geração unidades geracionais, que partilham as mesmas experiências e o mesmo destino. Essas experiências, pela sua importância, podem servir de elemento definidor do grupo. Segundo Aguilar, as gerações de 98 e 27 em Espanha são exemplo de unidades específicas dentro de um quadro mais amplo (cf. 2008: 32). María Cruz Seoane escrevera num artigo de 1987 que as gerações espanholas, no que respeita à literatura,

Se tinham ido, não sucedendo, mas **acumulando**, as gerações conhecidas com as designações mais ou menos felizes de «o 98», «de 14» ou «novecentista», e «de 27», às quais se juntam, nos anos da imediata pré-guerra e da própria guerra, aquela que será conhecida como «de 36» [...]. (Seoane, 1987: 25) [sublinhado nosso]

A autora chama a atenção para o facto de que todas essas gerações se encontravam ativas por aquela altura. O gerúndio do verbo acumular é muito interessante porque bem representa a ideia de que cada geração se constrói em processo, por cima da anterior e que, junto com a rutura que caracteriza os movimentos estéticos, se forma também no contacto próximo com essa herança aparentemente recusada.

No caso que nos ocupa, cruzam-se na discussão da questão geracional questões literárias, sociológicas, políticas, históricas e culturais.

Num fundamental ensaio de 1969 (cf. Gullón, 1969: 7-19), Ricardo Gullón acusou Azorín de *inventar* a Geração de 98. Partindo dos estudos de Julius Petersen, historiador literário alemão que listou as características definidoras de geração literária,<sup>105</sup> Gullón mostrou a pouca solidez da designação de Azorín. Segundo o autor, é certo que o desastre de 1898 foi um acontecimento que afetou a criação literária espanhola, mas «de modo mais accidental e superficial do que foi assegurado por Azorín» (*ibid.*: 7), ao contrário do sucedido entre 1936-39. Num outro ensaio incluído no mesmo volume, «La Generación de 1936» (cf. *ibid.*: 162-177), o autor reconhece que, apesar da consciência de que qualquer designação geracional exige uma certa cautela, há um grupo de escritores, nascidos entre 1906 e 1914, a quem a Guerra Civil, esse «acontecimento desgarrador e cruel [...] marcou a fogo» (*ibid.*: 162), independentemente do lado a que pertenceram os seus membros. Segundo Gullón, esta geração recusou «a divisão dos espanhóis em “vencedores e vencidos”» (*ibid.*: 164). Para identificar os nomes dos poetas e prosistas da Geração de 1936, o autor tem em consideração a idade, a dedicação à literatura na data referência, a convivência, a publicação nos mesmos periódicos e a participação nas experiências da época integrados nos mesmos ciclos de ação (cf. *ibid.*: 166-167). Para Gullón, a geração de 1936 foi uma geração perdida (*ibid.*: 177) que «”começou por não existir”. Rapazes isolados rompiam timidamente o fogo em lugares diversos» (*ibid.*: 168); Díaz Plaja falou de «Geração destruída», uma «promoção sacrificada» (cf. Díaz Plaja, 1966: 179). Trata-se apenas de alternativas para descrever uma mesma situação, em que a Guerra Civil se configura como acontecimento incontornável e condicionador de toda a produção intelectual durante e depois do conflito bélico: condicionador físico – pelas fronteiras geográficas que dividiram a Espanha, incluindo a *España peregrina e fugitiva* no exílio<sup>106</sup> – e também ético e moral – pelas

---

<sup>105</sup> O seu ensaio «Die literarischen Generationen» [As Gerações Literárias] foi traduzido para a língua espanhola por Carlos Silva e publicado em: Ermatinger (1946). *Filosofia de la ciencia literaria*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica. 137-193. Sobre a importância do trabalho de Petersen na definição das gerações literárias espanholas vd. Soufas, 2002.

<sup>106</sup> *España Peregrina* foi o título de uma revista editada pela Junta de Cultura Española no México. De periodicidade mensal, o primeiro de 9 números apareceu em fevereiro de 1940. Num artigo publicado na revista *Tajo* em 1940 e amplamente citado pela crítica, Gonzalo Torrente Ballester conta: «Por esses mundos de Deus, desgarrada e amarga, anda a *España Peregrina* [...]». («Presencia en América de la España fugitiva», *Tajo*, 03-08-1940, 5.)

fronteiras ideológicas que tiveram que separar os escritores (e não só) em dois lados claramente opostos.<sup>107</sup>

Gullón recusa também a divisão ideológica da geração de 1936: «A geração de 1936 não pode ser considerada ‘de direita’ nem ‘de esquerda’, conforme as classificações tanto tempo predominantes. É uma geração moderada, tolerante e compreensiva, inimiga de convencionalismos e *banderías*.» (Gullón, 1969: 166). Mas o que parece ser o sentimento dominante na maioria dos seus membros (literatos ou não) é a sensação de serem uma geração «“frustrada”, “desaproveitada”, “domesticada”, “emudecida”, “queimada”, “travada”, “silenciada”, no dizer deles mesmos» (Marsal, 1979: 48).

Cada ser humano é membro de uma geração, vive e age na sua orteguiana circunstância e talvez por isso seja menos académico, mas certamente mais pacífico, quando nos referimos a esta lista de nomes ligados à ação cultural coordenada por Dionisio Ridruejo durante a guerra, a designação de «Grupo de Burgos», visto que se refere aos homens que efetivamente desenvolveram atividade intelectual nessa cidade. Os tempos eram de guerra e o acaso ou a ilusão da esperança fez coincidir às portas de Burgos um grupo de jovens entusiasmados com o debate político que justificava o fascismo. Poderão ser considerados «membros da geração de 36 de filiação joseantoniana [...]» (Carbajosa e Carbajosa, 2003: 308), mas nem todos figuram com a mesma unanimidade nas histórias da literatura. Escolher a designação de Grupo de Burgos pode ser interpretado como uma atitude defensiva da nossa parte, mas permite-nos, neste momento, fazer concentrar a atenção menos em discussões teóricas e mais nesse passado ainda tão presente.

Diz-nos Paloma Aguilar que «o estudo das gerações está intimamente ligado com o da memória histórica, visto que ajuda a interpretar como evolui a memória coletiva de um país à medida que novas gerações vão assumindo a sua direção.» (Aguilar, 1996: 29). Tal como vimos na primeira parte, esta ideia é particularmente visível quando observamos as mudanças políticas geracionais que ocorreram em Portugal e Espanha, para dar os dois exemplos mais familiares, depois da consolidação da democracia. Mais do que em Portugal, que viveu uma transição revolucionária, no caso espanhol, realmente só já bem entrada a democracia é que os políticos do franquismo foram lentamente substituídos.

---

<sup>107</sup> O caso dos irmãos Machado, Antonio e Manuel, é exemplar das duas situações. A guerra surpreendeu-os, literalmente, em lugares ideologicamente diferentes o que fez de Manuel um escritor nacionalista e de Antonio um poeta republicano. (Cf. Trapiello, 1994: 230).

Marsal refere que os seus biografados se apresentam a si mesmos como uma geração, o que é significativo no que respeita à sua autorepresentação. Esse sentimento geracional vamos encontrá-lo também nos homens de Burgos. Sendo certamente condicionada biologicamente, a geração funciona a nosso entender como sinónimo de grupo. Este cria-se à volta de factos cronológicos e geográficos, é certo, mas também em redor de afinidades de ordem profissional, ideológica ou até, desconcertantemente, de puras empatias afetivas.<sup>108</sup> O sentimento de pertença a uma geração, a um grupo, que encontraremos ao longo dos anos presente nos textos dos jovens que se haviam reunido em Burgos em 1937, é, mais do que uma definição sociológica ou da teoria literária, uma declaração de identidade, uma forma de apresentar-se perante os outros (e de ser muitas vezes despeitadamente apresentado). É, também, um amparo histórico e moral perante uma vida passada que frequentemente mais se distanciou do presente do que pela mera linha do tempo.

Viver a guerra de Espanha marcou para sempre os homens e as mulheres de 1936-1939, mas marcou também aqueles que vieram depois, cuja vivência bélica é indireta mas para quem a experiência de guerra é igualmente traumática. Uma guerra do passado (omni)presente no quotidiano: as ruas, as festas, os ritos, a saudação, os horários, até a lembrança, herdada dos pais e da comunidade, transformada em sentimento próprio.

Jovens como esses, meninos durante a guerra, são os nomes que Jordi Gracia identifica como responsáveis por certa vitalidade cultural durante o franquismo e ao mesmo tempo como os fundadores das «bases intelectuais da Espanha da Democracia.» (Gracia, 2006: 11). Gracia defende que o estudo da «reconstrução da razão democrática deveria remontar aos anos cinquenta» (*ibid.*: 12). Nessa década, os (discretos) atores da vida intelectual eram estudantes universitários, muitos deles membros do SEU (*Sindicato Español Universitario*), em cujas publicações foram escrevendo aos poucos os passos do caminho lento até à reconciliação de Espanha consigo mesma em liberdade. Desde dentro do regime, libertos dos rancores da experiência pessoal, os meninos da guerra foram os protagonistas de uma mudança adulta.

---

<sup>108</sup> Em nota de 1938 a *Genio de España*, escrevendo sobre *Los nietos del 98*, Giménez Caballero defende que a ideia de geração como uma «unidade histórica» está errada porque, segundo o autor, a verdadeira unidade histórica é o ciclo espiritual (cf. Giménez Caballero, 1983: 20).

Jordi Gracia, que tem dedicado ampla e inovadora investigação aos *años oscuros* do franquismo, elege a questão do estilo linguístico como a medida que permite tirar a «temperatura» ao ambiente intelectual possível durante a ditadura:

Escolhi o termómetro de um estilo, de um uso específico da língua, para reconhecer num tempo negro o que parece impossível reconhecer: a sobrevivência da cordura de estirpe ilustrada na atmosfera irrespirável do totalitarismo e a superinflação ideológica da língua do poder. (Gracia, 2004: 30).

Todas as doutrinas têm uma estética própria que lhes permite diferenciar-se e impor-se.<sup>109</sup> Os totalitarismos europeus do princípio do século XX tiveram nesse campo muitas afinidades e o falangismo não fugiu à regra. De um modo geral, trata-se de um estilo, ou uma estética destinada à sedução das massas, essa imensa maioria que entenderia a obediência à *minoría selecta* (cf. Ortega, 1999b) como um feliz destino coletivo. A sedução era duplamente visual e linguística, portanto também retórica, apoiada em estratégias de entusiasmo e de arrebatamento, na criação de um caminho comum direcionado para um fim único. No caso do fascismo em Espanha, podemos juntar à retórica falangista, que se instalou como modelo (ele próprio mimético dos exemplos alemão e italiano) e se reproduziu ao longo dos anos da ditadura, a estética franquista, como as duas faces de um mesmo estilo totalitário, ou melhor, tal como em outros aspetos, o franquismo construiu-se sob o comando do Caudillo, herdando e adaptando o estilo da Falange espanhola. Fernández Sebastián e Fuentes consideram que o franquismo deu uma importância crucial à linguagem, entendida em sentido amplo, nas suas dimensões linguística e visual, o que explica o interesse concreto que o assunto despertou em alguns dos seus ideólogos (Fernández Sebastián e Fuentes, 2008: 61).

O que Cirici (1977) escreve sobre as artes visuais (incluindo as manifestações propagandísticas) aplica-se também ao estilo da linguagem.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> Em 1937, o conservador catalão e ex-ministro de Afonso XIII, Francesc Cambó (1876-1947) mostrava-se consciente das relações entre ideologia e linguagem: «Antes, para criar um movimento fazia falta uma ideologia; hoje é suficiente uma fraseologia. E a Falange é a única força franquista que tem fraseologia estridente.» (*apud* Ucelay da Cal, 2003: 864).

<sup>110</sup> Por nele ter participado Gonzalo Torrente Ballester, citamos o relato de um

Consequência radical da substituição das ideias pensáveis por imagens sensíveis era o facto de colocar o acento, mais do que na semântica, no estilo. O que impressiona, de facto, é a maneira de fazer. [...] O estilo é o fator básico da capacidade de produzir uma emoção irracional, e por essa razão o estilo foi o verdadeiro eixo das artes visuais do fascismo e de todos os movimentos autoritários vinculados com ele.

O estilo, pela sua própria natureza, permite prescindir da realidade para criar outros valores. [...] (Cirici, 1977: 30)

Na verdade, era do que se tratava: criar outros valores, criando outra realidade. Por isso a ideia do novo (o Estado, o Império, a cruzada, o destino...) está tão presente nos textos doutrinários tanto dos primeiros falangistas, como mais tarde dos nossos jovens reunidos em Burgos. Estes são exemplo tardio mas genuíno do estilo inaugurado oficialmente por José Antonio no discurso fundacional de FE. Um estilo que juntou a poesia à política, misturando amor e ideologia, consubstanciado no sintagma *movimiento poético*<sup>111</sup> repetido e citado

---

comício da Falange galega, em que podemos ver o cenário preparado para o efeito, assim como escutar a retórica da sessão, ambos exemplo do estilo de que vimos falando, presente também na própria linguagem utilizada na redação do artigo. A citação é longa, mas muitíssimo relevante: «O teatro. [...] O lugar foi verdadeiramente insuficiente para albergar a multidão que minutos antes começou o ato inundava todos os cantos do Jofre.

«Os proscénios exibiam colgaduras com os emblemas da Imprensa e Propaganda da Falange Espanhola, Central Operária e Sindicato Espanhol Universitário.

«Os camarotes estavam cobertos com frontais nacionais e da Falange, lendo-se sobre um deles a frase imortal de José Antonio: “O religioso e o militar são os dois únicos modos sérios e inteiros de entender a vida”.

«Ao fundo do palco, uma gigantesca Cruz com a inscrição: “Camaradas caídos Presentes!”

«Às onze em ponto, dão entrada na sala os oradores, seguidos da Junta de Comando Comarcal da Falange Espanhola das JONS.

«A banda de Infantaria de Mérida, núm. 35, interpreta o hino das “Camisas azuis” e um imenso bosque de braços ao alto, saúda o novo Império representado pelos homens da Falange.

«O momento é de uma emoção indescritível. O camarada Suevos diz em voz alta: Galiza pela Falange! ¡Arriba España! A este ¡arriba! responde-se unanimemente, e de seguida começam os discursos, cujo texto integral lamentamos não poder oferecer aos nossos camaradas por falta material de espaço.

«Os oradores. [...]» («La Falange en marcha. El ato del día 6, en Jofre, fue la demostración clara y rotunda, de que el movimiento nacional-sindicalista, prosigue inalterable la ruta que se marcó desde el principio», *La Voz de la CONS*, 12.04.1937, 3).

<sup>111</sup> Num artigo intitulado «Estilo de pistolero», publicado no *Informaciones* e

à exaustão, que permitiu disfarçar de heroísmo puro uma guerra, sangrenta e impura, que começou com o terrorismo na rua.<sup>112</sup> As palavras do celeberrimo discurso de José Antonio foram escutadas no local por duas mil pessoas, além das que puderam escutar pela rádio: «Num movimento poético, levantaremos este fervoroso afã de Espanha [...]». (*apud* Payne, 1965: 34).

A Falange de José Antonio pretendia dar um conteúdo estético à política, fazendo finca-pé no estilo usado (cf. Payne, 2008: 316) mas, paradoxalmente ou talvez não, a FE era uma formação de «ação direta», no sentido descrito por Ortega na sua *España Invertebrada*.

Mónica e Pablo Carbajosa (2003) apresentam um capítulo sobre «Retórica y simbología» (pp. 107-129) em que se debruçam sobre a linguagem da Falange. Segundo os autores, os dois recursos mais usados pela retórica falangista são a antítese e a reiteração. A antítese é usada em três situações: para acentuar o caráter bipolar das decisões e das situações de conosco ou contra nós, «tudo ou nada»; como expressão do equilíbrio de contrários, o novo e a tradição num só; para definir uma ideologia que se apresenta oposta aos outros partidos políticos, a Falange não é um partido, mas um movimento. A reiteração, por seu lado, identifica-se na preferência por recursos que se servem da repetição e da acumulação: anáfora, epífora, anadiplose e derivação. O uso destes recursos, ainda segundo Carbajosa e Carbajosa, não é aleatório ou apenas cumulativo, mas sim uma estratégia recorrente em que a insistência se transforma em chave retórica.

Além destas considerações, os autores de *La corte literaria...* examinam alguns dos termos e conceitos fundamentais da linguagem falangista: inusitados “sinónimos” de movimento, como irmandade, família ou organização, aos quais se juntam adjetivos positivos. O contrário acontece com os nomes e adjetivos que se referem aos seus opositores políticos, oposição marcada em nomes aparentemente neutros, aos quais é dado uma conotação de antonímia:

---

citado por Mónica e Pablo Carbajosa (2003: 108), o fascista Giménez Caballero ridicularizava o estilo do círculo intelectual de José Antonio: «O que é incompreensível é querer passar por “fascista”, por “juventude fascista”, e ter um “estilo fascista” uma pessoa que escreve ou fala à base de flores, marmeladas e deliquescências à veneziana...». [José Luis Rodríguez Jiménez (2000). *Historia de la Falange Española y de las JONS*. Madrid: Alianza Editorial. 188]

<sup>112</sup> Cf. o capítulo «Poesía y terrorismo», em Payne 1965.

<i>Movimento (positivo-singular)</i>	<i>Partidos (negativo-plural)</i>
<i>irmandade</i>	<i>bandos</i>
<i>família</i>	<i>parcialidades</i>
<i>organização</i>	<i>organizações</i>
<i>acto</i>	<i>comício</i>
<i>doutrina</i>	<i>ideologias-políticas</i>
<i>espiritual</i>	<i>material</i>
<i>essência</i>	<i>existência</i>
<i>mundo interior</i>	<i>coisas exteriores</i>
<i>força interna</i>	<i>êxito exterior</i>
<i>política de fundação</i>	<i>política de opinião</i>

(Carbajosa e Carbajosa, 2003: 114)<sup>113</sup>

Identificando as estratégias fundamentais e os instrumentos de ataque mais frequentes, os investigadores apresentam um autêntico manual de estilo da FE.

Em 1965, na primeira edição do seu célebre estudo *Falange, historia del fascismo español*, Stanley Payne descrevia deste modo o novo léxico falangista fruto da contribuição do grupo literário que acompanhava José Antonio:

Formados nas regiões mais tradicionalistas de Espanha, trouxeram para a Falange um vocabulário de exaltação mística, de sacrifício e violência, de missão nacional e de revolução apaixonada, cuja mistura era capaz de embriagar a juventude. (Payne, 1965: 44).

<sup>113</sup> No artigo sobre os correspondentes estrangeiros na Guerra Civil de Espanha, Preston apresenta o modo como os dois lados do conflito lidavam com estes jornalistas, nomeadamente no que respeita à censura. Situando-se, neste caso, no cenário nacional conta, referindo-se à escolha/imposição de determinado léxico: «Na sala de imprensa pôs-se um anúncio que proibia os jornalistas de se referirem aos rebeldes como “rebeldes” ou “insurgentes” e aos republicanos como “leais”, “governamentais” ou “republicanos”. Os únicos termos permitidos eram “as forças nacionais espanholas” ou “os nacionais” e “os vermelhos”.» (Preston, 2006: 38, citando Edmond Taylor, «Assignment in hell», 1940).

São duas as diferenças fundamentais entre os textos de Burgos e os textos da *corte literaria*. A primeira, e mais óbvia, tem que ver com o contexto político em que surgem os escritos. Em 1937-1939, os escritores da propaganda têm de justificar uma guerra civil e ajudar a manter o ânimo e a normalidade de uma situação que nada tinha de regular. Daqui diretamente dependente, a segunda diferença está relacionada com a qualidade dos textos doutrinários. Os textos assinados por Gonzalo Torrente Ballester, por exemplo, são um testemunho da retórica fascista, do propósito falangista, são o registo de uma missão, enquadrada num tempo específico: tempo de guerra e tempo de ilusões, poéticas, políticas, individuais e coletivas. A sua qualidade é duvidosa e o seu interesse não fica registado pela originalidade nos anais do jornalismo. Pelo contrário, a obra dos contertulianos de José Antonio, tal como nos é apresentada pelos irmãos Carbajosa, mostra que, apesar do ambiente de luta crispada, havia espaço para conciliar as atividades ideológicas, literatura e jornalismo, e os resultados estéticos estão à vista.

Concluindo, a guerra é esse acontecimento «desgarrador» de que falava Gullón, que tudo condiciona e que em Espanha, sem dúvida, diminuiu toda uma geração, dividida em duas de si, que só muito a custo pôde levar por diante uma obra de monta, sem nunca se ter chegado a um consenso quanto à qualidade do seu conjunto, embora se assinale às vezes, como no caso de Ridruejo, que falta aos escritores falangistas uma obra de fôlego, que esteja à altura estética da promessa que nele(s) se pode (pre)ver.

A esteticização da política não é, em Espanha, uma criação fascista. Ela deriva das questões postas pelo fim-de-século e já a encontramos nos textos dos homens da Geração de 98, tal como assinalara Payne em *Falange, Historia del fascismo español* (1965).<sup>114</sup>

No caso da Falange Espanhola o conceito de estilo abarca uma totalidade, desde as estratégias literárias e as referências estéticas puras, que se podem aplicar até à maneira de vestir, como o uso da estilizada camisa azul ou outros adereços militarizados.<sup>115</sup> Albert considera que para a Falange o

---

<sup>114</sup> Já o barroco é uma forma de esteticização da política, de que são exemplo incontornável em Portugal os sermões do Pe. António Vieira.

<sup>115</sup> As camisas foram um dos maiores símbolos dos regimes fascistas: elas funcionaram como uniforme, como hábito que, sim, faz o monge, mas tornaram-se também em fecunda metáfora usada tanto na propaganda visual como linguística. A literatura sobre o uso e significado das distintas camisas é abundante. Na nota para a terceira edição de *Genio de España* (1938), Giménez Caballero escreveu de forma quase lírica, trazendo do céu para a terra, em forma de cor, toda a promessa da nova madrugada: «o azul do céu de Espanha; esse azul profundo, azul de amanhecer na noite, que impregnou de cor

estilo é um «conceito chave da identidade nacional e individual» no qual «se unem estética e política, retórica e antropologia.» (Albert, 2003: 411).

Na verdade, como outros movimentos fascistas, a FE entende a política a partir de uma ampla moldura estética. Disso é exemplo incontornável o discurso de José Antonio no ato de fundação da FE. Esse célebre texto, a que já nos referimos, funcionou para os seus seguidores como a lâmpada que alumia o caminho e para os estudiosos de agora como modelo de análise.

José Antonio define a Falange como uma maneira de ser total, em que a política se confunde com a vida:

[...] o nosso movimento não seria entendido na totalidade se se acreditasse que é apenas uma maneira de pensar; não é uma maneira de pensar; é uma maneira de ser.<sup>116</sup> Não devemos propor-nos só a construção, a arquitetura política. Temos de adotar, perante a vida inteira, em cada um dos nossos atos, uma atitude humana, profunda e completa. Esta atitude é o espírito de sacrifício, o sentido ascético e militar da vida. (Primo de Rivera, 1976: 194)

Primo de Rivera apresenta-se e representa-se a si mesmo nos conceitos que define para toda a Falange. A nação e o indivíduo são um só, *i.e.*, existe

---

emblemática as nossas camisas de combate.» (Giménez Caballero, 1983:7). Refletindo sobre o uso das camisas – negra, parda, azul – pelos fascismos italiano, alemão e espanhol, Alexandre Cirici escreve: «A tentativa de sacralizar a camisa teve um grande alcance como meio para a criação de uma imagem interclassista. Por um lado, era assumir a peça mais barata, antes usada só, sem casaco, pela classe trabalhadora. Por outro lado, a camisa era associada a elementos militares, bolsos de fole, ombreiras, correame e polainas, tornando-se assim símbolos de poder físico. Um cuidado estético para uma e outra coisa, tornava o conjunto o mais elegante possível. Assim se realizava uma síntese interclassista perfeita.» (Cirici, 1977: 31). Mechthild Albert considera que o romance de Felipe Ximénes de Sandoval, *Camisa Azul (retrato de un falangista)*, publicado por capítulos no suplemento de *Fotos* em 1937/1938 e em volume em 1939, é a máxima expressão literária do estilo fascista da Falange. Neste romance, «não só aparece tematizada a própria questão do estilo, como também este é reproduzido tanto no discurso narrativo como no diálogo das personagens.» (Albert, 2003: 411-412).

<sup>116</sup> No artigo evocativo da figura de José Antonio, publicado «Tres años después» da sua morte, Gonzalo Torrente Ballester escreve: «[...] as mulheres humildes que pronunciam o seu nome não sabem nem quem foi, nem quando, nem onde. Sabem dele um “modo de ser” intuído não tanto no que ouvem como no que desejam. Cada espanhol honesto, simples e sincero vê em José Antonio o que ele queria que fosse o governante, o condutor. [...]» (*El Pueblo Gallego*, 19.11.1939, 5).

uma aproximação total entre a identidade nacional e a de si mesmo e do seu movimento, ele *é/*eles são a pátria: «Por esta razão, converter o estilo próprio da sua autorrepresentação em estilo nacional foi um dos objetivos centrais da Falange.»<sup>117</sup> (Albert, 2003: 411).

No livro *The Seduction of Culture in German History*, Lepenies considera que a língua alemã foi a única «instituição na Alemanha que resistiu à sedução nazi sem qualquer tipo de cedências». (Lepenies, 2006: 50). Segundo Lepenies, a língua resistiu de facto à ideologia nacional-socialista, tal como se pode observar ao comparar os textos clandestinos com os trabalhos dos autores comprometidos com Hitler, em que desaparece a «subtileza literária e a inteligência estética» (*ibid.*).<sup>118</sup>

A mesma constatação tem sido feita relativamente à literatura em língua espanhola. As obras dos autores falangistas (antes e depois da Guerra) são normalmente consideradas inferiores às dos seus colegas opositores de Franco, como é o exemplo dos irmãos Antonio e Manuel Machado (embora, claro, no seu caso particular não se joguem apenas dados ideológicos).

A manipulação da linguagem pode ser entendida como o trabalho do artífice que faz nascer a obra da matéria. Manipular é neste caso a insigne e benigna destreza do poeta para quem a linguagem é a matéria. Porém, a manipulação de uma língua pode ser levada a cabo com o propósito de distorcer as noções de verdade e justiça, sendo a intervenção do sujeito orientada para o seu próprio benefício. Essa intervenção pode ser feita de modo explícito, com orientações específicas na escolha das palavras, como acabamos de ver, ou fazer-se de forma insidiosa, mais ou menos dissimuladamente, com argumentos impostos através da duvidosa determinação de um estilo por processos exteriores à literatura e à língua.

A Guerra Civil de Espanha originou uma «mobilização multitudinária da Poesia» (Martínez Cachero, 2009: 229). Na mão de inspirados ou improváveis poetas, a língua apresentou-se beligerante e panfletária, a favor

---

<sup>117</sup> Em nota de 1939 às 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> edição do seu *Genio de España*, Giménez Caballero escreve unindo também o seu destino individual ao destino de Espanha: «Sinto o júbilo do triunfo nas minhas veias. O orgulho da reconquista nas minhas vísceras. E fé do destino espanhol no meu destino pessoal e íntimo.» (Giménez Caballero, 1983: 3).

<sup>118</sup> Esta tese de Lepenies é oposta às apresentadas por Klemperer (2006 [1957]) e por Steiner (1970 [1959]) que consideram que a língua se deixou corromper pela barbárie e reflete a violência nazi.

sempre das apaixonadas convicções do momento e com resultados as mais das vezes esteticamente aquém. O campo de batalha da escrita era então mortífero para a língua e em detrimento da literatura ganharam os objetivos bélicos. As obras de Ridruejo e de outros companheiros da *corte* e do *grupo* são exemplo vivo desta perda, mas ainda assim sobressaem do prolixo cenário da restante literatura de autores comprometidos com o lado nacional.

No próximo capítulo observaremos especialmente a evolução da imprensa em Espanha durante as primeiras décadas do século XX, como espaço de opinião e arma propagandística. Veremos em particular o modo como, a partir de Burgos, o governo de Franco organizou e usou os meios de comunicação e os «seus» intelectuais para difundir a sua mensagem e legitimar a sua luta.

### 3. Imprensa e propaganda: de Burgos para o mundo

A Guerra Civil espanhola foi uma guerra mundial em território peninsular, profeticamente sinistra e sangrenta, nela se digladiando as mesmas forças que poucos anos depois arrasariam o mundo, em consequência da desmesurada e cruel ambição de alguns. Para Juan Marichal,

[...] a guerra de 1936-1939 [foi] uma terrível congruência e uma trágica sincronia de Espanha com a história universal. [...] não foi [...] um acontecimento histórico isolador, porque foi vivida em todo o mundo como um conflito de potente alcance transnacional, como uma guerra civil universal. (Marichal, 1995: 244).

Como todos os regimes totalitários, a ditadura franquista viveu a duplicidade do segredo e a propaganda, entre o silêncio de uns e o ruído de outros, pessoas e ideais.<sup>119</sup> O silêncio era uma opção para os que mandavam e para os que obedeciam era uma fatalidade que poderia evitar outra maior e mais pesada. Também a propaganda se fazia de clamor e de sossego, e os textos dos jornais fazem disso prova. Abafam-se os factos, os temas e os argumentos contrários e faz-se alarde de razões quase sempre pouco razoáveis.

---

<sup>119</sup> O segredo era um dos sinais do terror. Jerzy W. Borejsza compara a função do terror com a da propaganda como as duas características comuns aos totalitarismos (cf. Borejsza, 2002: XXV).

Já avançado o conflito, a 30 de janeiro de 1938, Franco constitui, em Burgos, o primeiro governo da Espanha Nacional e Ramón Serrano Suñer é nomeado Ministro do Interior. O jovem Dionisio Ridruejo era uma estrela em ascensão na Falange Espanhola desde os tempos de José Antonio; o brilhantismo retórico e o entusiasmo visceral com que abraçava as causas da *falange auténtica* tinham criado à sua volta uma aura de grande respeito. Por isso, não foi de estranhar que o novo ministro e velho camarada, que dera o *Servicio Nacional de Prensa* a José Antonio Giménez Arnau, o fosse chamar para liderar o *Servicio Nacional de Propaganda*.

Com Antonio Tovar à frente da Rádio, Juan Cabanas com a *Plástica*, García Viñolas y Goyanes na Cinematografia e Luis Escobar com o Teatro, as Edições ficaram a cargo de Pedro Laín Entralgo que iniciou a construção do que seria mais tarde a Editora Nacional. A Laín juntaram-se, então, os seus «"amigos para sempre"<sup>120</sup> Antonio Macipe, Luis Rosales, Luis Felipe Vivanco, Gonzalo Torrente Ballester e, mais tarde, Carlos Alonso del Real e Melchor Fernández Almagro.» (Juliá, 2002: 6).

Os individuais mapas de uma história comum fizeram coincidir em Burgos este grupo de jovens intelectuais que, longe das frentes de combate que rasgavam a Espanha, se configuraram como guarda avançada de um projeto intelectual que desse suporte teórico à bandeira nacionalista. Uma parte destes nomes vinha de Pamplona, Navarra, onde, sob a direção do padre Fermín Yzardiaga, colaboravam na publicação da revista *Jerarquía*. Desde Pamplona ou desde Burgos, a missão era poder agir sobre o público, influenciando a opinião.

O conceito de opinião pública, tal como o entendemos atualmente, é um conceito parente da própria modernidade, surgido de Inglaterra para o resto da Europa. Como noção política, consolidou-se, alargou-se e complexificou-se em particular durante o século XX (cf. Fernández Sebastián, 2008: 878).<sup>121</sup> No início do século XX, Unamuno e Ortega coincidiam no reconhecimento relação intrínseca entre os jornais e a opinião pública, e no papel que o intelectual deveria desempenhar como formador de opinião (cf. *ibid.*: 881). Assim, durante as décadas que nos ocupam, a imprensa

<sup>120</sup> A expressão entre aspas da citação de Santos Juliá refere-se às palavras de Pedro Laín nas suas memórias, *Descargo de Conciencia* (1976).

<sup>121</sup> A entrada «Opinión pública» do *Diccionario político y social del siglo XX español* é uma completa e esclarecedora síntese da evolução do conceito em Espanha, desde o século XIX, e da reflexão constante que suscitou entre os intelectuais (cf. Fernández Sebastián, 2008: 877-893).

funcionava também como uma espécie de «parlamento de papel», para usar a feliz expressão popularizada em Espanha durante a Transição, referindo-se aos jornais.<sup>122</sup>

Como representante nobre dos meios de comunicação, a imprensa é capaz de induzir na sociedade um clima de opinião que Javier Pradera define como «um conjunto de pontos de vista, atitudes afetivas, juízos de valor e linhas de conduta que os cidadãos se veem compelidos a partilhar para não se sentirem totalmente marginalizados.» (Pradera, 1993: 50).

As noções de opinião e espaço públicos estão em íntima relação com as noções de parlamentarismo e democracia. Interessa, porém, refletir acerca da realidade dos regimes totalitários, como é o caso do franquismo. Poder-se-á falar em espaço público e opinião pública? Seguramente não no sentido democrático, relacionado com as dinâmicas próprias do debate livre de ideias na política, nos *media*, ou em espaços de encontro informais da sociedade.<sup>123</sup> Em contexto democrático, a memória institucional pode continuar a ser a dominante, mesmo partilhando relevância na esfera pública com outras memórias sociais. Por seu turno, o espaço público dos regimes autoritários é dominado e monopolizado pela memória institucional, imposta graças à repressão das outras memórias, não coincidentes. (cf. Aguilhar, 2008a: 58).

---

<sup>122</sup> Num texto laudatório de José Antonio Primo de Rivera, «José Antonio no Parlamento», Gonzalo Torrente Ballester observa o extremo poder da imprensa sobre a política, culpando o capitalismo dessa inaceitável submissão do político ao económico: «Quando se fizer a sério a história do liberalismo europeu, não se poderá prescindir da Imprensa como fator decisivo no jogo dos políticos poderes. E ver-se-á, entre outras muitas coisas igualmente curiosas, a estreita escravatura em que vivia o Parlamento, subordinado às empresas e “trusts” editoriais de jornais. A Imprensa foi a arma mais eficaz que o Capitalismo usou para ter em permanente submissão os homens parlamentários, qualquer que fosse o seu matiz e ideologia.

Nada melhor que o jornal para fazer e desfazer famas; nada melhor para exaltar governantes ou afundá-los na ineficácia e no descrédito. [...] o verdadeiro governante não é o que aparece como tal, mas sim a empresa financeira que, através dos seus jornais, o administra ou controla.

Espanha foi um bom exemplo da intromissão da Imprensa na vida política. [...]» (*El Pueblo Gallego*, 29.10.1937, 3; *Amanecer*, 21.10.1937, 8; *Arriba España*, 26.10.1937, 8).

<sup>123</sup> No artigo «A propósito de extranjería» (*El Pueblo Gallego* 05.01.1938, 2; *La Nueva España* 15.01.1938, 11; *Amanecer* 06.01.1938, 4), Torrente Ballester refere-se ironicamente aos condutores da opinião nacional, que são, segundo o autor, as tertúlias de casino e determinados jornalistas.

O facto de um regime totalitário não permitir que haja uma opinião pública no verdadeiro sentido do termo, *i.e.*, crítica, informada e livre, não significa que ela não exista e não se possa identificar, ainda que constrangida e «submersa».<sup>124</sup> No nosso entender, poderão existir, aliás, dois “subgéneros” dessa opinião pública das democracias ocidentais modernas: aquela a que chamámos «submersa» e uma pseudo-opinião pública, oficial, condicionada pelas diretrizes impostas pelo Estado autoritário, fruto da propaganda do regime que, em última análise, não é uma verdadeira opinião pública, embora possa manifestar-se exteriormente como tal.

A imprensa teve um papel fundamental na missão propagandística das ideologias do princípio do século XX:<sup>125</sup> a democratização da leitura, o surgimento da opinião pública, o entender dos jornais como negócio lucrativo ou o florescimento de títulos de pouca tiragem e pouquíssima

---

<sup>124</sup> Pedimos emprestado o termo à história da Língua. Nesta disciplina, o conceito de «România submersa», por contraste com o de «România nova», designa o espaço que fez parte do Império Romano e onde, portanto, se falou o latim, mas hoje não se fala uma língua românica. Essa realidade histórica está na atualidade «submersa», mas podem descobrir-se vestígios dessa realidade nas línguas não-latinas faladas nesses países que, sendo de origens diversas, mantêm heranças da língua de Roma (cf. Castro, 1991: 70). Da mesma forma, embora sob o jugo da ditadura franquista, podemos identificar na sociedade oprimida, alguns resquícios da opinião pública, fervilhante de debate e controvérsia, que existia na Espanha da ditadura de Primo de Rivera e da República, apesar da censura e da imperfeição da democracia. Ao estudo desta oposição interna, crescendo pouco a pouco, quase secreta, nascida de dentro do próprio regime, dedica Jordi Gracia a sua investigação *La resistencia silenciosa* (2004).

Segundo Martín de la Guardia, «a opinião pública da imediata pós-guerra foi muito mais complexa do que se pensou quando foi interpretada como uma consequência da dureza da Guerra Civil e do sistema de coação imposto sobre as tendências políticas divergentes depois de concluído o conflito. As atitudes dos espanhóis iam além da apatia política e oscilavam entre a aceitação convencida do novo regime, a crítica à evolução política [...], ou a passividade perante uma situação de facto (a consolidação do franquismo), apelando à lembrança dolorosa da guerra.» (Martín de la Guardia, 2006: 27).

<sup>125</sup> Ao lado da imprensa temos de referir a rádio, em franca expansão no início do século XX, cujas virtudes como meio de comunicação de massas só passaram a ser exploradas a partir dos anos 1930, não só pela Alemanha nazi e pela Itália fascista, mas também por estados democráticos com impérios coloniais. (cf. Ribeiro, 2007: 169-170). Sobre a importância que a rádio terá na estratégia propagandística do Novo Estado em Espanha, vejam-se os concisos e acertados comentários de Martín de la Guardia sobre «El control de las ondas durante el primer franquismo» (cf. 2006: 23-25) e o artigo de Murelaga Ibarra «Historia contextualizada de la radio española del franquismo» (cf. 2009: 367-386).

duração, mas ao serviço de um determinado grupo, tudo isto agilizou o diálogo dos jornais com os seus leitores, ainda longe da concorrência dos outros *media* que hoje em dia, nalguns casos, substituem os jornais em importância perante a sociedade, como a televisão ou a *internet*.

Desde o princípio, a ditadura franquista exerceu um acérrimo controlo dos jornais e da rádio e, a partir de 1956, também da televisão. Segundo Javier Pradera, a «política de informação do franquismo tinha combinado um setor público de meios de comunicação (a chamada *imprensa do Movimento*) com um setor empresarial (católico, monárquico e conservador) [...]» (Pradera, 1993: 50). O empenho político do governo de Franco no que respeita à organização da imprensa tinha expressão financeira concreta que se pode observar, por exemplo, no facto de a *Delegación Nacional de Prensa y Propaganda* dedicar parte do orçamento à melhoria das máquinas, ao alargamento das oficinas e à agilização da distribuição dos seus órgãos informativos, com vista a melhorar a eficácia do aparelho propagandístico. (cf. Martín de la Guardia, 2006: 21).

A organização das secções de imprensa e propaganda em Burgos, durante o primeiro governo de Franco, não foi uma novidade estratégica. Desde antes da guerra que a Falange Espanhola tinha assumido a propaganda como uma tática que juntava a violência política à violência nas ruas (cf. González Calleja, 1990: 495). Durante a guerra, do lado conservador da contenda coexistiram, simultânea e por vezes conflituosamente, a propaganda do partido e a do Estado, até que a partir de 15 de fevereiro de 1938, Serrano Suñer assume também «o cargo de Delegado Nacional de Imprensa e Propaganda da F.E.T., confundindo definitivamente as referidas atribuições entre o Partido e o Estado.» (González Calleja, 1990: 509). A juntar a estas duas frentes ativas, Pizarroso Quintero refere ainda a Delegação de Propaganda do Quartel-General do Generalíssimo (Pizarroso Quintero, 1993: 338), mais uma acha para a implacável fogueira da propaganda nacionalista que, apesar de tricéfala – partido, governo e chefe –, teve melhor capacidade de racionalizar os recursos e as práticas.

As atribuições da direção-geral da imprensa (coordenada por José Antonio Giménez Arnau, que fora chefe nacional de imprensa da Falange de Hedilla) estavam relacionadas com a direção das publicações periódicas e das agências informativas,<sup>126</sup> incluindo a ação no estrangeiro, sendo esta direção geral

---

<sup>126</sup> A agência de notícias EFE, que é hoje a quarta maior agência noticiosa no mundo, distribuindo por ano mais de 3 milhões de notícias, em várias línguas, incluindo o árabe, foi fundada em Burgos em 1939.

também encarregue de fornecer as notícias para a rádio que, como já vimos, estava sob a alçada da Propaganda. Quanto a esta, ocupada com todos os outros meios de comunicação, estava encarregue igualmente da censura às publicações não periódicas, assim como dos filmes, peças de teatro, exposições, espetáculos, textos de canções, etc. Segundo González Calleja, «as atividades desta Direção Geral englobavam as aspirações de todo um Ministério da Cultura fascista, através da regulamentação autoritária ao serviço único da ordem pública e da permanência do regime.» (González Calleja, 1990: 510).

A guerra da informação desenrola-se em paralelo com as dos exércitos (cf. Todorov, 2002: 143) e os dois lados tinham a noção da importância de deter um aparelho comunicativo organizado e fiel, em especial no que respeita aos jornais. Os militares sublevados rapidamente tomaram controlo desses meios fechando-os ou criando novos a partir do património (físico e humano) de antigos títulos, colocados estrategicamente por toda a Espanha nacional, como se se tratasse de uma linha de fortalezas ideológicas que, tal como os castelos medievais dos reis cristãos na luta contra o infiel, ajudasse a marcar e defender o território, e servisse de ponto de reunião e de apoio às populações leais.

No momento em que a união era fundamental, a esquerda não foi capaz de superar as suas divergências, enquanto os golpistas de direita sim puderam unir à sua volta um consenso fabricado pelas exigências concretas da necessidade de vitória. Gabriel Jackson reflete sobre este sentido pragmático da direita:

Numerosos banqueiros e empresários britânicos, franceses, belgas e suíços apoiaram o general Franco. Muitos deles não eram, aparentemente, fascistas nem militaristas. Mas em termos pragmáticos pareciam-lhes que os nacionais eram mais capazes de fazer contratos viáveis. [...] (Jackson, 1997: 222)

No confronto entre um sistema informativo «integrado» (lado nacional) e um sistema informativo «fragmentado» (lado republicano) (cf. Gómez Mompert e Tresserras, 1989: 169), espelho da situação ideológica que se vivia em ambos os lados, a orientação militar e totalitária dos meios de comunicação ganhou em eficácia à pluralidade e à, ainda que imperfeita, democracia republicana.

Tanto do lado nacional-católico como do lado republicano, o sistema de informação integrou-se na guerra e a imprensa passou a desempenhar o papel de eixo de cada aparelho de propaganda; de instrumento

fundamental de informação e de desinformação; de filtro básico na seleção e manipulação de fontes, conteúdos e formas de apresentação da informação. (Gómez Mompert e Tresserras, 1989: 176).

Para María Dolores Saiz, a história da propaganda dos dois lados em confronto reflete «um confronto dialético constante» (Saiz, 1987: 105). Esta é uma dura luta de ataque e contra-ataque, de declaração e resposta, de verdade e mentira: «Ambas as partes mentem, hipertrofia-se o poder e a força própria e reduz-se a capacidade combativa do inimigo. O insulto e a desqualificação lançados contra o adversário transformam-se em cantos entusiásticos para os companheiros de luta.» (Saiz, 1987: 105). No artigo citado, Dolores Saiz oferece um panorama da disputa propagandística dos dois lados, a partir do jornal *ABC*, nas suas edições de Madrid (republicana) e Sevilha (nacional), salientando também o papel da rádio na tarefa de doutrinar a população e os combatentes.

Escrever em jornais não é ofício exclusivo de jornalistas. Desde sempre, já o vimos, os jornais funcionaram como uma espécie de púlpito de papel para os «clérigos», religiosos ou laicos. O que mudou ao longo dos tempos e conforme a época foi a ressonância que as palavras proferidas desde esse púlpito puderam alcançar. Conforme o orador, em função do tema e do contexto, face ao quotidiano, dependendo do género escolhido, o texto publicado no jornal teve e tem a sua fortuna individual junto do público contemporâneo a ele ou junto da posteridade.

Apesar de certa anacronia obviamente sentida, folhear as amareladas páginas dos jornais espanhóis do século XX, mostrar-nos-á como as ideias não estão envelhecidas, nem a arte da retórica sofre de qualquer esclerose estilística ou de raciocínio. Em particular a imprensa espanhola das três primeiras décadas do século passado é espelho de uma vitalidade intelectual única, de uma Espanha que se procura a si mesma, longe dessa América prometida, procurando a Europa. Mas é também espelho de tensões que nunca foram tão extremadas como as que levaram à guerra de 36.<sup>127</sup>

Durante a Segunda República, a identificação dos grandes diários espanhóis com os partidos políticos deu lugar a ferozes polémicas e dividiu profundamente a imprensa; o jornalismo da etapa republicana, além de expressar a fragmentação social e a falta de consenso político

---

<sup>127</sup> O que leva Sánchez Dragó a considerar que o conflito de 1936-1939 era inevitável (cf. Sánchez Dragó, 1983: V).

da vida pública, agudizou os conflitos entre uma direita golpista e uma esquerda revolucionária e contribuiu para fomentar o clima de exasperação que desembocou na guerra civil. (Pradera, 1993: 52).

As primeiras décadas do século XX espanhol foram férteis em títulos de imprensa: revistas literárias, órgãos partidários, periódicos intelectuais... A imprensa foi o mais importante veículo de transmissão de ideias, de discussão pública, de debate ideológico. Todos os grupos – partidos, sindicatos, grupos literários, religiosos... – procuravam ter um título que fosse o difusor do seu ideário e permitisse ganhar adeptos para a causa. Para um grupo literário, a publicação de uma revista era como o cumprimento de um «acto ritual» (Gullón, 1969: 169) que de certa forma assinalava a sua existência formal. O mesmo acontecia para outros grupos e para a FE o domínio da imprensa foi um trunfo mostrado logo no início:

[...] Falange Espanhola, que partia de uma situação de clara desvantagem em relação a outros setores da direita, conseguiu criar uma poderosa plataforma jornalística através da apropriação de títulos de diversa orientação ideológica: *La Voz de Navarra* transformou-se em *Arriba España*, o *Diario de Aragón* em *Amanecer*, *El Día* e *La Voz de Guipúzcoa* de São Sebastião em *Unidad* e *La Voz de España*, respetivamente, e assim muitas outras publicações. (Fuentes e Fernández Sebastián, 1997:241).

A volumosa antologia de Gutiérrez Palacio (2005) *República, periodismo y literatura* e o minucioso estudo que a abre mostram até que ponto a imprensa representou um papel determinante no fervilhante debate público (político ou não) da Espanha do início do século XX.

A vida cultural e literária estava intimamente ligada à imprensa: «A chamada Idade de Prata da cultura espanhola manifesta-se, também, no esplendor da imprensa durante as três primeiras décadas do século XX e especialmente durante o período republicano.» (Gutiérrez Palacio, 2005: 21), podendo falar-se em muitos casos em *prensa literária*,<sup>128</sup> sintagma que em

---

<sup>128</sup> Sobre este assunto é incontornável o estudo de César Antonio Molina (1990). Sem reivindicar a paternidade da expressão *prensa literaria*, Molina assume a sua definitiva incorporação terminológica. Para o autor, a imprensa literária encontra-se muitas vezes englobada na imprensa cultural: «Poderíamos defini-la [imprensa cultural] como aquela que favorece o cultivo das faculdades intelectuais do homem nos seus múltiplos

Espanha serve para aglutinar o jornalismo exercido por escritores que encontravam nos periódicos (imprensa dita generalista e também as revistas culturais) um espaço privilegiado, senão mesmo único, de criação literária. Na citada antologia, visitam-se «[t]rês gerações de escritores nos periódicos da Segunda República: 98, novecentismo (geração de 14) e 27» (*ibid.*: 41).

No estudo referido, o autor mostra como, apesar de ter tido um papel fundamental no surgimento do regime republicano, a imprensa de Madrid como *El Sol*, *El Liberal*, *El Heraldo*, entre outros títulos, tinha tiragens menores que os jornais antirrepublicanos como *ABC*, *El Debate* e *La Nación* (*ibid.*: 24). Apesar da proliferação de títulos afins aos vários partidos ou grupos ideológicos, a imprensa era dominada por grandes empresas, tal como descrito por Seoane e Sáiz:

Todos os partidos do mosaico político, republicano e antirrepublicano, multiplicaram os seus títulos e estabeleceram as suas redes de imprensa, mas a impressionante quantidade de títulos não deve fazer-nos esquecer o facto de que aqueles que continuavam a levar a água ao moinho do leitor e do anunciante eram os grandes jornais de empresa procedentes do período anterior [...]. (Seoane e Sáiz, 1996: 408).

A Guerra Civil vai quebrar o ritmo das publicações.<sup>129</sup> Na imprensa, propagandística e dividida ideologicamente, a guerra foi contada em versões menos coincidentes com os factos do que com a ideologia do emissor da mensagem e os “nossos” intelectuais reunidos em Burgos tiveram um papel fundamental como colonistas oficiais do regime.

---

aspectos, tais como o literário, científico, filosófico, artístico, político, etc. A imprensa literária esteve englobada durante muito tempo como mais uma dentro desta [imprensa cultural] genérica. Hoje em dia continua a ser muito difícil separá-las. É por isso que eu mesmo utilizo por vezes indistintamente “cultural” e “literária”, quando na primeira há muitos elementos (embora não sejam todos) da segunda.” (Molina, 1990: 21-22).

<sup>129</sup> Segundo o estudo introdutório a *República, periodismo y literatura*, à guerra só sobreviveram 3 dos 18 títulos diários que se publicavam na capital durante a República (cf. Gutiérrez Palacio, 2005: 21). «Os únicos títulos madrilenos anteriores a 1936 que sobreviveram ao final da guerra foram o *ABC*, o *Ya* e *Informaciones*.» (Fuentes e Fernández Sebastián, 1997: 254). Já María Cruz Seoane refere, relativamente às revistas culturais: «Praticamente todas as que se publicavam em julho de 1936 foram derubadas pelo empurrão brutal da guerra. Outras, no entanto, nasceram e viveram no período bélico, porque a vida cultural não desapareceu com o estalar da contenda.» (Cruz Seoane, 1987:25).

Nos títulos da Espanha nacional, entre outras assinaturas mais ou menos famosas, veremos as de Laín Entralgo ou de Torrente Ballester, que vão ser recorrentes, escrevendo artigos encomendados em Burgos, e logo propagados e reproduzidos em títulos afins por outras partes de Espanha. Assinavam e eram apresentados como «colaborador nacional». Fuentes e González Sebastián destacam o «copioso jornalismo de guerra promovido pelos distintos serviços de propaganda ou diretamente pelas próprias unidades militares [...]» (Fuentes e González Sebastián, 1997: 242).

Num artigo em que estuda a presença do discurso oficial do franquismo na imprensa cultural, Florence Belmonte salienta o papel desse setor da imprensa no exercício do que a autora chama de «propaganda difusa», por oposição à «propaganda direta» exercida de forma preferencial nos jornais diários da *Prensa del Movimiento*. Para Belmonte, a missão levada a cabo pelas revistas culturais é «uma empresa de adulteração da cultura» (Belmonte, 2006: 29). Segundo a investigadora, ao lado de uma imprensa dedicada a doutrinar as massas, cujo conteúdo simplista e vulgar não era do agrado de uma burguesia conservadora e exigente, o regime sentiu necessidade de criar uma outra, dedicada às elites, visto que a eficácia da propaganda depende muito da sua capacidade de criar laços entre os dois interlocutores de uma situação comunicativa. Na verdade, a diferença entre elas era na linguagem e no aspeto estético, pois a mensagem – mais ou menos velada, conforme o caso – era a mesma. Tratava-se de transmitir e provar a bondade intrínseca do Novo Estado: «[...] cada artigo, cada fotografia ou ilustração conduz infalivelmente à demonstração de que Espanha era uma nação em paz, unida pela fé e sob a autoridade de um chefe único e insubstituível.» (Belmonte, 2006: 31).

Ao criar revistas culturais, para as quais não havia restrições orçamentais,<sup>130</sup> o regime pretendia não «ganhar novos adeptos da causa mas garantir a fidelidade daqueles que tinham ajudado na vitória [...]» (*ibid.*: 33).

No fundo, tratava-se de disfarçar uma certa *secura* intelectual ou o vazio crítico e artístico, com uma ténue e ineficaz pátina de pseudo-criatividade. Fingia-se um ambiente de criação estética num momento (o da mentira e da opressão) e num lugar (a Espanha franquista) em que ela era praticamente impossível. A vida era dura para aqueles que tinham um

---

<sup>130</sup> A opulência estética de revistas como *Vértice* e *Jerarquía* era até considerada chocante face à penúria material dos tempos da guerra. Este aspeto luxuoso e o preço elevado contribuíam para acentuar o elitismo das publicações.

pensamento livre (como se pudesse haver verdadeiro pensamento que não seja livre...), em particular durante as primeiras décadas da ditadura. Anos terríveis, de terrível crueldade e perseguição contra aqueles que não estavam com Franco.

O jornalismo terá um papel crucial durante o franquismo, sendo o meio privilegiado de ação propagandística, que deveria «inculcar princípios, atitudes, formas de comportamento, um autêntico código ideológico graças ao qual os espanhóis apoiariam a causa de Franco.» (Martín de la Guardia, 2006: 17). A informação propagandística era muitas vezes disfarçada de notícias que pretendiam mostrar as vantagens concretas do novo regime na vida das pessoas: uma estrada asfaltada, uma inauguração, uma obra civil...

Todo o jornal era propaganda: os editoriais, os títulos e as notícias, as colunas de opinião, os lemas propostos, a poesia, a crítica literária e teatral, as fotografias, as gravuras, as legendas... Da função de sustentação ideológica da guerra, a imprensa nacional passou a uma fase institucionalizada de gestão das necessidades propagandísticas do novo Estado, tendo-se disseminado desde a guerra por todo o território, visto que a imprensa provincial e regional sempre tinha tido bastante importância em Espanha.

Pretendendo funcionar como «elemento integrador e de consolidação da própria ditadura [...], um dos pilares básicos para a legitimação da ditadura franquista» (Delgado Idarreta, 2006a: 9), a propaganda do novo Estado proposto por Franco seria construída com base na «exaltação do exército, a integração da religião na vida diária e a consagração do estado totalitário» (Nuñez Díaz-Balart, 1989: 182). A marca de Serrano Suñer no aparelho propagandístico do novo Estado, já quase aniquilada a estrutura paralela ligada ao partido, ficará para sempre representada pela sua lei de imprensa de 22 de abril de 1938,<sup>131</sup> que durará até à «Lei Fraga» de 1966, e que foi inspirada no modelo italiano. Reconhecia-se a urgência da redefinição/do controlo da imprensa, pois era impensável a existência de qualquer poder, mesmo esse quarto, que pudesse ameaçar o poder único do Estado representado pelo seu governo. Assim começa a referida lei:

---

<sup>131</sup> Veja-se o texto integral da lei em García-Nieto e Donézar, 1975:367-372. Escreve Ricardo Martín de la Guardia: «Precisamente considera-se Giménez Arnau, uma das figuras únicas da Falange, o inspirador da conhecida Lei de 22 de abril de 1938 que deu aos órgãos estatais a cobertura legal necessária para controlar os meios de comunicação e impedir que se desviassem da linha ideológica definida por eles.» (Martín de la Guardia, 2006: 16).

Um dos velhos conceitos que o Novo Estado tinha de rever mais urgentemente era o da Imprensa. Quando nos campos de batalha se lutava contra os princípios que tinham levado a Pátria à agonia, não podia perdurar um sistema que continuasse a tolerar a existência desse “quarto poder”, que se queria transformar numa premissa indiscutível. (García-Nieto e Donézar, 1975: 367).

Se o jornalista se transformava numa espécie de funcionário público com formação profissional (Martín de la Guardia, 2006: 17), outros, sem formação ou vocação periodística, tratavam do serviço de passar a escrever nos jornais. Segundo Martín de la Guardia, o jornalismo e o jornalista passavam a ter o único objetivo de exercer uma função que fosse útil à pátria. (cf. *ibid.*).

O franquismo preocupou-se desde cedo não só com os meios de comunicação em si, como em “cuidar” daqueles que exerciam a profissão. Assim nasceram o *Registro Oficial de Periodistas* (criado no artigo 15.º da lei de imprensa de 1938), a *Escuela Oficial de Periodismo* (1941) e a *Unión Española de Periodistas* (1943), que enquadravam a nova forma de ser e fazer jornalismo definida pelo regime. Franco tinha a carteira n.º 1 do grémio jornalístico. Estes factos e os dados relacionados com o exercício concreto da profissão mostram que houve uma «rutura» (Belmonte, 2006: 29) com o passado.

Assim, no princípio da nova Espanha de Franco estavam Burgos e Ridruejo, o prematuro dissidente franquista que era, na capital de província, o mais comprometido mentor fascista, crente na bondade da luta nacional contra o caos republicano e a ameaça comunista. Essa crença e o entusiasmo pela vitória, que acabaria por chegar no ano seguinte, eram vividas no contexto propício do auge do nazismo alemão e do fascismo italiano. O papel de Ridruejo como estratégia da propaganda espanhola levou à comparação facilitista com o ministro nazi da propaganda Joseph Goebbels (cf., por exemplo, Carbajosa e Carbajosa, 2003: 78). Em 1965, Stanley Payne já punha em causa esta identificação : «O jovem Dionisio foi apelidado de «Goebbels espanhol», comparação excessiva a todos os níveis, baseada unicamente na estatura física de ambos.» (Payne, 1965: 148). No nosso entender, se realmente não for possível escapar à comparação, é claro que a Espanha teve mais sorte: Ridruejo foi um homem de honradez insigne, inteiro e genuíno nas opções políticas que teve ao longo da vida. Foi, de certo modo, um visionário. E humano como poucos, nas dúvidas e nas convicções. A «culpa fascista», que carregou toda a sua vida, não o paralisou e Ridruejo foi um opositor ativo e empenhado na procura de uma sociedade justa e livre para Espanha. Morreu prematuramente, como são

prematuras todas as mortes de pessoas de bem e de democratas lúcidos no cenário penumbroso de uma ditadura, pouquíssimos meses antes de Franco.<sup>132</sup> Nas cartas publicadas por Jordi Gracia (2007), percebe-se não só a personalidade do poeta, como o contexto político que viveu, o ambiente intelectual que o acompanhou e as amizades de toda a vida, que cultivou, independentemente dos caminhos ideológicos percorridos por cada um.

Algumas dessas amizades foram fundadas na delegação de propaganda de Burgos, que funcionou durante aquele último ano de guerra (o último *parte de guerra* foi assinado por Franco no dia 1 de abril de 1939<sup>133</sup>) como a tertúlia ideológica, o seletto clube cultural que juntava poetas, dramaturgos, ensaístas, romancistas, enfim... todos os plumíferos armados em políticos ou políticos armados de letras.<sup>134</sup>

A imprensa, com longa tradição no debate político espanhol, tornou-se numa das frentes de combate mais importantes. A rádio, a que já nos referimos brevemente e cujas virtudes propagandísticas se ensaiavam então, transmitia inflamados discursos que os jornais reproduziam depois. Ficaram famosas, pelo tom vernáculo que usava, as mais de quinhentas intervenções do general Queipo de Llano, emitidas pela *Unión Radio Sevilla* (cf. Pizarroso Quintero, 1993: 360 e ss). Na sua fundamental *Historia de la Propaganda*, Pizarroso Quintero descreve o uso que os dois lados fizeram das ondas radiofónicas e mostra como, apesar da superioridade técnica

---

<sup>132</sup> Morreu em Madrid, no dia 29 de junho de 1975. Para melhor conhecer o singular percurso intelectual e humano de Dionísio Ridruejo são incontornáveis os trabalhos de Jordi Gracia. Assim termina a biografia *La vida rescatada de Dionisio Ridruejo*: «[...] Ridruejo fez apenas o que tinha que fazer, que é uma frase que gostava de repetir sobre si mesmo desde os anos cinquenta. No fundo, o que nos mostram as suas avarias políticas é a estranha mecânica que por vezes tem a honra.» (Gracia, 2008: 309).

<sup>133</sup> A nota de Franco que assinala o final da Guerra foi lida por Fernando Fernández de Córdoba, aos microfones da Rádio Nacional, sediada em Burgos. Rezava assim: «En el día de hoy, cautivo y desarmado el ejército rojo, han alcanzado las tropas nacionales sus últimos objetivos militares. La guerra ha terminado. El Generalísimo: Franco. Burgos, 1.º de abril de 1939.» A declaração pode ser recordada em vários sítios da internet. Por exemplo em <http://fonotecaderadio.com/html/fernandezdecordoba.html>. Consultado a 28 de abril de 2011.

<sup>134</sup> O entendimento da palavra como arma e do seu exercício como luta já nada tem de original, mas parece continuar a fazer sentido para os investigadores. Vejam-se como exemplo, os títulos de Trapiello (1994, 2010) *Las armas y las letras*, e de Martínez Cachero (2009) *Liras entre lanzas*. Ou as reflexões de Jordi Gracia: «As suas armas foram as do tempo: palavras e ideias para ser escutadas ou lidas.» (2004: 37) e de Santos Juliá: «as duas armas próprias dos intelectuais: a escrita e a palavra.» (2002: 6).

dos emissores na posse dos republicanos, «foram os franquistas quem melhor se soube valer de tão poderosa arma de propaganda.» (Pizarroso Quintero, 1993: 361).

Os dois meios de comunicação – a imprensa e a rádio – são usados em articulação programada pelos revoltosos, tal como se pode inferir ao observar a constituição dos gabinetes de Burgos.

À belíssima cidade castelhana de Burgos, onde se ergue a terceira maior catedral de Espanha, considerada por muitos como a mais representativa do estilo gótico, coube em sorte ser a sede do primeiro governo de Franco.<sup>135</sup> Madrid substituta de uma Espanha por terminar, foi a capital de um Estado iniciado pela violência em 1936/1937 e pela violência mantido durante longas décadas até à pacífica e feliz Transição de 1975/1978.

Burgos foi, deste modo, um lugar simbólico de repressão e terror, para as vítimas do franquismo, e ao mesmo tempo lugar simbólico do Novo Estado, em que a banal figura do ditador se podia transformar, através de artes de manipulado contágio estético, tão imponente como a imponente catedral burgalesa, tal como se pode observar em algumas conhecidas fotografias de propaganda.

De Burgos, governou-se a Espanha e informou-se o mundo. Durante a guerra, a ação de governo traduziu-se num aluvião legislativo que pretendia manter sob controlo o máximo de fatores sociais, económicos, governativos... O governo de Franco procurou enviar uma mensagem de legitimação e glória da sua *cruzada* para dentro de Espanha mas também para os seus aliados na pré-guerra europeia, com quem o regime manteve uma relação de colaboração, sendo apoiado de forma concreta pelos serviços de propaganda das potências do Eixo, que detinham uma ampla margem de manobra com a sua própria propaganda dentro do território espanhol.

Num artigo em que evoca a relação do Estado Novo com as forças em confronto na guerra civil vizinha, o historiador José Miguel Sardica mostra como, embora mais discreto, o apoio dado por Salazar a Franco não foi menos importante do que aquele que o Generalíssimo recebeu de Hitler ou Mussolini.<sup>136</sup>

---

<sup>135</sup> Sobre a constituição de Burgos como sede da Espanha nacional, veja-se o livro de Luis Castro (2006). *Capital de la Cruzada. Burgos durante la Guerra Civil* e as páginas 11 e ss. de Martínez Cachero (2009). *Liras entre lanzas*, onde o autor descreve a vida política e cultural de várias outras cidades “nacionais” durante a Guerra.

<sup>136</sup> Sobre a distribuição das lealdades internacionais e os apoios dados a ambos os lados da guerra civil, veja-se Jackson, 1997: 216 e ss.

Salazar não conhecia bem Franco, [...] mas não duvidou que a sua vitória constituiria o melhor seguro de vida para o jovem Estado Novo ainda em pleno processo de consolidação institucional interna. [...] Consequentemente, apesar de ter aderido, pelos canais diplomáticos, ao princípio internacional da não-intervenção, o Estado Novo não tardou a desmenti-lo na prática, a favor de Franco [...]. (Sardica, 2007: 201-202).

No texto citado, o autor analisa a política de imprensa portuguesa face ao conflito espanhol e também o espaço de manobra da propaganda franquista nos jornais e na opinião pública portugueses. Salazar apoiou Franco – Ana Vicente (2007) chamou ao Presidente do Conselho «o amigo lusitano» do Caudilho – mas a vitória do Generalíssimo tornou-se também numa oportuníssima ajuda ao propósito de férrea consolidação do Estado Novo: «Do que não restam dúvidas é de que a luta franquista foi o álibi de que Salazar lançou mão para muscular a censura e para em geral blindar as instituições, os valores e as práticas do regime.» (Sardica, 2007: 220).

Até ao início da Segunda Grande Guerra, as ligações preferentes entre os regimes eram óbvias, mas com o avançar do conflito começa a ser menos evidente a supremacia do Eixo e a ganhar contornos definidos o desenlace com a vitória dos Aliados. Assim, Franco teve de gerir diplomaticamente a nova situação do seu regime no plano internacional e a Espanha passa, discreta e gradualmente, de uma inequívoca solidariedade com o Eixo para uma paulatina identificação com os Aliados. Neste contexto, para evitar um volteface repentino, passa-se a privilegiar a relação com a América hispânica.<sup>137</sup> Esse era já um tema predileto nos jornais nacionais durante a guerra civil, tal como se pode observar pela leitura dos jornais da época, mas que se acentua durante o conflito mundial:

Perante a impossibilidade de uma viragem repentina a favor dos Aliados, teve de insistir nos laços que uniam Espanha à América Latina. Isso explica a grande empresa de orquestração do tema da hispanidade que os serviços de propaganda ativam desde o início do conflito mundial. O conceito de hispanidade difunde-se, como

---

<sup>137</sup> Sobre este assunto veja-se também a obra de Eduardo González Calleja e Frides Limón Nevado (1988), com um título já de si elucidativo acerca da importância estratégica do tema: *La Hispanidad como instrumento de combate. Raza e imperio en la Prensa franquista durante la guerra civil española*.

correlato do de império com os mesmos mecanismos de propaganda disfarçada, principalmente através da manipulação da informação cultural. (Belmonte, 2006: 44).

Pizarroso Quintero assinala a existência de uma *Falange Exterior* com uma presença importante nos países americanos de língua espanhola através de várias publicações periódicas. Da mesma forma, as representações diplomáticas da Espanha nacional nesses países também detinham títulos de imprensa de propaganda. (cf. Pizarroso Quintero, 1993: 340-341).

A *voluntad de imperio* proclamada por José Antonio Primo de Rivera no terceiro dos *Puntos de la Falange* de 1934 foi abusada pelos falangistas e usada por Franco numa aceção mais retórica que concreta. Os discursos estavam inflamados desta vontade, mas na prática, apesar de alguns esforços políticos, o regime estaria mais voltado para lidar com a sua situação estratégica perante o resto do mundo ocidental do pós-guerra do que para a América hispânica. O olhar sobre os países de língua espanhola era menos um dado concreto da diplomacia e da ação exterior do que uma proclamação para consumo interno e, travado o avanço puramente político devido ao reposicionamento mundial pós 1942 e à relutância com que as nações americanas recebiam o ímpeto neo-imperialista de Espanha, a ação oficial da Espanha na América Latina (exceção o Brasil) foi essencialmente cultural, nomeadamente através do Instituto de Cultura Hispânica, sucessor do Conselho da Hispanidade.<sup>138</sup>

Depois deste percurso panorâmico pela imprensa como primeiro instrumento propagandístico «nacional», dedicaremos as próximas páginas à participação concreta dos intelectuais na tribuna de papel. Começando pelos correspondentes de guerra estrangeiros que representam as duas partes em confronto não só bélico, como ideológico, numa luta que terá um impacto internacional, do qual também serão responsáveis os inúmeros exilados que saíram de Espanha durante e após a guerra. A análise da organização e da participação dos intelectuais de Burgos na imprensa nacional terá também em consideração as relações entre os pares e o modo como contribuem para definir o lugar de cada um na cena pública.

---

<sup>138</sup> Sobre este assunto veja-se, por exemplo, Colom González 2006.

## 4. A guerra dos intelectuais

Nas suas «quase» memórias, Dionisio Ridruejo aponta responsabilidades pelo nascimento do fascismo em Espanha: «ninguém pode dizer que o fascismo em Espanha [foi] o resultado de um impetuoso movimento intelectual, ainda que se tenha de dizer que nasceu pela mão de escritores.» (Ridruejo, 1976a: 154).

Vimos já o ambiente político e literário no qual, paulatinamente, vão criando raízes as ideias fascistas em Espanha. Apesar do esforço de José Antonio e da sua *corte* em entrecruzar os fios da criação poética com as linhas da fundamentação ideológica, o certo é que os mais visíveis ímpetus interventivos dos intelectuais na política foram mais frequentemente obra da esquerda. A direita conservadora e de tendência fascista via com maus olhos a intelectualidade.<sup>139</sup> Em nota de 1938 a *Genio de España*, Giménez Caballero aproximava-se do ideal superior do *monge soldado*, distanciando-se dos intelectuais que definia como:

[g]lente de opinar contrário e do avesso. Enrevesados. Frente a eles estivemos sempre os «místicos», os «teólogos», os «pregadores», os «sacerdotes» de causas divinas. Os «padres de almas». Os que não andamos com a cabeça nem de cabeça. Aqueles que São João da Cruz definiu: *sem outra luz ou guia / senão a que no coração ardia*. (Giménez Caballero, 1983: 33)

Os intelectuais assim vistos são os responsáveis pelas manobras subversivas que pretendem desestabilizar o tranquilo equilíbrio do pensamento espanhol, na sua essência religioso e bom.

De facto, os intelectuais de esquerda eram incómodos pela militância ativa contra o fascismo europeu. A lista de ações coordenadas inclui o Congresso Internacional dos Escritores Antifascistas, que se realizou nas cidades de Valência, Madrid e Barcelona, em julho de 1937. Manuel Rubio Cabeza enumera os participantes deste encontro, que se apresentava como o II Congresso Internacional de Escritores para a defesa da Cultura, contando 66 delegados oriundos de vários países. Tratava-se de

---

<sup>139</sup> Ficou também famoso o libelo de Enrique Suñer (1937) sobre a culpa dos intelectuais na tragédia de Espanha. Outras obras mostram como a direita via a ação pública dos estudantes e intelectuais ligados à *Institución Libre de Enseñanza* e, portanto, relacionados com a esquerda política. Veja-se Eguía Ruiz, 1938 e Martín-Sánchez Juliá, 1940.

[...] uma reunião de escritores antifascistas com o propósito de discutir a atitude dos intelectuais perante o fenómeno da guerra e, mais concretamente, da guerra civil espanhola, e também – ainda que isto não figurasse nos programas – com ideia de condenar publicamente o escritor francês André Gide [...]» (Rubio Cabeza, 1987: 212).

Sem ter sido um fracasso, o certo é que o alcance propagandístico desta reunião foi mais longe e mítico no tempo, do que eficaz no seu momento. Embora tenham estado presentes escritores como Benda, Neruda, Alberti, Malraux ou Ehrenburg, a República espanhola não esteve unanimemente ao lado do Congresso, como se pode observar pelas reservas apresentadas pelo presidente da República Manuel Azaña, citado por Rubio Cabeza no referido artigo. (cf. Rubio Cabeza, 1987a: 213).

Chegados dos quatro cantos do mundo, o encontro em Espanha de tantos escritores reunidos numa mesma frente de combate, mostra como era forte o apelo da luta ideológica e bélica, embora a tal não seja alheia a capacidade de mobilização dos partidos comunistas dos vários países. Vieram os nomes conhecidos do mundo intelectual de então, mas também os jovens aspirantes a escritores, a quem a guerra não permitiu concretizar o sonho.

O conflito de Espanha – terrível antecipação da terrível guerra mundial que se lhe seguirá – foi palco da luta fratricida entre espanhóis, mas também foi palco da lírica (nem por isso menos real) luta pela liberdade, em que tiveram papel principal tantos heróis feitos à pressa na escola de armas das causas imortais.

A causa maior – a da Liberdade – inspirou combatentes das armas e das palavras, os militares e os poetas, coincidentes às vezes nos mesmos jovens jornalistas empunhando a caneta a apontar certa para o coração do conflito e a tentar matar o temor. «[...]C]ontar [a] guerra era um compromisso moral» (Guerra, 2006: 9), e Ignacio Martínez de Pisón fala atentamente de «Um exército de poetas» (Martínez de Pisón, 2006), não apenas em sentido metafórico, mas em sentido real. Embora tenha havido voluntários em ambos os lados do conflito, a causa republicana foi a que mais paixões despertou e passaram por Espanha, alistando-se nas Brigadas Internacionais – «unidades de idealistas» (Rubio Cabeza, 1987a: 137) – ou como correspondentes de guerra, nomes conhecidos como Ernest Hemingway, John Dos Passos, Antoine de Saint-Exupéry, Robert Capa, André Malraux ou George Orwell, só para citar alguns

exemplos.<sup>140</sup> E outros nomes, menos conhecidos, mas não menos heroicos, como o de John Cornford, poeta inglês que morreu a combater em Lopera (Andaluzia) no dia em que fazia 21 anos (cf. Martínez de Pisón, 2006: 45).

Frente aos soldados italianos e à aviação alemã chegada a colaborar no esforço de guerra dos insurretos, a República espanhola contou parcamente com o apoio russo e com a generosa mas pouco eficaz entrega dos soldados das Brigadas Internacionais. Objetivamente definidas como o «conjunto de unidades militares, compostas por voluntários estrangeiros, que durante a guerra civil espanhola combateram em defesa da República contra os militares sublevados em julho de 1936» (Rubio Cabeza, 1987a: 137), na organização e mobilização das Brigadas Internacionais teve papel crucial o *Komintern*, sendo comunista a esmagadora maioria dos voluntários.<sup>141</sup> Embora tenham tido um papel crucial na defesa de Madrid, o combate contra o exército profissional de Franco não era um combate de igual para igual e, dos cerca de 40 000 voluntários das Brigadas na guerra de Espanha, um terço terá morrido em combate (cf. *ibid.*: 139).<sup>142</sup>

---

<sup>140</sup> Sobre este assunto veja-se o catálogo da exposição *Corresponsales en la Guerra de España* (2006) ou o artigo de Carlos García Santa Cecilia, comissário da referida exposição, «La edad de oro de los corresponsales de guerra», incluído no volume *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois* (2007).

<sup>141</sup> O historiador Hugh Thomas descreve deste modo a participação nas Brigadas Internacionais: «Cerca de sessenta por cento dos voluntários eram comunistas e cerca vinte por cento tornaram-se comunistas no decurso da guerra. Em todos os países (incluindo a Grã-Bretanha) pelo menos oitenta por cento dos voluntários pertenciam às classes trabalhadoras. A maioria eram jovens, mas muitos militantes alemães e italianos refugiados dos regimes fascistas, eram veteranos da primeira guerra mundial. Muitos eram trabalhadores no desemprego, especialmente os franceses, e outros também tinham participado em combates de rua contra «os fascistas» em Berlim, Paris e até em Londres.» (Thomas, 1976: 490-491). De referir ainda a dedicação de «centenas de enfermeiras e médicos» em defesa da República espanhola (Jackson, 1997: 221).

<sup>142</sup> Sobre os voluntários ao lado de Franco, veja-se o livro de Judith Keene, *Fighting for Franco*, onde a autora dá conta da colaboração com as tropas nacionais de cerca de 1000-1200 «verdadeiros» voluntários estrangeiros, «católicos pios, criptonazis, aspirantes a fascistas, conservadores à moda antiga e antisemitas de todo o género» (Keene, 2001: 2). Na sua famosa dedicatória a *Vísperas. Festividad y octava de San Camilo del año 1936 en Madrid*, Camilo José Cela insurge-se contra esses estrangeiros que vieram lutar em Espanha: «Aos rapazes da recruta de 1937, todos perdedores de algo: da vida, da liberdade, da ilusão, da esperança, da decência. E não aos aventureiros de fora, fascistas e marxistas, que se fartaram de matar espanhóis como coelhos e a quem ninguém tinha velado no nosso próprio enterro.» (Cela, 1969: 9).

A Guerra Civil de Espanha foi o prólogo da guerra mundial que se seguiria e foi simultaneamente o colofón das insanáveis tensões ideológicas que se vinham agudizando na Europa. A Guerra de Espanha foi a última guerra onde valia/valeu a pena lutar. Estas e outras afirmações nada trazem de novidade à discussão e, no entanto, o lugar-comum nunca deixa de ser verdadeiro: em Espanha desenrolou-se uma guerra civil internacional, e as mesmas razões inspiradoras e quiméricas que emocionaram tantos outrora são ainda hoje simbolicamente invocadas. O regime de Franco construiu uma história dos vencedores e alguma imprensa de guerra consolidou-a durante o conflito. Mas paralelamente prevaleceu uma outra versão da história, a dos vencidos, aqueles que tiveram que sair do país por causa da guerra e do seu resultado, tendo-se encarregado de transmitir e refundir essa versão através do testemunho e da obra.

Assim, o exílio literário de 1936-1939 é uma das consequências culturais daqueles anos e é da maior importância entender as suas origens, bem como as suas contribuições para a literatura e o pensamento espanhóis.<sup>143</sup> Comenta-se amiúde sobre a eventual superioridade artística e vital do exílio face àqueles que ficaram em Espanha, o que não é de todo surpreendente se considerarmos as condições políticas, sociais e culturais da vida sob o jugo de Franco. Argul Arias escreve que esse é o momento em que a história da cultura espanhola se divide em duas (cf. Argul Arias, 2006: 339) e inclui na sua reflexão a ideia de que essa superioridade do exílio implica a consciência do fracasso da cultura imposta oficialmente:

[...] nos *media* oficiais – mais no âmbito falangista que no católico – houve sempre uma certa consciência do fracasso dessa cultura oficial e da superioridade do exílio na hora de representar a continuidade histórica da cultura espanhola. Esta espécie de complexo de inferioridade, percebe-se em escritores falangistas como Dionisio Ridruejo ou Torrente Ballester [...] (*ibid.*).

O autor dá ainda como exemplo a atribuição do Nobel da Literatura em 1956 ao poeta Juan Ramón Jiménez, símbolo do reconhecimento internacional de que era alvo a cultura espanhola no exílio.<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> Veja-se o volume *Setenta Años Después. El exilio literario español de 1939* (Fernández Insuela *et al.*, 2010) e longo «ensaio» de Jordi Gracia *A la intemperie. Exilio y cultura en España* (2010).

<sup>144</sup> Comentando este prémio a Juan Ramón Jiménez e a atribuição do Nobel da

Marichal (1995) considera que guerra de 1936-39 dividiu a Espanha intelectual em três partes: falangistas, de esquerda, e essa terceira Espanha – *terra de ninguém* – que não se quis comprometer. Foram «uma parte considerável da geração de Ortega» (Marichal, 1995: 247), que tentou a neutralidade, mas que, segundo o autor, acabou por ver a sua função de mediadora ser superada por uma ação beligerante que não permitiu, por exemplo, que um grande número desses intelectuais ausentes pudessem (por não querer ou não poder) regressar a Espanha depois do final da guerra. Para Marichal, a terceira Espanha foi «um temperamento intelectual, político e moral existente não apenas fora de Espanha [...]» (*ibid.*: 249), de que o autor considera exemplo a figura do próprio presidente da República, Manuel Azaña. A partir das biografias de uma série de protagonistas dos polémicos dias de 1936, Paul Preston (2003) traça os rostos de três Espanhas e mostra também como havia um caminho que não era apenas branco ou negro e que passaria por um futuro *pactado*. Esta opção moderada acabou por ser vista pelos fiéis ao Governo como uma traição à República. Para Martínez Cachero, a terceira Espanha – «nem vermelhos, nem azuis» (Martínez Cachero, 2009: 37) – era mal vista por aqueles que, em ambos os lados, não consideravam outra alternativa digna a não ser o compromisso e a militância. Essa terceira Espanha suscitava o anátema de Giménez Caballero no ABC de Sevilha a 6 de outubro de 1937: *¡que se queden sin patria!* (*apud* Martínez Cachero, 2009: 37).

Apesar das considerações de Marichal, de Preston e de Martínez Cachero, entre outros, a orteguiana divisão da Espanha em duas<sup>145</sup> continua

---

Literatura a Vicente Aleixandre em 1978, Jorge de Sena faz um contraste entre o valor da «nobre Espanha do exílio» e os «insignes ficantes». O texto «Aleixandre ou o prémio Nobel aos insignes-ficantes», publicado no suplemento de *Letras e Artes do Diário Popular* (1. junho. 1978), foi reproduzido no volume *Sobre Teoria e Crítica Literária* (2008).

<sup>145</sup> Um percurso pelo tema das duas Espanhas nos ensaios de Ortega pode ser lido em Martín, 2006:6. As duas Espanhas representam um confronto não só entre direita e esquerda, mas entre uma Espanha oficial e uma Espanha real. Ou como descreve Marichal: «[...] havia duas Espanhas: a da cultura universal, encarnada em Unamuno, e a do militarismo provinciano e anacrónico, representada por Primo de Rivera.» (Marichal, 1995: 241). Em 1943, o historiador Américo Castro considerava falso que houvesse duas Espanhas (cf. Castro, 1975). Sobre este interminado debate, leiam-se também os famosos versos de Antonio Machado, «Provérbios e Cantares», em *Campos de Castilla*, «Já há um espanhol que quer/ viver e a viver começa,/ entre uma Espanha que morre/ e outra Espanha que boceja./ Espanholito que vens/ ao mundo Deus te guarde./ Uma das duas Espanhas/ há de gelar-te o coração.» (Machado, [1928] 1987). Em 1998, Paul Preston publicou a primeira edição de *Las tres Españas del 36*. A expressão continua

a obter um certo consenso por parte dos investigadores. Há uma Espanha democrática, republicana, de esquerda e laica *vs.* a Espanha hierárquica, monárquica, católica, de direita conservadora. As reflexões de Marichal e de Preston sobre uma terceira España maioritariamente fora da Península permitem acentuar o facto de uma boa parte da vida intelectual e cultural de Espanha no século XX se ter passado do outro lado do Atlântico, numa América perdida nas tramas da política, mas recuperada pelo/para o sonho de uma pátria por cumprir.

No exílio, a cultura era uma marca de identidade por excelência (Argul Arias, 2006). Dentro de Espanha, a cultura era uma forma de exercício político concreto, pensado num contexto prático de imposição doutrinária por parte do Estado. Esta diferença é representativa daquilo que separa o entendimento comum da cultura face ao seu valor tático, por parte da esquerda e da direita tradicional. Um olhar sobre a importância dada à cultura pelos apoiantes das duas partes beligerantes durante a guerra mostra que os republicanos entendiam a cultura como estratégia impulsionadora da luta, sucedendo-se os atos de envolvimento político dos intelectuais afins ao governo legítimo de Espanha.

Em Paris, em 1937, o pavilhão de Espanha na *Exposition internationale des arts et techniques dans la vie moderne* albergava um dos maiores manifestos políticos e culturais de todos os tempos, o gigantesco mural de Picasso, *Guernica*. Segundo relata Paloma Esteban, conservadora chefe do departamento de pintura 1881-1939 do Museu Rainha Sofia, onde atualmente se encontra o óleo, o pavilhão espanhol destacava-se dos outros pelo sentido de dramático testemunho da realidade bélica vivida em Espanha que as obras aí expostas pretendiam evocar, incluindo um memorial ao poeta Federico García Lorca recentemente assassinado (cf. Esteban, 2007: 51-52).<sup>146</sup> O quadro de Picasso foi uma encomenda do governo da Frente Popular para fazer parte do pavilhão espanhol; a conservadora conta que inicialmente o convite não terá entusiasmado Picasso, mas que a notícia dos bombardeamentos da cidade basca em abril de 1937 terá catalisado a ação do pintor. Com um gesto de luz, arrancado às entranhas do génio,

---

a ter considerável êxito retórico e analítico, por muito fundamentados que sejam os argumentos de simplismo contra o seu uso.

<sup>146</sup> O texto de Paloma Esteban Leal é um fascinante percurso pela obra de Picasso de denúncia da guerra e de proclamação de paz. Partindo do óleo *Guernica*, a conservadora leva-nos por outras guerras e mostra-nos o Picasso mais militante da dignidade humana. (cf. Esteban, 2007).

Picasso transformou a maior ignomínia da humanidade numa mensagem universal de paz e esperança. *Guernica* e a militância do pintor pela sua obra são o singular sinal da imperiosa vocação humana da Liberdade.

Enquanto em Paris se digladiavam duas versões da alma espanhola (os nacionais estiveram presentes com arte religiosa nos pavilhões da Alemanha, Itália e do Vaticano), e apesar do extraordinário envolvimento dos intelectuais simpatizantes da esquerda, na Península a luta prosseguia implacável e feroz, numa versão gigantesca de David e Golias com final pouco épico.

Mas nem só o lado da República atraiu jornalistas. O texto de Jose Mario Armero (1987), «Corresponsales extranjeros en el bando nacional», enumera as penas mais importantes e descreve a sua presença em Espanha durante a guerra. A distribuição dos jornalistas estrangeiros entre os dois lados em confronto durante a guerra e a já referida predileção pelo lado republicano foi, segundo Armero, a responsável pela imagem exterior do regime de Franco, construído sobre a vitória bélica. (cf. Armero, 1987: 48).<sup>147</sup> Contrariamente, Jackson (1997) defende que as notícias do terror em Espanha prejudicavam em particular a causa dos republicanos, visto que os excessos cometidos com os assassinatos de padres e freiras eram incompreensíveis. Além do mais, ainda de acordo com Jackson, embora tenha havido mais vítimas dos nacionais do que republicanas, estas últimas eram conhecidas em França ou na Grã-Bretanha, enquanto os camponeses e professores vítimas dos militares eram cidadãos anónimos: «Os homens de imprensa estrangeiros podiam informar livremente acerca do que viam na zona republicana, mas a forte censura imposta na zona nacional impedia a transmissão de notícias desse tipo.» (Jackson, 1997: 219-220).

Segundo o historiador inglês Paul Preston, ambos os lados utilizavam a censura para lidar com os jornalistas estrangeiros enviados a Espanha para contar a guerra ao mundo. Eram repórteres mas estavam diretamente expostos aos perigos bélicos de uma guerra real, embora Preston assinale uma diferença fundamental: «[...] em ambos os lados, era difícil escapar ao controlo do aparelho censório, mas se isso poderia ser um problema na zona

---

<sup>147</sup> Esta opção entre um dos lados era algumas vezes tomada à sorte. O caso de Rogelio Pérez, surpreendido pelo golpe militar em Valladolid (a família ficara em Madrid), é exemplo do papel jogado pela sorte. Em Valladolid decide oferecer-se como cronista de guerra, tarefa que desempenhou em algumas frentes. (cf. Martínez Cacheiro, 2009: 134-135). Não é difícil entender que, se se encontrasse em Madrid no dia 18 de julho de 1936, o destino teria sido outro.

republicana, na zona rebelde implicava diretamente perigo de morte.» (Preston, 2006: 19). O título do texto que aqui citamos faz a síntese do que foi a vida dos correspondentes estrangeiros na Espanha de 1936 a 1939: «Amenazados, ametrallados e inspirados». Através dos testemunhos dos participantes, Preston documenta o quotidiano dos jornalistas de guerra, muitos deles comprometidos com a República,<sup>148</sup> tanto no que se refere a questões práticas de alojamento e cigarros, como no que se refere ao trabalho específico de redação das crónicas, leitura dos textos telefonicamente para aos censores, ou nas escapadelas clandestinas a França, para driblar as limitações da censura e daí enviar as reportagens. As notícias da Guerra de Espanha enviadas pelos correspondentes no local fizeram as manchetes de jornais de distintos países e comoveram uma parte do mundo contemporâneo. Cito, a título de exemplo, as crónicas de Mário Neves no *Diário de Lisboa*, 16 de agosto de 1936, «As colunas de rebeldes preparam-se para partir», e de Jay Allen no *The Chicago Tribune* de 30 desse agosto, «Slaughter of 4,000 at Badajoz, 'City of Horrors', Is Told by Tribune Man», sobre o massacre de Badajoz; a crónica de John Dos Passos sobre o Hotel Florida no *Esquire* de janeiro de 1938; ou o texto de Ernest Hemingway «Hemingway Reports Spain», no *The New Republic*, a 12 de janeiro de 1938.<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> Segundo Preston, «Houve muitos correspondentes que se converteram à causa da República mas que informavam de maneira veraz: William Forrest, Lawrence Fernsworth e o neozelandês Geoffrey Cox, cujas crónicas desde a capital assediada continuam a ser citadas hoje em dia. O melhor exemplo talvez seja o alto, magro, tímido e melancólico Herbert Mathews do *The New York Times*. [...]» (Preston, 2006: 24). Paul Preston cita ainda, entre outros, Jay Allen, aquele que considera como o homem «que conseguiu combinar um alto nível profissional com uma apaixonada fé na República espanhola [...], provavelmente o correspondente mais bem informado de ambos os lados.» (*ibid.*: 26). O mesmo considera Carlos García Santa Cecilia: «Allen era talvez o correspondente estrangeiro mais bem informado de Espanha. Falava perfeitamente espanhol e tinha coberto a revolução das Astúrias em 1934. Foi o primeiro que conseguiu falar com Franco e um dos últimos a falar com José Antonio, pouco antes do seu fuzilamento.» (García Santa Cecilia, 2006b: 52).

<sup>149</sup> O já citado catálogo *Corresponsales en la Guerra de España* (García Santa Cecilia, 2006a) apresenta uma importante e representativa seleção de crónicas de correspondentes estrangeiros na Guerra Civil. A acompanhar a reprodução da imagem do jornal em que foram publicadas, que nos oferece um contacto o mais próximo possível com o momento, está o privilégio da tradução para castelhano de todos os textos, incluindo aqueles em línguas que normalmente menos de nós sabemos, como os textos do repórter polaco Ksawery Pruszyński, do russo Ilya Ehrenburg ou da sueca Barbro Alving, que assinava Bang. Sobre o trabalho de Langston Hughes para o *The Afro American*, veja-se o ensaio de Michael Thurston (2002) «Bombed in Spain», onde o autor se debruça sobre

Como acabamos de ver, a guerra de Espanha foi manchete na imprensa internacional durante os 30 longos meses que durou o conflito. Segundo Jackson, os leitores informados da Europa e do mundo ocidental, interpretaram-na como o «campo de batalha decisivo entre as forças da liberdade política e do progresso económico, e as forças da reação e dos privilégios tradicionais.» (Jackson, 1997: 217). Seguramente que muitos dos que se opuseram à gestão que o governo socialista de Rodríguez Zapatero fez do tema não concordarão com a nossa afirmação, mas se é certo que a história se escreve pela mão dos vencedores, no caso da Guerra de Espanha, a memória que hoje prevalece – pelo menos a memória estrangeira sobre a Guerra Civil – é aquela que foram transmitindo os vencidos. A esta transmissão, a esta possibilidade de prevalência memorialística, não é alheio o trabalho dos correspondentes estrangeiros durante a contenda civil.

María Dolores Saiz chama a atenção para o facto de desde o estalar do conflito a imprensa ter salientado o seu «caráter épico» (Saiz, 1987: 101). Uma nova versão da guerra da Independência (cf. *ibid.*), em que o povo espanhol era chamado a lutar. Do lado republicano, travava-se a batalha definitiva pela Liberdade, contra o fascismo. Do lado nacional, a gesta de que fala Saiz concretiza-se na ideia de *cruzada*, que une numa só palavra o sentido de gesta heroica e de vital combate por um sagrado *graal* a que o povo espanhol teria privilegiado acesso, por ser herdeiro de uma missão singular. Assim, confundem-se do lado nacional, o soldado e o monge, o cruzado medieval, preparado para dar a vida numa batalha/peregrinação contra o infiel, usando e abusando dos termos relacionados com o campo religioso e militar herdados da história medieval.

Além dos artigos de caráter doutrinal, muitos redigidos em Burgos e tantos outros espalhados pelas redações da Espanha nacional, os jornais enchiam-se de crónicas de guerra, nada inocentes também do ponto de vista ideológico, assinadas por correspondentes espanhóis, enviados dentro do território. Estes, escreve Martínez Cachero, «distinguir-se-iam pela sua adesão à causa nacional, manifestada no tom entusiasmado das suas crónicas: exaltação dos factos ditos nacionais e reprovação do inimigo, nos dois casos com um exagero talvez deliberado [...]» (Martínez Cachero, 2009: 124). O investigador salienta o trabalho propagandístico do cronista

---

as crónicas do poeta e romancista afro-americano Hughes, convertido em jornalista pela República espanhola. Torrente Ballester escreve sobre Ehrenburg, referindo-se também ao facto de ter sido correspondente de guerra, num artigo com o seu nome, publicado em 31 de dezembro de 1965, no jornal *Faro de Vigo* (cf. GTB, 1997: 393-395).

Víctor Ruiz Albéniz, conhecido pelo pseudónimo «El Tebib Arrumi» (O médico cristão), mas dedica também algumas páginas a outros cronistas de guerra do lado nacional: Manuel Aznar, Francisco de Cossío, Luis de Armiñán, Teófilo Ortega ou, entre outros, Pedro Gómez Aparício, primeiro subdiretor da agência de notícias EFE (cf. *ibid.*: 121 e ss.). Nas suas crónicas, vê Martínez Cachero três componentes que o redator «bem dotado» sabe ter em conta equilibradamente: um de natureza narrativa, outro de natureza descritiva e um de natureza doutrinal (*ibid.*: 138). De notar que muitos dos relatos jornalísticos da guerra foram posteriormente reunidos em antologias pelos seus autores.

Referindo-se à imprensa cultural em concreto, Florence Belmonte descreve o procedimento de “contratação” dos colaboradores dentro do âmbito de uma coordenação geral da propaganda do regime, sofisticada e planificada ao milímetro:

Os órgãos de imprensa foram obviamente confiados aos intelectuais de confiança do Regime que, precisamente por isso, não foram muito controlados pelas autoridades estatais, pelo menos até 1942, data em que o Estado tentou de novo pôr a profissão na ordem. Também participaram num amplo movimento de captação de talentos por toda a Espanha contratando um sem fim de correspondentes de ocasião: jornalistas, claro, e também professores, homens de letras, universitários e eruditos contratados todos para mostrar que a Espanha de Franco não carecia de intelectuais. (Belmonte, 2006: 31).

Desta forma, considera a investigadora, aliciar os intelectuais para que escrevessem em títulos da imprensa oficial permitia à ditadura controlar melhor a intelectualidade do que através de processos de vigilância. Igualmente, tornava-se mais fácil a divulgação da ideologia dos vencedores nos meios intelectuais. (cf. *ibid.*: 31-32).

No momento, no “olho do furacão”, os protagonistas da cultura espanhola do interior sentiam-se verdadeiros representantes de uma *nueva España*, refundada em valores de um tempo antigo, ressuscitados à força por uma rutura imposta e reutilizados para servir um conceito de Pátria imperial que reinterpretava a seu gosto o reinado de Isabel de Castela e de Fernando de Aragão. Um conceito de Pátria nacional,<sup>150</sup> em que o adjetivo

---

<sup>150</sup> É significativa e obviamente nada casual a apropriação do adjetivo e do substantivo *nacional* por parte dos insurretos.

«católico» se referia simultaneamente à importância crucial dada à religião e ao sentido de missão universal de Espanha, como uma espécie de arauto da verdade no mundo. No centro de tudo estava o Estado, ao qual se subjugavam todos os outros eventuais interesses. Tanto nas revistas culturais como nos mais ortodoxos órgãos de comunicação nacionais, foi através da imprensa que os intelectuais oficiais do franquismo encontraram o seu público, esse elemento essencial para o exercício da intelectualidade (Ayala, 1945).

Reconstruído o encontro, entendida a cronologia, cabe refletir um pouco sobre a importância que estes homens tiveram na “invenção” de uma vida cultural e intelectual numa Espanha dilacerada pela guerra e pelas guerrilhas políticas que sempre opuseram várias fações, mesmo de uma direita unificada por decreto. A designação de Laín de *ghetto al revés*<sup>151</sup> continua a ter considerável êxito porque descreve os sentimentos de abandono e de logro, e o isolamento e a marginalização que estes intelectuais “oficiais” sofreram da parte daqueles que eles apoiavam.<sup>152</sup>

Tinham chegado a Burgos oriundos de vários lugares geográficos e mentais e daí partiram, terminado o conflito fratricida, para a capital onde, durante algum tempo, sonharam concretizar um projeto cultural integrador para a nova Espanha de que a revista *Escorial*, fundada em 1940, foi o mais palpável exemplo. Com Ridruejo como diretor e Laín subdiretor, os colaboradores de *Escorial*, um grupo «falangista puro, de essências joseantonianas» (Juliá, 2002: 9), «faziam uma revista cultural, nascida com e para o novo Estado, mas aspiraram moderar a tenebrosa ignorância do franquismo granítico» (Gracia, 2004: 224). Embora se situasse declaradamente do lado dos vencedores, invocando ainda uma Falange redentora,

---

<sup>151</sup> O Grupo de Burgos era «uma espécie de ‘reserva literária’ segregada, um *ghetto* ao contrário, um adereço para ser visto, só politicamente aceitável enquanto não interviesse nas decisões “sérias”. Os verdadeiros titulares do comando nunca fizeram nem nunca fariam mais do que tolerar-nos.» (Laín Entralgo, 1989, p. 235).

<sup>152</sup> Sobre a designação de Laín e esta interpretação, diz Santos Juliá (2004): «Não, não era um gueto ao contrário, um mero adereço para ser visto ou uma reserva literária, como o define Laín com a nostalgia do tempo e da distância e com a vã intenção autojustificativa que dominou o grupo desde os finais dos anos cinquenta, o que se reuniu em Burgos em 1938; nem eram pessoas cansadas, já tomadas pela fadiga que as batalhas perdidas provocam. Muito pelo contrário, tinham aderido voluntária e fervorosamente à Falange, e gabavam-se de viver entregues ao supremo exercício espiritual da guerra, «com a pluma, mas também com a mauser», e de professar de modo formal uma vida militante: obediência, prontidão, alerta, sobriedade, distinção e irmandade; movidos por um ímpeto duro, arriscado e varonil. [...]» (323-324).

no manifesto editorial do primeiro número, expunha-se a ambição de que a nova revista contribuísse para o «restabelecimento de uma comunidade intelectual» e se configurasse como «residência e miradouro da intelectualidade espanhola». (*Escorial* 1940, n.º 1: 7-12). Estes amplos propósitos assim como o conteúdo dos números efetivamente publicados provam como, no imediato pós-guerra e em condições culturais extremamente áridas, «[...] Pedro Laín Entralgo e Dionisio Ridruejo proporcionaram sem dúvida o estabelecimento de uma das primeiras zonas de comunicação intelectual.» (Marichal, 1995: 314).<sup>153</sup>

Marichal olha para o interior do franquismo e reconhece na Espanha intelectual de 1939 a 1966 três etapas ou fases de expansão ideológica. A primeira dessas etapas, o septénio de 1939 a 1946; a segunda, de 1946 a 1956; a terceira, de 1956 a 1966. Antes de se adentrar pelo pleno franquismo, Marichal pergunta: «Que pode fazer, que pode ser um jovem intelectual espanhol em 1939, ao terminar a guerra civil com a vitória dos rebeldes de 1936?» (Marichal, 1995: 312-313). Tendo as cátedras partido para o exílio, àqueles mais jovens e ainda desconhecidos que ficaram restou a alternativa de «refazer a vida intelectual espanhola “desde baixo” [...]». (*ibid.*). Neste contexto, Marichal dá o exemplo singular (por único e especial) do grupo da revista *Escorial* que, por seu turno, tentou agir «desde cima».

Ao serviço do novo governo de uma nova Espanha em construção, ainda esperançados no projeto fascista que vinham acariciando desde o tempo de José Antonio, os jovens *camisas viejas* e *camisas nuevas* de Burgos<sup>154</sup> lutaram a luta da retórica. Na verdade, como vimos, viviam o

---

<sup>153</sup> Chamamos a atenção para o texto de Gonzalo Torrente Ballester (1976), «*Escorial en el recuerdo*», no volume de homenagem *Dionisio Ridruejo: de la Falange a la oposición*. O autor dá o seu testemunho sobre o espírito que animou o projeto da revista *Escorial*. Conta Torrente: «*Escorial* foi, então, a única plataforma possível ou rampa de lançamento de escritores inéditos ou ainda pouco conhecidos, que tinham começado antes da guerra, ou durante esta, ou que o faziam naqueles limiares, tão sombrios, do pós-guerra. [...]». Aos nomes de colaboradores mais ou menos conhecidos, Torrente junta a recordação da presença da Espanha *peregrina*: «[...] ... aos quais, de boa vontade Ridruejo teria somado muitos dos que andavam peregrinando pelo mundo e dos quais nunca se tinham sentido desligados aqueles que faziam *Escorial*. De muitos deles fui depois amigo.» (Torrente Ballester, 1976: 66-67).

<sup>154</sup> Penella distingue «três faces do falangismo» (Penella, 2006: 347) que são, de facto, três estratos distintos de militância e empenho nos propósitos. No primeiro grupo estava a minoria, os esperançados seguidores de José Antonio, que ao longo dos anos, durante a travessia do deserto republicano, assimilaram «a incompleta bagagem

paradoxo falangista de ter vencido a guerra sem ganhar o poder; tinham apenas a força da palavra, ainda assim bem menor do que a força das armas, de fogo ou de medo.

Ainda que não tenham sido soldados no campo de batalha, foram-no na imprensa nacional, sempre ao serviço da (nova) Falange e de Franco, seu novo líder. E esse mesmo espaço de ação público não era uma novidade, nem para os que nele participaram com os seus textos, nem para os mentores da estratégia de propaganda, herdeiros todos de uma jovem mas pujante tradição que vinha da ditadura e da república ainda moribunda e de que já falámos anteriormente. O «universo intelectual, moral e político» do fascismo não surgiu do nada.

É evidente para qualquer leitor avisado do pós-guerra que sem *Acción Española*, revista que vive paralela ao regime republicano como seu contraponto elitista, tradicional, autoritário e introdutor do fascismo em Espanha, dificilmente se podem entender muitos dos atos políticos e culturais do pós-guerra. (Ruiz Carnicer, 2001: 157)

A chegada do fascismo foi preparada na imprensa antes e durante a Guerra e foi a imprensa também que celebrou a sua vitória e mais tarde disfarçaria a sua derrota. Nesta relação com a imprensa, os intelectuais tiveram um papel preponderante pois foram eles que “explicaram” ao povo as virtudes da nova ideologia e da nova proposta de país. Os seus textos podem ler-se hoje como meros exercícios propagandísticos ao serviço de um guião preconcebido, com poucos méritos além dos da retórica.

---

doutrinal da Falange Teórica». (*ibid.*). Pessoas «intelectualmente excitadas» que viam na guerra o motor da revolução. No segundo grupo, Penella situa «os militantes “valentes” e pouco dados a refinamentos intelectuais.» (*ibid.*: 348), um grupo mais numeroso que vivia na emoção da luta concreta, de pistola em punho. Finalmente, o último grupo, «a massa dos novos que aderiram à Falange empurrados pela guerra» (*ibid.*: 350), pessoas de direita que não se identificavam nem com os monárquicos nem com os católicos da CEDA mas, principalmente, por novos militantes a que Penella chama «insurgentes geográficos»: liberais, socialistas, anarquistas «que viram uma escapatória na Falange» (350). Segundo o historiador, a Falange era mais “acolhedora” que outros partidos de direita e não excluía ninguém pelo seu passado: «Ao verem-se da noite para o dia na «zona nacional», muitos, para não correr o risco de ir parar, devido aos seus antecedentes, à lista negra dos *desafectos*, procuraram abrigo nas fileiras da Falange Espanhola de las JONS, muito mais hospitaleira que as outras forças do conglomerado insurgente. [...] Se a guerra os tivesse apanhado na outra zona, ter-se-iam aliado ao lado da República.» (Penella, 2006: 350).

No entanto, identificar estes nomes de que temos falado com «meros intelectuais orgânicos do regime seria injusto para eles» (*ibid.*: 161) pois a estes homens se deve o facto de, apesar de tudo, podermos hoje falar de cultura e intelectualidade no primeiro franquismo. Para Ruiz Carnicer, trata-se de pessoas

[...] que contribuíram para dar ao bronco fascismo espanhol, forjado na guerra civil, sem liderança e com uma bagagem própria muito escassa, uma pátina intelectual e de ambição teórica ao configurar-se como uma “intelligentsia” falangista no medíocre contexto de um regime de quartel e sacristia. (*ibid.*: 160).

Foram, apesar dos pesares, apesar do seu extremo comprometimento de que ainda hoje esses textos publicados em jornais e revistas oficiais, vinculados ao ideário fascista, são testemunho claro, foram, dizíamos, a «Falange excecional» (*ibid.*: 161), com consciência própria, com uma legitimidade que, embora estando do lado errado da das ideias e da história, lhes adveio da sinceridade com que abraçaram o projeto fascista. Com essa mesma sinceridade, às vezes titubeante nas opções, foram-se afastando do franquismo e procurando um novo e definitivo abraço a outras ideias que, nalguns casos, parecia que tardava em chegar.

Ricardo Gullón, aqui já citado, definiu o intelectual como «a consciência do seu povo» que deve «ser crítica e não complacente.» (Gullón, 1969: 165). «Para Aranguren, o intelectual acaba por ser um moralista e levantar-se-á necessariamente contra a injustiça» (Penalva, 2001: 110). Santos Juliá resume que desde o surgimento do vocábulo com o entendimento que lhe damos hoje, «os traços que definem o intelectual estarão vinculados à defesa dos valores da justiça e da verdade [...]» (Juliá, 2004: 12). Justiça, moral, consciência... o papel do intelectual era concebido como uma missão. Porque chamamos intelectuais a estes *rapazes* na casa dos 20 anos com obra parca, dispersa, de permanência bem duvidosa? Não foram apenas as provas dadas que lhes permitiram assumir o seu papel, mas foi principalmente o reconhecimento entre pares, liderados por Ridruejo, político falangista, que era também Ridruejo, poeta.

A coincidência dos dois papéis na mesma pessoa condicionou a definição do grupo e esse reconhecimento do estatuto de intelectual, nunca negado ou contestado, assumido, como já dissemos, como uma missão que auxiliava a construção de um novo Estado espanhol, foi fundamental para a inserção de alguns dos jovens de Burgos na política oficial do primeiro

franquismo. Marcou, em algumas situações, o nascimento do intelectual público, exposto, como no caso de Gonzalo Torrente Ballester, pelos amigos. Duas situações, entre outras, são exemplares não só do caso concreto do autor de *Filomeno, a mi pesar* (1988), como da importância da intervenção dos pares no processo de reconhecimento e de ratificação pública do intelectual: ainda que questões muito pragmáticas tenham transformado num famoso fiasco a leitura do drama de Torrente *El viaje del joven Tobias* (cf. GTB, 1977: 56), organizada pelos amigos no gabinete de Ridruejo no verão de 1938, ela pretendia ser uma espécie de bênção coletiva e iniciática do autor. Outro exemplo é a carta de Dionisio Ridruejo a Torrente datada de 3 de junho de 1941:

[...]

Querido Gonzalo:

Se acreditas que é absolutamente imprescindível vir a Madrid para garantir a tua existência literária e pensas que não debes ter em conta a tua saúde, e tudo isso pensas obstinada e irrevogavelmente, podes contar desde logo, não sei ao certo se com um lugar em *Escorial*, mas sim com outra coisa qualquer que te procuraríamos. [...] pensa seriamente e pensa que para garantir a tua vida literária, mesmo que não demos provas muito evidentes, estamos ainda aqui e algo vivos os teus amigos.

Esperando a tua decisão, abraça-te

(Gracia, 2007: 68).

Estes homens foram um grupo intelectual combatente e combativo por um sonho totalitário fascista. Mas «distantes estão os tempos em que se via com olhos muito críticos toda a produção intelectual e cultural durante o franquismo, toda ela sob suspeita.» (Ruiz Carnicer, 2001: 156) Já não pode haver suspeitas: eles foram os responsáveis por ter havido, apesar de tudo, alguma dignidade cultural durante o primeiro franquismo. O tempo haveria de os ver percorrer outros caminhos e chegar a um novo lugar onde puderam continuar a exercer a sua função de intelectuais ao serviço já não de um programa político, mas de maduras convicções cívicas individuais.

Na Burgos beligerante desembocaram trilhos tanto de lógica política como de afinidade pessoal e as memórias dos protagonistas de antanho trazem para o presente histórias com certa aura mítica como a que conta Gonzalo Torrente Ballester:

[...] Um dia de março, deveria ser fevereiro ou março de 1937, encontrámo-nos no claustro da catedral de Salamanca [...] três senhores desconhecidos entre nós, os três tentando traduzir uma inscrição latina. Éramos Antonio Tovar, Laín Entralgo e eu. [...] Através de Laín aproximei-me do grupo «Jerarquía», que então estava em Pamplona e foi a altura em que publiquei pela primeira vez, e que escrevi nos jornais. No ano seguinte este grupo integrou-se no de Dionisio Ridruejo, e a partir de então travámos uma amizade que não se limitou ao sentimental, mas também muito profundamente à política. Este não era um grupo submisso, era um grupo suspeito, um grupo crítico. Dionisio era muito mal visto por muita gente, e os que estávamos ao seu lado também.[...]»<sup>155</sup> (Díaz, 1978: 9)

O relato do romancista é muito interessante porque nos dá dados da geografia (Salamanca – Pamplona – Burgos), do modo como se ligaram e da sua posição perante a nova Falange de Franco, menos dedicada à revolução nacional-sindicalista sonhada por José Antonio e mais preocupada com a vitória militar e a instauração de um novo Estado à imagem do novo líder. De uma forma mais sistemática, Dionisio Ridruejo conta como o encontro anterior com Laín Entralgo tinha sido breve, assim como os contactos com Rosales e Vivanco, e que Torrente Ballester lhe fora apresentado já em Burgos por Pedro Laín. (cf. Ridruejo, 1976a: 136).

A cronologia dos acontecimentos não levanta hoje muitas dúvidas. Além da documentação oficial guardada nos arquivos e do testemunho das hemerotecas, narrações como a do autor de *Javier Mariño* (1943) são frequentes em forma memorialística.<sup>156</sup>

Ainda que em planos diferentes, a bibliografia académica e a de testemunho pessoal sobre a Guerra Civil e os anos que se seguiram é abundante. Republicanos e nacionais olham o passado e refletem sobre essa herança

---

<sup>155</sup> Sobre este assunto, Ricardo Martín de la Guardia cita o *Descargo de conciencia* (1976) de Laín Entralgo: «Os falangistas não perderam poder sobre os meios informativos na imediata pós-guerra ainda que tivessem provocado uma “íntima desconfiança por parte dos poderes constituídos.”» (Martín de la Guardia, 2006: 16).

<sup>156</sup> Martínez Cachero assinala a profusa literatura memorialística durante e depois da Guerra, tanto nos jornais como em livro, e fala do cansaço que tal provocava: «A inflação do assunto seria tão grande como o cansaço dos leitores, pelo que então se cunhou a expressão, dirigida a um ameaçante e improvisado escrevedor, «no me cuente usted su caso» com a qual, já no pós-guerra (1955), Javier Martín Artajo intitularia um livro novelesco incluído nessa praga.» (Martínez Cachero, 2009: 138).

pessoal e comum. Há investigações documentais e há relatos de atores, com papéis mais ou menos destacados na contenda. No entanto, é do lado dos vencedores que mais abundam os textos de retratação, exercícios de justificação que são um legado ao património da memória coletiva, mas que estão também muito perto da confissão íntima, uma espécie de diálogo introspetivo com o passado de si.

O afastamento dos ideais fascistas foi na maioria dos casos lento, vagaroso, tardio. Por vezes, sentimos estar perante uma sinceridade encenada, talvez legitimamente. E vemos uma certa aura mítica na forma como mais tarde, já não tão jovens, inocentes e entusiastas, os protagonistas de antes se descrevem uns aos outros e como descrevem o seu encontro. Escutamos um tom de efabulação que pode representar a sinceridade dos sentimentos e o filtro da distância que os fixou com determinados traços, independentemente dos factos objetivos daqueles anos. Afinal, se foi assim que quiseram ser lembrados, pode ser encarado também como uma certa forma de verdade,<sup>157</sup> ainda que uma verdade *a posteriori*, definida pelo próprio réu.

Sobre estes «Descargos, diarios y palinodias» reflete Joaquín Juan Penalva (2001) num artigo em que percorre alguns dos mais importantes registos autobiográficos dos autores de 36. Para Penalva, estes autores, apesar de estarem do lado dos vencedores da guerra, acabaram por ser os vencidos do pós-guerra (cf. Penalva, 2001: 101),<sup>158</sup> tendo-se «convertido num estorvo para o regime que eles mesmos tinham ajudado a instaurar» (*ibid.*: 108-109),

---

<sup>157</sup> Nem todos são benevolentes com a mudança ideológica dos intelectuais fascistas, como o romancista Javier Marías: «[...] cada vez que eu ou outros tentámos que se conhecessem factos comprovados ou citações literais de alguns dos nossos escritores durante a Guerra ou depois, tanto a direita como a esquerda fizeram chover pedras sobre nós. [...] como nos metíamos com figuras que “depois” tinham sido muito democráticas e antifranquistas, como se a louvável rectificação de antigas posturas vergonhosas obrigasse a dá-las por não existentes e a silenciá-las ou falseá-las eternamente.

Neste país grotesco, nem a direita nem a esquerda têm o menor interesse em que se saiba a verdade, e as duas ainda estão dedicadas a maquilhá-la a seu favor, quando não a tergiversá-la com desfaçatez. O senhor não conte o que esceveram ou fizeram Cela, Laín Entralgo, Tovar Maravall, Ridruejo, Sánchez Mazas, D’Ors, Giménez Caballero ou Foxá, porque não foi nada mau, exclama a direita, ou começou a sê-lo só quando se afastaram do falangismo ou da ditadura, aqueles que o fizeram. O senhor não conte o que escreveram ou fizeram Aranguren, Haro Tecglen ou Torrente Ballester, porque tornaram-se muito “*progres*” e amigos nossos, exclama a esquerda indignada, e menos ainda Bergamín, que foi vermelho do princípio ao fim.» (Marías, 2006: 110)

<sup>158</sup> A sensação de derrota por parte dos vencedores tinha sido já apresentada por Trapiello (1994) e é referida também por Carbajosa (2003).

o franquismo não suportou o seu esforço de abertura intelectual nem a sua insistência num modelo de Estado que vinha sendo idealizado há muito.<sup>159</sup>

Com o passar dos meses e o passar também das oportunidades de iniciar a construção do novo modelo de Estado, instala-se entre os membros do grupo a certeza da desilusão com o projeto franquista. A vida pública nem sempre é reflexo da vida interior e a evolução íntima teve ritmos distintos em cada protagonista. «A partir dos anos cinquenta começam a dar indícios externos de mudanças que tinham sido internas, mentais, e fazem-no de forma ainda tímida, porque a mudança interior é provavelmente, e ainda, tímida também.» (Gracia, 2004: 219).

Tem-se tentado ler na desilusão e no desengano dos jovens falangistas de Burgos perante o franquismo, assim como nalgumas posições por eles adotadas, um substrato liberal que tivesse possibilitado a posterior abertura para a mudança. Segundo Jordi Gracia, «no pós-guerra, ou no *quindênio negro*, nem foram liberais nem diluíram o seu fascismo étlico com concessões à galeria derrotada.» (*ibid.*). Para Santos Juliá (2005), Falange e liberalismo<sup>160</sup> foram sempre incompatíveis e reconhecer ao partido único e aos seus militantes mais destacados um património liberal é fruto de uma percepção condicionada pelo tempo e pelo ponto desde onde se olha para trás. Às vezes, a memória inventa o passado (cf. Juliá, 2004); descortinar algo que lá não está, não é necessariamente fruto de uma «impostura»; «a memória, como a história, está sempre relacionada com perguntas e exigências apresentadas desde o tempo presente» (Juliá, 2002: 11) e nesse presente desde onde falam os protagonistas de então, encontramos já homens que

---

<sup>159</sup> Campos (2009) reflete sobre o modo inflexível como Torrente foi tratado devido ao seu passado político, comparativamente com os seus companheiros falangistas como Dionisio Riduejo ou Pedro Laín Entralgo, considerando que essa diferença no tratamento e na aceitação teve que ver com o facto de Torrente Ballester nunca ter feito um *mea culpa* público, ao contrário dos nomes referidos anteriormente que, além do mais, configuravam as características de um particular retrato do herói que emociona o público (especialmente, o caso de Riduejo tratado por Jordi Gracia, 2008, 2007).

<sup>160</sup> Apropriamo-nos da definição de liberalismo de Jordi Gracia: «Desde os anos vinte do século XX, o liberalismo opõe-se ao fascismo e ao totalitarismo como ideia política e substrato cultural. O liberalismo como aqui o entendo é uma tradição intelectual que aprendeu a articular, no âmbito de um Estado de direito, as liberdades individuais e as mais profundas diferenças de pensamento. [...]» (Gracia, 2004: 32) Segundo Gracia, a história deste liberalismo remonta à «sensatez cordial e simples» do humanismo e ao erasmismo do século XVI, passando pela Ilustração, pela defesa da liberdade de consciência no século XIX, por nomes de grandes pensadores espanhóis... Foi, para Gracia, a principal perda da Guerra Civil.

«no momento de recordar, tinham-se tornado liberais e até democratas.» (*ibid.*).

O historiador faz a genealogia do sintagma “Falange liberal” e fala mesmo da sua «invenção». Por isso, à pergunta-título «¿Falange liberal o intelectuales fascistas?» (*ibid.*: 4) a resposta é que o liberalismo não é compatível com o projeto fascista da FE. No caso concreto da revista *Escorial*, porém, o historiador reconhece a atitude liberal do seu grupo, apesar do conteúdo antiliberal da revista. (cf. *ibid.*: 11).<sup>161</sup>

A direita era uma direita «antiliberal», «como o foi José Antonio Primo de Rivera desde o princípio.» (Penella, 2006: 37)<sup>162</sup>. Mas talvez não até ao final. Àqueles que leram nos escritos de prisão, onde o fascismo aparece como algo «remoto» (Payne, 2008: 321), uma mudança ideológica em que sobressaía o seu «humanismo», Stanley Payne responde relativizando essa posição indemonstrável:

Seria agradável acreditar que algumas das observações políticas que expressou entre agosto e setembro de 1936 revelavam o «autêntico» José Antonio, representando uma mudança fundamental, mas tal não se pode provar de modo definitivo e, portanto, nunca se saberá. (Payne, 2008: 330).

O que sim se sabe ao certo é que o legado mental e ideológico do *Ausente* foi durante muito tempo a bíblia imaterial dos jovens falangistas que procuravam concretizar a proposta do líder e levar a boa nova a todas as partes. Por isso, quando alguns identificam vestígios liberais no afastamento do franquismo protagonizado pelos mesmos nomes que o apoiaram é porque não veem que «na verdade foi o fracasso de um projeto de fascistização, o mais avançado de todos os que se projetaram em Espanha.» (Juliá, 2002: 13). No meio do ambiente de euforia vivido na pós-guerra, instala-se

---

<sup>161</sup> No ensaio intitulado «Escorial en el recuerdo», Gonzalo Torrente Ballester escrevera sobre o mesmo grupo: «[...] se não na sua fachada, *Escorial* era, no seu coração, liberal.» (GTB, 1976: 65)

<sup>162</sup> Sobre o suposto liberalismo de José Antonio, que Penella nega rotundamente, escreve: «No caso de José Antonio, alguns tinham visto liberalismo onde só havia “boa educação”. E em busca do seu liberalismo, alguns comentadores, quando a sua figura já tinha sido mitificada, empenharam-se em vê-lo na sua falta de raiva ou vontade de vingança, sem se lembrarem que, principalmente, se comportava como um grande senhor e que, como o seu pai, não lhe faltavam traços de bondade. O que pode dar uma falsa impressão de “liberalismo”.» (Penella, 2005: 66).

na Falange intelectual esse sentimento de perda de oportunidade, a certeza de se estar a ser ultrapassado por outros – o Exército e a Igreja –, a frustrante convicção do paradoxo de que já falámos de se ter vencido a guerra e não deter o poder (cf. *ibid.*: 8).

Os intelectuais falangistas unidos à volta do triunvirato identificado por Santos Juliá «Laín-Tovar-Ridruejo»<sup>163</sup> tiveram certa relevância durante algum tempo, mas a sua ação foi muitas vezes ineficaz e entre a maioria instaurou-se rapidamente uma sensação de impotência perante o rumo dos acontecimentos. Tal como já referimos, um sentimento de que o esforço da luta não valia a pena porque o seu projeto ideal, fraguado nos anos da República com José Antonio, se tinha esfumado perante o curso inexorável dos acontecimentos sob o comando de Franco. «[A]cabaram em parte reclusos nas suas cátedras ou tendo responsabilidades fugazes e nada fáceis.» (Ruiz Carnicer, 2001: 162). Aos poucos, foram sendo afastados dos cargos públicos que ocupavam (Dionisio Ridruejo demitiu-se de todos os cargos políticos em 1942, regressado da frente russa, Pedro Laín Entralgo foi destituído de Reitor da Universidade de Madrid em 1956, Gonzalo Torrente Ballester foi afastado da Escola de Guerra Naval onde dava aulas e despedido do seu trabalho como crítico teatral no jornal *Arriba* e na Rádio Nacional de Espanha em 1962, Luis López Aranguren foi expulso da cátedra de Ética e Sociologia em 1965...) e o tempo e as vicissitudes individuais levaram-nos a um caminho que conduz a posições liberais, mas que nascem na experiência da mais profunda convicção fascista, de que os textos de imprensa de 1936-1939 são prova definitiva.

Eles foram uma espécie de fascistas ideais: vigorosos e apaixonados,

[a]spiram ser os homens novos de um Estado novo que tudo sabe e que vela pelo bem de tudo e todos. São jovens e cultos e foram leitores de Ortega, de Spengler e de Sorel, conhecem o fascismo italiano e a Alemanha nazi, sentem-se inequivocamente afins dos

---

<sup>163</sup> Trapiello refere-se ao grupo Eugenio Montes, Augustín de Foxá e Rafael Sánchez Mazas como “o triunvirato literário da Falange” (Trapiello, 1994: 220). Trata-se, na verdade, de protagonistas de dois momentos distintos: os nomes evocados por Trapiello fazem também parte da corte literária de José Antonio, num momento de preparação; os nomes citados por Juliá são os atores principais do tempo da guerra, num momento de execução dos objetivos traçados por Franco.

essencialismos das hierarquias autoritárias de Eugénio d'Ors e das exaltações violentas de Curzio Malaparte. (Gracia, 2004: 221).

Dionisio Ridruejo viveu talvez o mais prematuro e radical percurso de afastamento do franquismo. Depois de ter lutado junto da *Wehrmacht* na frente russa em 1940-41, integrando a força de voluntários espanhóis que ficaria conhecida como a Divisão Azul, regressa à Espanha de Franco e, de desilusão em desilusão, apercebe-se que o caminho iniciado pelo Generalíssimo está longe dos projetos falangistas que ele tinha abraçado com a franca e genuína fé do jovem militante. Em 1942,<sup>164</sup> escreve uma carta a Franco cujas duras consequências o surpreendem alguns meses mais tarde quando o levam, algemado, para Ronda. Ridruejo rompe com o regime porque este não era suficientemente falangista joseantoniano, *i.e.* fascista: «a prematura deserção ou desengano de Ridruejo [...] não tem que ver com o seu *liberalismo*, mas sim, pelo contrário, com o seu fascismo e com a sua rigidez doutrinal relativamente ao que deve ser o comando da Falange.» (Gracia, 2004: 238-9). Mas a dissonância aí iniciada levá-lo-ia até à social-democracia. Foi o dissidente mais dissidente. Quando nos anos 1950 e 1960 se tornou «um residente habitual das prisões do franquismo», nenhum dos seus companheiros de geração estava a seu lado, mas sim os jovens estudantes universitários «que mais tarde viriam a reger os destinos intelectuais e políticos de Espanha» (Penalva, 2001: 122).

Em poema datado de 21 de novembro de 1974, sobre ele escreveu o seu amigo Pedro Laín Entralgo que era herdeiro do melhor caráter de Espanha:

*Espanoles en Chirona/(duodécima arromanzada)// Cervantes, por infeliz,/ Juan de la Cruz, por celeste,/ por deslenguado, Quevedo,/ Jovellanos, por decente,/ por aguileño, Unamuno,/ Marañón, por impaciente,/ Besteiro, por conservar/ todo su honor indeleble;/ ¿y tú, Dionisio, por qué/ por qué tantas veces huésped/ de las cárceles de España?! Por heredar a esos siete.*

(Laín, 1974, *apud* Rubio e Solana, 1976: 281).

---

<sup>164</sup> Para Torrente Ballester, 1942 marcou o início de uma nova etapa, «[...] já não era aquela que um grupo de intelectuais tinha chamado «nossa». 1942 representa a vitória do liberalismo, do respeito pelo pensamento alheio, da liberdade de expressão sobre os restos, actantes ou não [...]. Começou para a inteligência hispana uma verdadeira prisão de Babilónia, da qual tantos escritores espanhóis não conseguiram sair, e na qual tantos viveram as suas vocações frustradas.» (GTB, 1976: 67).

O empenhado militante-poeta que contribuía com dois versos para o hino falangista *Cara al sol*<sup>165</sup> mostrou nos anos da maturidade uma profunda determinação em não repetir erros passados, tentando reparar os danos causados, empenhado em contribuir para o futuro democrático de Espanha (cf. Payne, 2008: 40). Para Marichal, a opção com se depararam Ridruejo e Laín Entralgo (e, um pouco mais tarde, os seus companheiros, acrescentamos nós) não dava lugar a hesitações: a escolha era entre a ditadura e os princípios fundamentais da atividade intelectual (cf. Marichal, 1995: 316).

Quarenta anos andaram os filhos de Espanha pelo deserto. Durante exatamente quarenta anos, Ridruejo conduziu os amigos e companheiros por um deserto cultural e ético especialmente inóspito e perigoso:

[...] Regressado de prisões e de novos desterramentos, Dionisio Ridruejo continuava a pensar numa grande revista, despojada já de símbolos, ideologias e palavreado oficial. Várias vezes ao alcance da mão, não passou, no entanto, de projeto. Depois, entregue à política ativa numa medida que excedeu os limites permitidos pela polícia e pelo seu coração, conduziu os seus amigos através do Deserto e morreu com a Terra Prometida à vista.» (GTB, 1976: 68).

Num breve relato biográfico, este foi o líder informal, mas reconhecido pelos seus pares, do Grupo de Burgos. A sua figura esguia situa-se, acidentalmente ou não, ao centro da célebre fotografia de Nicolás Muller que regista a reunião de Luis Felipe Vivanco (1907-1975), Luis Rosales (1910-1992), Rodrigo Uría (1906-2001), Dionisio Ridruejo (1912-1975), Pedro Laín Entralgo (1908-2001), Gonzalo Torrente Ballester (1910-1999) e Antonio Tovar (1911-1984).<sup>166</sup> Nesta fotografia, de 1973, Ridruejo está ladeado à esquerda e à direita por três dos companheiros, marcando o equilíbrio geométrico como marcou também a geometria da integridade moral e intelectual. Ao seu lado, senta-se Pedro Laín, cujo ascendente sobre o grupo foi determinante para a sua definição, funcionando como modelo intelectual e ético.<sup>167</sup> No artigo encomiástico «Lo que Laín no dice de sí

<sup>165</sup> São-lhe atribuídos os versos *volverán banderas victoriosas / al paso alegre de la paz* (cf. Penella, 2006: 372 e cf. Trapiello, 1994: 203)

<sup>166</sup> Torrente recorda cada um dos seus companheiros assim como o ambiente intelectual vivido em Burgos em GTB, 1977: 52-53.

<sup>167</sup> Penalva diz que o líder do grupo era Ridruejo mas os «grandes mestres» eram Laín e Rosales. (cf. Penalva, 2001: 122).

mismo», publicado no jornal *Faro de Vigo* em 8 de dezembro de 1965, Torrente escreve também sobre o espírito que animava a ação do grupo de Burgos e que nos ajuda a entender a ideia que tinham de si mesmos:

[...] No nosso grupo impetuoso, disparatado e frequentemente despedido, Laín agia com clareza mental e serenidade de ânimo. Era muito jovem e, no entanto, era já dotado da gravidade que os seus amigos admiram e os seus inimigos reconhecem. A sua honestidade mental era comparável apenas à honestidade da sua conduta pública e privada. O seu panorama cultural era amplo, e crescia a cada hora. O seu propósito – que depois ficou em projeto meramente pessoal – era continuar a obra de europeização iniciada pela geração de 1912 sem renunciar à nossa personalidade e à nossa singularidade nacional. [...]. [...] os que formavam aquele grupo [...] escutavam a voz grave, ponderada, e seguiam o pensamento e o conselho de Laín. [...]

(GTB, 1997: 385)

Por outro lado, é também nesta importantíssima reflexão sobre o passado falangista do grupo que Torrente Ballester descreve a sua própria experiência de modernidade dentro do contexto franquista. Esta autoimagem é interessante e lúcida, e mostra o paradoxo modernista de que já falámos. Tal como sucedeu com tantos outros autores europeus que viveram a modernidade paralela aos totalitarismos, o fascínio que a Vanguarda estética exerceu sobre Torrente, que ele mesmo confessa, por exemplo, no prólogo à obra completa (1977), e de que falam os seus companheiros da redação de *El Carbayón*, assim como o radicalismo vivido em Madrid na viragem de 1930 para 1931, abriram a porta para a adesão ao fascismo do jovem apaixonado e caótico (Llera, 1992; Campos, 2009).

[...] O nosso pensamento, diferente no matiz individual, coincidia amplamente em certo humanismo, liberal nas coisas do espírito, e radical em matéria económica; e como, além disso, éramos católicos, aspirávamos à integração da nossa fé na mais ampla e ambiciosa modernidade. Tudo isto chocava com a ideologia ambiente, nacionalista, admiradora do passado sem discriminação, reacionária no político e no económico e partidária de fechar fronteiras de modo tão hermético que por elas não passasse um único pensamento, uma única ideia, que não fossem seus subsidiários e servidores. [...] (GTB, 1997: 383-384).

Se este é o retrato que ficou da geração de intelectuais que apoiou Franco durante a guerra e tentou sobreviver intelectual e literariamente no pós-guerra, a instantânea não parece má de todo. Dentro de Espanha, imersos no franquismo de livre e espontânea vontade, a geração de Ridruejo e de Laín cumpriu os seus deveres para com o «guia», mas lutou também um combate silencioso pela dignidade do pensamento intelectual e aos poucos foi desbravando selvas cerradas de breu e de medo.

Segundo Ricardo Gullón, o curso da história transformou essa vitalidade fundacional da geração de 1936: «A nossa geração foi uma geração demasiado séria, na vida e na obra. E inicialmente não era assim, era vital, jubilosa, ardente de participar e de comunicar» (Gullón, 1969: 165). Aquilo a que Gullón se refere talvez seja o sinal da “perda da inocência”, conhecida a inviabilidade do projeto falangista e a derrota do nazismo e do fascismo, a que Gracia chamou também, no caso de Ridruejo, tardio final da adolescência (cf. Gracia, 2004: 248 e 250).

Os intelectuais espanhóis a que em particular nos referimos neste livro, desde a República até ao pleno franquismo, vivem a condição de sujeito individual num contexto de sujeito coletivo (cf. Juliá, 2004: 13). O intelectual e a intelectualidade, funcionando como uma só entidade pública, de exercício imediato da palavra, em particular nos jornais e nas revistas que acompanharam e representaram os sucessos da realidade quotidiana. As experiências são coletivas (cf. *ibid.*: 17), alerta-nos Santos Juliá, e a participação singular de cada um deve ser entendida como um contributo individual no amplo «relato histórico que pretende dar sentido ao presente e abrir perspectivas para o futuro, e que alcança, através da palavra e da escrita, uma ampla difusão pública.» (Juliá, 2004: 19).

O relato histórico de que fala Juliá estende-se para lá do seu próprio campo e deve ser olhado não apenas como uma consequência dos textos produzidos, mas como fruto da relação desses textos com os contextos pessoais e coletivos, dos indivíduos, do grupo em que se inseriram e do espaço-tempo cultural de que esses indivíduos são agentes construtores e ao mesmo tempo consequência.

## Conclusão

### Memória dos homens e dos tempos

Como anunciámos na introdução a este livro, a nossa investigação partiu de uma observação do presente e de problemas sobre o passado colocadas pelo e no momento atual, em particular no que concerne ao papel dos intelectuais na construção da memória da Guerra Civil espanhola, quer como protagonistas, quer como intérpretes.

Segundo Paloma Aguilar, a palavra memória ou o sintagma «memória histórica» não surgiram nenhuma vez ao longo dos debates parlamentares preparatórios da Lei de Amnistia de outubro de 1977 (cf. 2008b: 770). O seu aparecimento é o sinal do fim do pontificado do binómio «amnésia e amnistia», que manteve a sociedade espanhola apaziguada, embora nunca amorfa.

A Transição espanhola – em sentido estrito, o intervalo que medeia entre a morte de Franco a 20 de novembro de 1975 e o referendo que aprovou a Constituição democrática em 6 de dezembro de 1978 – foi presidida pelo signo da conciliação. Durante décadas, a sociedade mostrou ter assumido a missão de reconstruir e as feridas pareciam fechadas. Para Aleida Assman (2010), a chamada «Lei de memória histórica» de Rodríguez Zapatero (Lei 52/2007, de 26 de dezembro) assinala o final «abrupto» do pacto de esquecimento da Transição.<sup>168</sup> Esta lei é, de facto, o marco fundamental da viragem no modo de a Espanha se relacionar com o seu passado, principalmente na sua dimensão simbólica. Para uns, a lei de memória histórica representa a mudança da política oficial sobre a Guerra e a ditadura, e o ressarcimento, moral e concreto, da dor consequente dos anos de silêncio e de ignorância sobre o destino de milhares de pessoas. Para outros, a introdução deste tema na discussão institucional e política não responde a nenhum apelo

---

<sup>168</sup> A. Assman considera que o exemplo espanhol é representativo de uma situação comum aos governos europeus entre 1970 e 1990. Segundo a autora, nas últimas duas décadas tem-se assistido a uma mudança do paradigma das políticas oficiais do esquecimento para a lembrança. (cf. A. Assman, 2010).

social e é uma indução artificial no debate público, com objetivos políticos concretos, de um tema fraturante que vem desestabilizar o equilíbrio conseguido com um esforço de décadas.

Independentemente do ponto de vista relativo à forma como se chegou à situação atual, o certo é que o tema da Guerra Civil e do franquismo está no centro do debate público, nos lugares institucionais, como o Congresso dos Deputados, e nos lugares informais, como os *media*, por exemplo. A discussão presente está profundamente radicalizada em todos os níveis de reflexão.

A primeira conclusão a que chegámos é a de que a memória da Guerra Civil e do franquismo é uma memória dúplice, bipartida: coexistem na sociedade duas narrativas opostas desse passado, ambas escritas sob a alçada da «memória histórica»: uma aí ancorada, a outra, contrária.

A segunda conclusão é que o próprio sintagma «memória histórica» marca o antes e o depois do modo de lidar com o passado traumático. «Memória histórica» é entendido como uma reivindicação que exige uma reavaliação do passado do ponto de vista das vítimas republicanas da Guerra, que tinha sido oficialmente preterido até hoje.

Finalmente, estas conclusões levaram-nos a uma terceira e mais alargada reflexão sobre a memória em Espanha.

No seguimento da proposta de Jan Assman (2004, 2007), a memória do século XX em Espanha deve ser lida em chave cultural e não sob o peso do julgamento subentendido em «memória histórica». Uma leitura cultural do tema permite, como Assman, ir além da memória comunicativa e experiencial, que acarreta a questão do testemunho, e, em todo o caso, tem prazo de validade.

As duas versões da memória histórica criam objetos distintos ou recriam-nos a partir de novas perspetivas. Enquanto produtos culturais, cada objeto – material ou incorpóreo – constitui-se como texto individual ou coletivo, admitindo um sentido mítico fundacional. Para a memória cultural, tal como propõe J. Assman, não se coloca a questão da diferença entre o mito e a história, porque lhe interessam menos os factos históricos do que a história que é lembrada, a memória desse passado. Neste sentido, pensamos que, embora sempre apresentada numa perspetiva dupla, a memória da Guerra Civil é também uma memória cultural: dos factos históricos passa-se à lembrança do momento pretérito e, conseqüentemente, transformada em mito, essa memória ilumina o presente a partir da origem (J. Assman, 2007). Esta dinâmica funciona para as duas visões em contraste: a Guerra Civil como mito original serve para se entender, identificar e justificar o presente.

Propositadamente não falamos de duas memórias, mas sim de duas narrativas, ou de uma memória dupla. No nosso entender, a memória cultural da Guerra de Espanha é inclusiva e a duplicidade faz parte da sua essência. O que não podemos antecipar é o modo como se desenrolará o debate ou como a memória evoluirá. As relíquias (Lowenthal, 1985), os lugares de memória (Nora, 1984), as marcas «mnésicas» (Todorov, 2002) são contingentes, circunstanciais, e não é possível prever o futuro. Podemos, porém, questionar-nos já sobre o modo como o desaparecimento das testemunhas irá influenciar o entendimento do passado, que deixará de ser também propriedade dos que o viveram, para ser exclusivamente património de indivíduos biograficamente alheios a esse tempo. Esta mudança pode não chegar a ser sentida do ponto de vista da memória cultural, que privilegia, como vimos, não os eventos históricos concretos, mas o que deles se recorda. Tal como assinalou Ricoeur (2000b), a memória define-se pela presença do passado no espírito e também pela procura dessa presença. Não se trata necessariamente de um passado experiencial do sujeito, mas pode ser um passado protagonizado pelo indivíduo, enquanto membro de um determinado grupo e, portanto, participante de uma memória coletiva.

No que se refere à memória cultural, de que temos vindo a falar, outro aspeto importante é o de identificar os indivíduos responsáveis pela transmissão dessa memória, não se tratando de uma transmissão exclusivamente geracional, no sentido da transmissão de pais para filhos, que Ricoeur associa ao dever de memória (2000b).

J. Assman (2007) identifica distintos portadores de memória que se relacionam ou não com o passado que transmitem. O portador de memória cultural, em particular, não é testemunha dos factos, é independente das instituições do poder político e económico, e, tal como os assuntos dessa memória, situa-se num plano distante das exigências do quotidiano, num lugar de certo modo superior e alheio às contingências do dia a dia.

Os sacerdotes, os professores, os escritores, os eruditos, são, segundo J. Assman, portadores de memória cultural. A partir desta afirmação refletimos sobre a definição de intelectual e sobre o seu papel como agentes da memória. Por uma questão cronológica, os homens que se reuniram nos serviços de Imprensa e Propaganda de Burgos, Madrid adiada da Espanha de Franco, não correspondem à definição estrita de *spezielle Träger* que nos propõe J. Assman. No entanto, entendemos a sua ação como protagonistas da história e a sua importância como narradores do passado e construtores de identidade, conscientes de que os homens são testemunhas condicionadas

pela sua própria experiência e por um contexto muito particular da história de Espanha e da Europa.

## **A modernidade**

Tal como vimos em particular na segunda parte deste livro, as primeiras décadas do século XX foram um período de ambiguidades, de «dissonâncias». Ao olharmos para trás, a simples observação da cronologia dos acontecimentos revela perplexidades e complexidades que são uma das características fundamentais do curto século XX que se inaugura com a primeira Guerra Mundial e termina com a queda da União Soviética (Hobsbawm, 1994). Nessa centúria apertada, couberam afinal as duas faces da Europa de novecentos: a face luminosa e a face sombria (Corm, 2009), em múltiplas manifestações contraditórias – o avanço técnico e a miséria, o conforto e o perigo, a paz e a barbárie; o ritmo acelerado da mudança, ainda que ofereça a confiança num futuro melhor, pode pôr em causa a prevalência dos valores tradicionais (obsoletos, ou não) que trazem tranquilidade. Os «modernismos» (Gil, 2008a) vivem (d)essa dupla condição.

A modernidade deve, assim, ser entendida com um sentido de aporia, de hesitação permanente e quase irresolúvel entre um e outro lado; ou de bipolaridade, de coexistência, à vez, de dois lados opostos de si mesma. Mas a dissonância de que vimos falando faz parte da sua própria identidade: ao lado do progresso, razão, humanidade (Bohrer, 2008), situa-se uma outra modernidade.

A Europa moderna viveu duas guerras mundiais. A tragédia, porém, não reside só na própria guerra, mas também no modo como a relação da política com a arte degenerou numa subserviência da última às abomináveis formas políticas totalitárias: o nazismo, o fascismo e o estalinismo. Nem os espíritos dos homens esclarecidos conseguiram antecipar a catástrofe e essa evidência da tragédia moderna – a de que o homem a pode evitar – acentua a ferida da barbárie.

O fascínio que a proposta fascista exerceu sobre os homens das letras, das artes e das ciências, em Espanha, também teve que ver com o mesmo apelo de modernidade representado pelo Estado. Uma parte da vanguarda artística e literária encontrou no projeto totalitário a concretização dos seus anseios, nomeadamente uma possibilidade de refundação de tudo, de um novo começar, e aderiu militantemente a um estilo artístico e linguístico próprios. Contraditoriamente (ou talvez não), a forma de comunicar

a complexidade inerente ao moderno, era simplista, redutora e homogênea (Albert, 2003).

Na linha da proposta de análise da revolução conservadora na Alemanha apresentada por Jeffrey Herf (1984), a nossa argumentação pretendeu mostrar que o fascismo espanhol, o *falangismo*, está também intimamente ligado com as vanguardas. Aproxima-se do modernismo reacionário de Herf, pelo seu sentido paradoxal, ambivalente e anacrônico (Mainer, 1975), que junta o apelo do novo, com os cimentos da tradição.

Ao olharmos em plano aproximado para as tertúlias celebradas durante a ditadura do General Miguel Primo de Rivera ou durante a II República, encontramos os mesmos cenários, com convivas distintos. Observámos atentamente a «corte literária» (Carbajosa e Carbajosa, 2003) de José Antonio Primo de Rivera, que funcionava segundo um determinado esquema (informal e recíproco): a «corte» seguia o chefe e guia – o *Führer, il capo* – que os orientaria na construção de um Estado fascista; e o líder, neste caso, José Antonio, legitimava a sua ação com o suporte ideológico dos “seus” intelectuais.

Esta promiscuidade entre intelectuais e poder, e a conseqüente falta de independência da criação e do pensamento, condicionados por uma visão e uma ação política específica, pode pôr em causa a própria definição de intelectual.

Desde antes do seu nascimento como categoria social ou como ator principal do espaço público, o exercício intelectual esteve ligado a um sentido de clerezia (Benda, 1927), de grupo à parte, de elite e de exceção, por comparação com o resto dos indivíduos. A atividade principal do intelectual é o pensamento e esse pensamento só pode ser livre. O intelectual luta contra as injustiças, em defesa da verdade (Juliá, 2004) e age na sociedade através de um espírito vigilante, que observa o estado do mundo. Para Lepenies (2008), os «melancólicos» são intelectuais obcecados pela reflexão, insatisfeitos crônicos, que sofrem com essa visão do mundo. Said (2004), por seu turno, recorre aos termos árabes *muthaqqaf* (homem de cultura) e *mufakir* (homem de pensamento), para insistir na dimensão de erudição que o intelectual acarreta. No seguimento destas propostas, cabe-nos perguntar o que distingue o intelectual do filósofo. A resposta é: a ação. Nas sociedades democráticas, os intelectuais exercem uma função ativa de contrapoder (Winock, 1999), ou de contradiscurso (Said, 2004), vigiando e aferindo a vida pública.

No contexto dos regimes totalitários, porém, a situação é distinta pelas óbvias razões da ausência de liberdade e da relação de dependência

(ideológica e económica) com o poder, que condicionam de forma indelével a ação dos intelectuais. Pensar sob o franquismo (Marsal, 1979) ou sob outro jugo político é um duro exercício da vontade e do espírito, mesmo quando o intelectual é, ao mesmo tempo, militante político. Se o pensamento só pode ser livre, é preciso reequacionar o tempo e o espaço privados de liberdade em que os intelectuais existem, refletem, interpelam o homem e o mundo, quer na oposição, quer na “situação” específica de cada regime político.

O caso do grupo de Burgos, liderado politicamente por Dionisio Ridruejo e moralmente por Pedro Laín Entralgo, é sintomático em Espanha da adesão de uma parte da intelectualidade à causa fascista. É certamente uma entrega genuína, sem ser uma entrega cega. No nosso entender a sua ação não se limita à reprodução propagandística de ideias políticas. Os homens do grupo de Burgos, situados do lado sublevado em consequência de diversas situações, nem todas voluntárias, sonharam um projeto para Espanha, duplamente ancorado no moderno e no tradicional. Em conjunto, pensaram um futuro para a Pátria, essencialmente do ponto de vista cultural, concretizado em ampla produção ensaística e artística.

Entendido o contexto estético, político e histórico em que se inseriam, a nossa argumentação pretendeu fazer destacar que, embora estando do lado «sombrio» do tempo, os intelectuais falangistas em Espanha foram-no em todo o sentido da palavra: pensadores cultos, agentes sociais, pedagogos do espaço público, «melancólicos»... É precisamente uma omnipresente e autoreivindicada dimensão ética, um sentido moral que preside à ação intelectual, o que lhes possibilitou, no auge do mais ortodoxo entusiasmo fascista, construir para si um certo espaço de liberdade de pensamento, com evidentes sinais de abertura que acabaram por se concretizar no projeto da revista *Escorial*, já depois da guerra. Lentamente desenganchados sobre a viabilidade da concretização do seu projeto nacional, progressivamente se afastaram do franquismo e do falangismo. Postos perante uma escolha decisiva, entre a ditadura e os princípios da atividade intelectual, não hesitaram na decisão (Marichal, 1995).

Assim, no nosso entender, a noção de intelectual suplanta a dicotomia ideológica entre direita e esquerda. Como referimos, existe uma dimensão ética da intelectualidade que é supra-ideológica. É essa dimensão, tão reclamada pelos intelectuais falangistas, que valoriza um entendimento moral da sociedade e do mundo, que permitirá aos homens de Burgos fazer a sua evolução individual e geracional para posições liberais e humanistas.

Ridruejo (1976a), Laín (1989), Aranguren (1969) e Vivanco (1964), entre outros, publicaram as suas memórias, contaram a história de um fracasso (Penalva, 2001) e fizeram o seu ato de contrição. Gonzalo Torrente Ballester, por seu turno, nunca chegou a declarar esse arrependimento público, o que condiciona até hoje a sua aceitação. Além do mais, a vida de Torrente não corresponde a uma biografia épica (Vieira, 2007) nem a sua figura à do herói (Campos, 2009). A sua obra completa e a sua vida são hoje julgadas em função de um passado distante e quase desconhecido. Um julgamento que se baseia menos em leituras atentas dos textos de antanho, entendidos como sinais de um determinado contexto tanto privado como público, e mais em reflexões feitas a partir de traços gerais e pouco concretos de uma história vista desde o presente e tantas vezes despida da necessária interpretação circunstancial. A perceção da figura e da obra de Torrente Ballester, cujo exemplo várias vezes citámos ao longo destas páginas, é sintomática do modo como a Espanha dos anos 2000 entende, aceita e sente o seu passado coletivo e o passado de todos os espanhóis, considerados individualmente, ainda sem o apaziguamento equitativo que a memória partilhada (Ibáñez Fáles, 2008) ou a lembrança dialética (A. Assman, 2010) permitirão eventualmente alcançar.

Passado, presente e futuro (re)constróem-se, assim, no permanente diálogo dos homens entre si e consigo mesmos. Um diálogo que é um caminho não exógeno à sociedade, à história, à literatura, à ciência, à política...

Neste sentido, desejamos que o nosso trabalho possa ser lido com o mesmo triplo propósito com que foi escrito, que corresponde às três funções estruturantes que os estudos de cultura convocam do saber humanístico (Gil, 2008a): preservar – o património cultural das sociedades; educar – ética e esteticamente os indivíduos; decifrar – o passado, como lição para o presente e para o futuro.

## Bibliografía

- ÁGUILA, Rafael del (2001). «Intelectuales impecables y la crisis del discurso izquierdista». *Claves de razón práctica*, n.º 113, junho de 2001, pp.16-24.
- AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma (2008a). *Políticas de la memoria y memorias de la política*. Madrid: Alianza Editorial.
- \_\_\_\_\_ (2008b). «Memoria histórica». In *Diccionario político y social del siglo XX español* (Fernández Sebastián, Javier e Fuentes, Juan Francisco dirs.). Madrid: Alianza Editorial, pp. 768-774.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Memoria y olvido de la Guerra Civil española*. Madrid: Alianza Editorial
- ALBERT, Mechthild (2002). *Vanguardistas de camisa azul*. Madrid: Visor Libros.
- ANDERSON, Benedict (1996). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres/Nova Iorque: Verso.
- ARANGUREN, José Luis López (1969). *Memorias y esperanzas españolas*. Madrid: Taurus.
- ARENDT, Hannah (1993). *La condición humana*. Barcelona: Paidós.
- ARGUL ARIAS, Sergio (2008). «Cultura». In Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes (dirs.). *Diccionario político y social del siglo XX español*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 335-344.
- ARMERO, Jose Mario (1987). «Corresponsales extranjeros en el bando nacional». Jesús Manuel Martínez (ed). *Periodismo y periodistas en la Guerra Civil*. Madrid: Fundación Banco Exterior, pp. 45-57.
- ASSMAN, Aleida (2010). «From collective violence to a common future: four models for dealing with a traumatic past». In Helena Gonçalves Silva, Adriana Alves de Paula Martins, Filomena Guarda e José Miguel Sardica (ed). *Conflict, Memory Transfers and the Reshaping of Europe*. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 8-23.
- ASSMAN, Jan (2007). *Das kulturelle Gedächtnis: Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. Munique: Verlag C.H.Beck.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Religion and Cultural Memory*. Stanford, California: Stanford University Press.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Religion und Kulturelles Gedächtnis: zehn Studien*. Munique: Verlag C.H.Beck.

- AUBERT, Paul (2000). «Los intelectuales y la II República». *Ayer*, n.º 40, 2000, pp.105-133.
- AYALA, Francisco (1945). *Razón del mundo: un examen de conciencia intelectual*. Buenos Aires: Losada.
- BAER, Alejandro (2005). *El testimonio audiovisual. Imagen y memoria del Holocausto*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI de España Editores.
- BARRET-DUCROCQ, Françoise (ed.) (2002). *¿Por qué recordar?.* Fórum internacional Memória e História. Unesco, 25.03.1998 / La Sorbonne, 26.03.1998. Barcelona: Granica.
- BELMONTE, Florence (2006). «Los mecanismos de difusión del discurso oficial de la prensa cultural del primer franquismo (1937-1946)». In Delgado Idarreta, José Miguel (coord.). *Propaganda y medios de comunicación en el primer franquismo (1936-1959)*. Rioja: Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones, pp. 29-49.
- BENDA, Julien (1946). *La trahison des clercs* [1927]. Paris: Bernard Grasset.
- BENJAMIN, Walter (1974). *Über den Begriff der Geschichte. Gesammelte Schriften*. Vol. I.2. Frankfurt: Suhrkamp.
- BERAMENDI, Justo e BAZ, María Jesús (2008). «Memoria, tradición e identidades». In Justo Baramendi e María Jesús Baz (ed.) *Identidades y memoria imaginada*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, pp. 9-18.
- BOHRER, Karl Heinz (2008). «A modernidade paradoxal de Baudelaire: o efêmero é o eterno». In Lourenço, Jorge Fazenda e Hanenberg, Peter coord. *Baudelaire e as posteridades do moderno*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp.13-29.
- BOREJSZA, Jerzy W. (2002). *La escalada del odio. Movimientos y sistemas autoritarios y fascistas en Europa, 1919-1945*. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- BRITTON, Diane F. (1998). «História pública y memoria pública». In *Ayer*, n.º 32, pp. 147-162.
- BUESCU, Helena Carvalhão (2008). «On Being Absolutely Modern (Cesário Verde and Baudelaire).» In Lourenço, Jorge Fazenda e Hanenberg, Peter coord. *Baudelaire e as posteridades do moderno*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 31-39.
- CAMPOS CACHO, Sergio (2009). «Gonzalo Torrente Ballester y su compromiso con la realidad». In *Orbis Tertius: revista de pensamiento y análisis de la Fundación Sek*. N. 5, outubro, pp. 34-45.

- CARBAJOSA, Mónica e Pablo (2003). *La corte literaria de José Antonio: la primera generación cultural de la Falange*. Barcelona: Crítica.
- CARNEIRO, Roberto e MATOS, Artur Teodoro de (Coord.) (2001). *Memória de Portugal. O Milénio Português*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CASTRO, Américo (1975). «Castilla la gentil». *De la España que aun no conocía*. vol. I. México: Finisterre, pp. 107-117.
- CASTRO, Ivo de (1991). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CASTRO, Luis (2006). *Capital de la Cruzada. Burgos durante la Guerra Civil*. Barcelona: Crítica.
- CATROGA, Fernando (2001). *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora.
- CELA, Camilo José (1969). *Vísperas, festividad y octava de San Camilo del año 1936 en Madrid*. Madrid: Alfabuara.
- CERCAS, Javier (1994). «Torrente Ballester falangista: 1937-1942». In *Cuadernos Interdisciplinarios de Estudios Literarios (CIEL)*, segunda época, v. 5, n. 1, pp. 161-178.
- CHECA GODOY, Antonio (1989). *Prensa y partidos políticos durante la II República*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- CIRICI, Alexandre. (1977). *La estética del franquismo*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- COLOM GONZÁLEZ, Francisco (2006). «El hispanismo reaccionario. Catolicismo y nacionalismo en la tradición antiliberal española.». In Francisco Colom e Ángel Rivero (eds.). *El altar y el trono. Ensayos sobre el catolicismo político iberoamericano*. Barcelona: Anthropos Editorial, pp. 43-82.
- CORM, Georges (2009). *L'Europe et le Mythe de L'Occident*. Paris: Éditions La Découverte.
- CRUZ, Manuel Braga da (1988). *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Presença.
- CRUZ SEOANE, María y SÁIZ, María Dolores (1996). *Historia del periodismo en España. 3. El siglo XX: 1898-1936*. Madrid: Alianza Editorial.
- CRUZ SEOANE, María (1987). «Las revistas culturales en la Guerra Civil». Jesús Manuel Martínez (ed). *Periodismo y periodistas en la Guerra Civil*. Madrid: Fundación Banco Exterior, pp. 23-36.
- CUESTA, Josefina (2008a). *La odisea de la memoria: historia de la memoria en España. Siglo XX*. Madrid : Alianza Editorial.

- \_\_\_\_\_ (2008b). «Memoria histórica». Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes (dirs.). *Diccionario político y social del siglo XX español*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 768-774.
- DÉLANO, Manuel (2010). «La memoria histórica también hizo campaña». *El País*, 18.01.2010. Edição eletrónica. Consultado a 18 de janeiro de 2010 [http://www.elpais.com/articulo/internacional/memoria/historica/hizo/campana/elpepuint/20100118elpepuint\\_1/Tes](http://www.elpais.com/articulo/internacional/memoria/historica/hizo/campana/elpepuint/20100118elpepuint_1/Tes)
- DELGADO IDARRETA, José Miguel (2006a). «Presentación». In José Miguel Delgado Idarreta (coord.). *Propaganda y medios de comunicación en el primer franquismo (1936-1959)*. Rioja: Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones, pp. 9-13.
- \_\_\_\_\_ (2006b). «Represión, periodistas y masonería en el primer franquismo (1936-1959)». In José Miguel Delgado Idarreta (coord.). *Propaganda y medios de comunicación en el primer franquismo (1936-1959)*. Rioja: Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones, pp. 127-139.
- DÍAZ PLAJA, Fernando (1979). *Si mi pluma valiera tu pistola*. Barcelona: Plaza y Janes.
- DÍAZ PLAJA, Guillermo (1966). *Memoria de una generación destruida (1930-1936)*. Barcelona: Delos-Aymá.
- DUCH PLANA, Montserrat (2006). «Historia, memoria y política. Una ecología de la memoria en la transición democrática española (1976-1982)». In Abdón Mateos e, Ángel Herrerrín (eds.) (2006). *La España del presente: de la dictadura a la democracia*. Segovia: Asociación de Historiadores del Presente, pp. 117-138.
- EGUÍA RUIZ, Constancio (1938). *Los causantes de la tragedia hispana: un gran crimen de los intelectuales españoles*. Buenos Aires: Editorial Difusión.
- ESTEBAN LEAL, Paloma (2007). «El Guernica y la influencia de la guerra en la obra de Picasso». In J. Fazenda Lourenço e I. Espada Vieira (org.) *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 51-77.
- FERNÁNDEZ INSUELA, Antonio et. al. (ed.) (2010). *Setenta Años Después. El exilio literario español de 1939*. Oviedo: KRK Ediciones.
- FERNANDÉZ SEBASTIÁN, Javier (2008). «Opinión pública». In Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes (dirs.). *Diccionario político y social del siglo XX español*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 877-893.
- FERNANDÉZ SEBASTIÁN, Javier e FUENTES, Juan Francisco. (2008). *Diccionario político y social del siglo XX español*. Madrid: Alianza Editorial.

- FRANÇOIS, Étienne, e SCHULZE, Hagen (2005). *Deutsche Erinnerungsorte: eine Auswahl*. Munique: Verlag C.H.Beck.
- FUENTES, Juan Francisco e FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (1997). *Historia del periodismo español*. Madrid: Editorial Síntesis.
- GARCÍA-NIETO, María Carmen e Donézar, Javier (1974). *Bases documentales de la España contemporánea*. Vol. 10: *La guerra de España de 1936 a 1939*. Madrid: Guadiana de Publicaciones.
- GARCÍA SANTA CECÍLIA, Carlos (2007): «La edad de oro de los corresponsales de guerra», in Jorge Fazenda Lourenço e Inês Espada Vieira (org.), *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 95-102.
- \_\_\_\_\_ (ed.) (2006a). *Corresponsales en la Guerra de España*. Madrid: Instituto Cervantes/Fundación Pablo Iglesias.
- \_\_\_\_\_ (2006b). «Corresponsal en España». In Carlos García Santa Cecilia (ed.), *Corresponsales en la Guerra de España*. Madrid: Instituto Cervantes/Fundación Pablo Iglesias, pp. 47-89.
- GAROSCI, Aldo (1981). *Los intelectuales y la Guerra de España*. Gijón: Ediciones Júcar.
- GARZÓN, Baltazar (2008). «Auto. Diligencias previas proc. Abreviado 399/2006 V». Juzgado Central de Instrucción nº 005. Audiência Nacional Madrid. Consultado no site do jornal *El País* a 18 de janeiro de 2010. [http://www.elpais.com/elpaismedia/ultimahora/media/200810/16/espana/20081016elpepunac\\_4\\_Pes\\_PDF.doc](http://www.elpais.com/elpaismedia/ultimahora/media/200810/16/espana/20081016elpepunac_4_Pes_PDF.doc)
- GEORGEL, Jacques (1974). *Franco e o Franquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- GIL, Isabel Capelo (2008a). «O que significa Estudos de Cultura? Um diagnóstico cosmopolita sobre o caso da cultura alemã.». In *Comunicação & Cultura*, n.6, Outono-Inverno 2008. Lisboa: Quimera/Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, pp. 137-166.
- \_\_\_\_\_ (2008b). «Stemming the Tide: Carl Schmitt and Ernst Jünger's Reactionary Modernisms». In Irene Ramalho Santos e António Sousa Ribeiro (ed.). *Translocal Modernism*. Berna: Peter Lang, pp. 185-211.
- \_\_\_\_\_ (2004). «Introduction: Landscapes of Memory». In *Landscapes of Memory* (I. Capelo Gil, R. Trewinnard, M. Laura Pires, org.). Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 15-22.

- \_\_\_\_\_ (2003). «Ficção do político: as ligações perigosas do(s) totalitarismo(s) e da avanguarda». In Pimentel, Manuel Cândido e Reimão, Cassiano Ed. *Os longos caminhos do ser*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 295-316.
- GIMÉNEZ CABALLERO, Ernesto. (1983). *Genio de España. Exaltaciones a una resurrección nacional y del mundo* [1932]. Barcelona: Planeta.
- \_\_\_\_\_ (1981). *Memorias de un dictador*. Barcelona: Planeta.
- GÓMEZ MOMPART, Josep Lluís e TRESSERRAS, Joan Manuel (1989). «La reorganización del sistema informativo durante la guerra». In Jesús Timoteo Álvarez et al. (ed.). *Historia de los medios de comunicación en España. Periodismo, imagen y publicidad (1900-1990)*. Barcelona: Ariel Comunicación, pp. 168-177.
- GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo (1990). «La prensa falangista y la prensa del Movimiento y del Estado: consideraciones sobre su origen y desarrollo». In C. Garitaonaindia et al. (ed.) *Comunicación, cultura y política durante la II República y la Guerra Civil*. Vol II. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 495-517.
- GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo e Limón Nevado, Fredes (1988). *La Hispanidad como instrumento de combate. Raza e imperio en la Prensa franquista durante la guerra civil española*. Madrid: Centro de Estudios Históricos.
- GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro Carlos (2008). «Dictadura». In Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes (dirs.). *Diccionario político y social del siglo XX español*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 400-411.
- GRACIA, Jordi (2010). *A la intemperie. Exilio y cultura en España*. Barcelona: Anagrama.
- \_\_\_\_\_ (2008). *La vida rescatada de Dionisio Ridruejo*. Barcelona: Anagrama.
- \_\_\_\_\_ (2007). *El valor de la disidencia. Epistolario inédito de Dionisio Ridruejo. 1933-1975*. Barcelona: Planeta.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Estado y Cultura: el despertar de una conciencia crítica bajo el franquismo, 1940-1962*. Barcelona: Anagrama.
- \_\_\_\_\_ (2004). *La resistencia silenciosa: fascismo y cultura en España*. Barcelona: Anagrama.
- GRAMSCI, Antonio (1974). *Obras escolhidas*. Lisboa: Estampa.
- GUERRA, Alfonso (2006): «Cuando contar una guerra era un compromiso moral», in Carlos García Santa Cecilia (ed.), *Corresponsales en la Guerra de España*. Madrid: Instituto Cervantes/Fundación Pablo Iglesias, p. 9.
- GULLÓN, Ricardo (1969). «La invención del 98». *La invención del 98 y otros ensayos*. Madrid: Editorial Gredos, pp. 7-19.

- \_\_\_\_\_ (1969) «La generación de 1936». *La invención del 98 y otros ensayos*. Madrid: Editorial Gredos, pp. 162-177.
- GUTIÉRREZ PALACIO, Javier (2005). *República, periodismo y literatura*. Madrid: APM; Centro Universitario de Villanueva; Editorial Tecnos.
- HABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HALBWACHS, Maurice (1950). *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France. Edição eletrónica a cargo de Lorraine Audy e de Jean-Marie Tremblay (2001) consultada a 27 de maio de 2009 e disponível em [http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs\\_maurice/memoire\\_collective/memoire\\_collective.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/memoire_collective/memoire_collective.html)
- HAUSMANN, Frank-Rutger (2004). *Dichte, Dichter, tage nicht: die Europäische Schriftsteller-Vereinigung in Weimar 1941-1948*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann Verlag.
- HEREF, Jeffrey (1984). *Reactionary Modernism: Technology, Culture and Politics in Weimar and the Third Reich*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HERRERO DE MIÑON, Miguel (ed.) (1999). *La transición democrática en España/A transição democrática em Espanha*. Vol. I. Bilbao: Fundación BBV. Documenta.
- HOBBSAWM, Eric (1994). *The Age of the Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991*. London: Michael Joseph.
- IBÁÑEZ FANÉS, Jordi (2009). *Antígona y el duelo. Una reflexión moral sobre la memoria histórica*. Barcelona: Tusquets Editores.
- JACKSON, Gabriel (1997). *Civilización y barbarie en la Europa del siglo XX*. Barcelona: Planeta.
- JULIÁ, Santos (2008). «Intelectual». In Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes (dirs.). *Diccionario político y social del siglo XX español*. Madrid: Alianza Editorial. Pp. 693-701
- \_\_\_\_\_ (2004a). «La Falange liberal o de cómo la memoria inventa el pasado». In Hermsilla Álvarez e Fernández Prieto. *Autobiografía en España, un balance*. Madrid: Visor Libros, pp. 127-144.
- \_\_\_\_\_ (2004b). *Historias de las dos Españas*. Madrid: Taurus.
- \_\_\_\_\_ (2003). «Echar al olvido. Memoria y amnistia en la transición». In *Claves de Razón Práctica*. N.º 129. janeiro/fevereiro, pp. 14-24.
- \_\_\_\_\_ (2002) «¿Falange liberal o intelectuales fascistas?». In *Claves de Razón Práctica*. N.º 121, abril, pp. 4-13.

- \_\_\_\_\_ (1998). «La aparición de “los intelectuales” en España». In *Claves de Razón Práctica*, n.º 86, outubro, pp. 2-10.
- KEENE, Judith (2001). *Fighting for Franco: International Volunteers in Nationalist Spain During the Spanish Civil War, 1936-39*. London and New York: Leicester University Press.
- KLEMPERER, Victor (2006). *The Language of the Third Reich* [1957]. London: Continuum International Publishing Group.
- «La Falange en marcha. El acto del día 6, en Jofre, fue la demostración clara y rotunda, de que el movimiento nacional-sindicalista, prosigue inalterable la ruta que se marcó desde el principio» *La Voz de la CONS*, 12.04.1937, 3.
- LAÍN ENTRALGO, Pedro. (1989). *Descargo de conciencia (1930-1960)* [1976]. Madrid: Alianza.
- LEPENIES, Wolf (2008). *¿Qué es un intelectual europeo?* Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores.
- \_\_\_\_\_ (2006). *The Seduction of Culture in German History*. Princeton: Princeton University Press.
- LLERA, Luis de (1992). «A la búsqueda de los orígenes literario-culturales de Gonzalo Torrente Ballester (1927-1941)». *Espana Contemporánea*, n. 2, pp. 79-94.
- LOFF, Manuel (2000). «Los regímenes autoritarios». In *Ayer*, n.º 37, pp.125-162.
- LÓPEZ BRUNIOL, Juan José (2009). «El instante de la verdad». *La voz de Asturias*, 21.08.2009, p. 7.
- LOURENÇO, Jorge Fazenda (2008). «Allocution d'ouverture». In Jorge Fazenda Lourenço e Peter Hanenberg coord. *Baudelaire e as posteridades do moderno*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 11-12.
- \_\_\_\_\_ (2006). *A invenção da Modernidade: sobre arte, literatura e música/ Charles Baudelaire*. Lisboa: Relógio D'Água.
- LOURENÇO, Jorge Fazenda e VIEIRA, Inês Espada. (org.) (2007). *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- LOWENTHAL, David (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACHADO, Antonio (1987). *Campos de Castilla*. Madrid: Cátedra.
- MAINER, José-Carlos (2001). «Para leer a Ramón de Basterra (Instrucciones de uso)». Prólogo a BASTERRA, Ramón. *Poesía [I]*. Madrid: Fundación BSCH, pp. XIII-LVII.

- \_\_\_\_\_ (1975). *La edad de plata (1902-1931). Ensayo de interpretación de un proceso cultural*. Barcelona: Libros de la Frontera.
- \_\_\_\_\_ (1971). *Falange y literatura*. Barcelona: Labor.
- «Manifiesto editorial». (1940). *Escorial* n.º 1, pp. 7-12.
- MANNHEIM, Karl (1957). *Ensayos de sociología de la cultura*. Madrid: Aguilar.
- MARÍAS, Javier (2006). «Un país grotesco». *El País Semanal*, 10.09.2006, p. 110.
- MARICHAL, Juan (1995). *El secreto de España*. Madrid: Taurus.
- MARSAL, Juan F (1979). *Pensar bajo el franquismo: intelectuales y política en la generación de los años cincuenta*. Barcelona: Ediciones Península.
- MARTÍN, Francisco José (2006). «Dos artículos de Ortega y Gasset de 1912 (atribución y edición)». *Revista de Hispanismo Filosófico*, núm. 11, pp. 1-16.
- MARTÍN de la GUARDIA (2006). «Los medios de comunicación social como formas de persuasión durante el primer franquismo». In José Miguel Delgado Idarreta (coord.). *Propaganda y medios de comunicación en el primer franquismo (1936-1959)*. Rioja: Universidad de la Rioja, Servicio de Publicaciones, pp. 15-28.
- MARTÍNEZ CACHERO, José María (2009). *Liras entre lanzas. Historia de la Literatura «Nacional» en la Guerra Civil*. Madrid: Editorial Castalia.
- MARTÍNEZ DE PISÓN, Ignacio: «Un ejército e poetas», in Carlos García Santa Cecilia (ed.), *Corresponsales en la Guerra de España*. Madrid: Instituto Cervantes/Fundación Pablo Iglesias, pp. 41-45.
- MARTÍN-SÁNCHEZ JULIÁ, Fernando et al. (1940) *Una poderosa fuerza secreta: la Institución Libre de Enseñanza*. San Sebastián: Editorial Española.
- MICHONNEAU, Stéphane (2008). «La memoria ¿objeto de la historia?». In Justo Baramendi e María Jesús Baz (ed.) *Identidades y memoria imaginada*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, pp. 43-59.
- MIGUEL, Amando de (1976). *La herencia del franquismo*. Madrid: Editorial Cambio 16.
- MOLINA, Cesar Antonio (1990). *Medio siglo de prensa literaria española (1900-1950)*. Madrid: Endymion.
- MORENO LUZÓN, Javier (2008). «Liberalismo». In Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes (dirs.). *Diccionario político y social del siglo XX español*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 725-733.
- MURELAGA IBARRA, Jon (2009). «Historia contextualizada de la radio española del franquismo». *Historia y Comunicación Social*, vol. 14, pp. 367-386.

- NORA, Pierre (1984). *Les lieux de mémoire – I. La République*. [Paris]: Gallimard.
- NUÑEZ DÍAZ-BALART, Mirta (1989). «Las palabras como armas: la propaganda en la guerra civil». In Jesús Timoteo Álvarez et al. (ed.). *Historia de los medios de comunicación en España. Periodismo, imagen y publicidad (1900-1990)*. Barcelona: Ariel Comunicación, pp. 178-188.
- ORTEGA y GASSET, José (1999a). *La deshumanización del arte [1925]*. Madrid: Espasa Calpe.
- \_\_\_\_\_ (1999b). *España invertebrada [1922]*. Madrid: Espasa Calpe.
- PABLO, Santiago de (2008). «Periodismo». In Javier Fernández Sebastián e Juan Francisco Fuentes (dirs.). *Diccionario político y social del siglo XX español*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 938-948.
- PAYNE, Stanley (2008). *España. Una historia única*. Madrid: Temas de Hoy.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Franco y José Antonio: el extraño caso del fascismo español*. Barcelona: Planeta
- \_\_\_\_\_ (1987). *El régimen de Franco. 1936-1975*. Madrid: Alianza Editorial.
- \_\_\_\_\_ (1965). *Falange. Historia del fascismo español*. Paris: Ruedo Ibérico.
- PENALVA, Joaquín Juan (2001). «Descargos, diarios y palinodias: algunos ejemplos de literatura memorialística en la generación del 36». In *Anales de Literatura Española*, n.º 14, pp. 97-133. Artigo disponível no *Repositorio institucional de la Universidad de Alicante*, consultado a 14 de julho de 2009. [http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/7337/1/ALE\\_14\\_05.pdf](http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/7337/1/ALE_14_05.pdf).
- PIZARROSO QUINTERO, Alejandro (1996). *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora.
- \_\_\_\_\_ (1993). *História da propaganda*. Lisboa: Planeta Editora.
- POLLAK, Michael. (1989) «Memória, esquecimento, silêncio». In *Revista Estudos Históricos*. Vol. 1, n.3 Rio de Janeiro, pp. 3-15. Documento consultado a 13 de janeiro de 2009 em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.
- PRADERA, Javier (1993). «Jeringas, agendas y silencios. Conjecturas sobre el poder de los medios de comunicación». In *Claves de Razón Práctica*, n.º 32, maio, pp. 48-55.
- PRESTON, Paul (2008). *Franco: El gran manipulador*. Barcelona: Base.
- \_\_\_\_\_ (2006). «Amenazados, ametrallados e inspirados – los corresponsales extranjeros en la guerra civil española». In Carlos García Santa Cecilia (ed.), *Corresponsales en la Guerra de España*. Madrid: Instituto Cervantes/Fundación Pablo Iglesias, pp.19-39.

- \_\_\_\_\_ (2003). *Las tres Españas del 36*. Barcelona: Debolsillo.
- PRIMO DE RIVERA, José Antonio (1976). *Obra completa. Discurso y escritos (1922-1936) de José Antonio Primo de Rivera*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos.
- \_\_\_\_\_ (1942). *José Antonio Primo de Rivera. Antología*. (seleção e prólogo de Gonzalo Torrente Ballester). Madrid: FE.
- RAMÍREZ de ARELLANO OÑATE, Ana María (1984). «“Nueva España”: literatura y prensa (1938-1939)». In *Argensola: Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses*, n. 97, pp. 123-160.
- \_\_\_\_\_ (1983) “Nueva España”: literatura y prensa (1936-1937)». In *Argensola: Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses*, n. 96, pp. 363-388.
- RENTSCHLER, Eric (1996). *The ministry of illusion: Nazi cinema and its afterlife*. Harvard: Harvard University Press.
- RIBEIRO, Nelson (2007). «A rádio portuguesa na Guerra Civil de Espanha». In J. Fazenda Lourenço e I. Espada Vieira (org.). *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 169-195.
- RICOEUR, Paul (2000a). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (2000b) «L'écriture de l'histoire et la représentation du passé». *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. julho-agosto, n.º 4, pp. 731-747.
- RIDRUEJO, Dionisio (1976a). *Casi unas memorias*. Barcelona: Planeta.
- \_\_\_\_\_ (1976b). *Escrito en España*. Madrid: G. del Toro.
- RODRÍGUEZ-PUERTÓLAS, Julio (1986). *Literatura Fascista Española I. Historia*. Madrid: Akal.
- ROUSSO, Henry (2002). «A memória não é mais o que era.» In Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 93-101.
- RUBIO CABEZA, Manuel (1987a e 1987b). *Diccionario de la guerra civil española*. Vols. 1 e 2. Barcelona: Editorial Planeta.
- RUBIO, María e SOLANA, Fermín (1976). «Los días y las obras de Dionisio Ridruejo». In AA.VV. *Dionisio Ridruejo: de la Falange a la oposición*. Madrid: Taurus, pp. 283-498.
- RUIZ CARNICER, M. A. (2001). «La cultura del poder. Propaganda en la alta manera». *La España de Franco (1939-1975)*. Madrid: Editorial Síntesis, pp. 155-168.

- SAID, Edward W. (2004). «The public role of writers and intellectuals». *Humanism and Democratic Criticism*. Nova Iorque: Palgrave, pp. 119-144.
- \_\_\_\_\_ (1996). *Representations of the Intellectual: The 1993 Reith Lectures*. Nova Iorque: Vintage Books.
- SAÍZ, María Dolores (1987). «Los dos ABC – de Madrid y de Sevilla – en la primera fase de la Guerra Civil». Jesús Manuel Martínez (ed). *Periodismo y periodistas en la Guerra Civil*. Madrid: Fundación Banco Exterior, pp. 91- 112.
- SÁNCHEZ DRAGÓ, Fernando (1983). «Prólogo» a Giménez Caballero, Ernesto. *Genio de España. Exaltaciones a una resurrección nacional y del mundo*. Barcelona: Planeta, pp.V-VII.
- SARAMAGO, José et al. (2009) «La impunidad del franquismo». *El País*, 16.09.2009. Edição eletrónica, consultada a 16 de setembro de 2009. [http://www.elpais.com/articulo/opinion/impunidad/franquismo/elpepuopi/20090916elpepuopi\\_4/Tes](http://www.elpais.com/articulo/opinion/impunidad/franquismo/elpepuopi/20090916elpepuopi_4/Tes)
- SARDICA, José Miguel (2008). *Twentieth Century Portugal: a historical overview*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- \_\_\_\_\_ (2007). «Salazar e a imprensa portuguesa na Guerra Civil de Espanha». In J. Fazenda Lourenço e I. Espada Vieira (org.). *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 197-225.
- SCARRY, Elaine (1985) *The Body in Pain: The Making and Unmaking of the World*. Oxford: Oxford University Press.
- SCHUDSON, Michael (1993). *Watergate in American Memory: How We Remember, Forget, and Reconstruct the Past*. EUA: Basic Books.
- SENA, Jorge (2008). «Aleixandre ou o prémio Nobel aos insígnies-ficantes» [1978]. In *Sobre Teoria e Crítica Literária*. Porto: Edições Caixotim pp. 201-222.
- SERRANO, Carlos (2000). «El “nacimiento de los intelectuales”: algunos replanteamientos». *Ayer*, n.º 40, pp. 11-23.
- SERRANO SUÑER, Ramón (1977). *Entre el silencio y la propaganda, la Historia como fue: Memorias*. Barcelona: Planeta.
- SILVA, Helena Gonçalves, MARTINS, Adriana, GUARDA, Filomena and SARDICA, José Miguel (Ed.) (2010) *Conflict, Memory Transfers and the Reshaping of Europe*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- SIMANCAS TEJEDOR, Moisés (2003). *José Antonio: génesis de su pensamiento*. Madrid : Plataforma 2003.
- SONTAG, Susan (1987). *Bajo el signo de Saturno*. Barcelona: Edhasa.

- SOUFAS, Christopher (2002). «Julius Petersen and the Construction of the Spanish Literary Generation». *Bulletin of Spanish Studies*. Vol. 79, n.º 2-3. 247-262.
- STEINER, George (1977). «The Hollow Miracle» [1959]. *Language and silence: essays on language, literature and the Inhuman*. Nova Iorque: Atheneum, pp. 95-109.
- SUÁREZ, Federico (2002). *Intelectuales antifascistas*. Madrid: Ediciones Rialp.
- SUÑER, Enrique (1937). *Los intelectuales y la tragedia española*. Burgos: Editorial Española.
- TESÓN, Nuria (2006). «Esquelas de las dos Españas», *El País*, 10.09.2006, pp. 28-29.
- THOMAS, Hugh (1976). *La guerra civil española 1936-1939*. Vol. 1. Barcelona: Ediciones Grijalbo.
- THOMÁS, Joan María (2008). «La España sublevada». In CASANOVA, Julián e PRESTON, Paul (coord.) *La guerra civil española*. Madrid: Editorial Pablo Iglesias, pp. 217-235.
- THURSTON, Michael (2002). «Bombed in Spain: Langston Hughes, the Black Press and the Spanish Civil War». In Todd Vogel (ed.). *The Black Press: New Literary and Historical Essays*. New Jersey: Rutgers University Press, pp. 140-158.
- TODOROV, Tzvetan (2002). *Memória do mal, tentação do bem*. Porto: Edições Asa.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Los abusos de la memoria* [1995]. Barcelona: Paidós.
- TORGA, Miguel (1959). *Diário*. Coimbra: [s.n.]
- TORRENTE BALLESTER, Gonzalo, (1997). *Memoria de un inconformista*. Madrid: Alianza Tres.
- \_\_\_\_\_ (1992) *La muerte del Decano*. Barcelona: Planeta.
- \_\_\_\_\_ (1977). «Prólogo a la obra completa». *La obra completa de Gonzalo Torrente Ballester*. Vol I. Barcelona: Destino, pp. 9-99.
- \_\_\_\_\_ (1976). «Escorial en el recuerdo». In AA.VV. *Dionisio Ridruejo: de la Falange a la oposición*. Madrid: Taurus, pp. 61-68.
- \_\_\_\_\_ «Presencia en América de la España fugitiva». *Tajo*. 03.08.1940, p. 5.
- \_\_\_\_\_ «Tres años después». *El Pueblo Gallego*. 19.11.1939, pp. 4-5.
- \_\_\_\_\_ «Tres años después (Conclusión)». *El Pueblo Gallego*. 21.11.1939, p. 6.

- \_\_\_\_\_ «A propósito de extranjería». *Alerta*. 05.01.1938, p. 3 e em *El Pueblo Gallego*. 05.01.1938, p. 2. Reproduzido em *Amanecer* 06.01.1938, p. 4 e em *La Nueva España* (Oviedo). 15.01.1938, p. 11.
- \_\_\_\_\_ «José Antonio en el Parlamento». *Amanecer*. 21.10.1937, p. 8. Reproduzido em *Arriba España*. 26.10.1937, p. 8 e em *El Pueblo Gallego*. 29.10.1937, p. 3.
- TRAPIELLO, Andrés (2010). *Las armas y las letras*. Nova edição revista e aumentada. Barcelona: Destino.
- \_\_\_\_\_ (1994). *Las armas y las letras*. Barcelona: Editorial Planeta.
- UCELAY DA CAL, Enric (2003). *El imperialismo catalán: Prat de la Riba, Cambó, D'Ors y la conquista moral de España*. Barcelona: Edhasa.
- VEGA DÍAZ, Francisco. (1984). «Los “siete magníficos”». *El País*, 12.02.1984, p. 24.
- VEIL, Simone (2009). «Lugares de la memoria histórica de Europa». *El País*, 09.07.2009, – edição on-line. Consultado em 27 de abril de 2011.  
[http://www.elpais.com/articulo/opinion/Lugares/memoria/historica/Europa/elpepiopi/20090709elpepiopi\\_5/Tes](http://www.elpais.com/articulo/opinion/Lugares/memoria/historica/Europa/elpepiopi/20090709elpepiopi_5/Tes)
- VICENTE, Ana (2007). «O Amigo Lusitano». In J. Fazenda Lourenço e I. Espada Vieira (org.). *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 151-167.
- VIEIRA, Inês Espada (2007). «Gonzalo Torrente Ballester e a guerra: memória e ficção». In J. Fazenda Lourenço e I. Espada Vieira (org.). *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois*. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 103-111.
- \_\_\_\_\_ (2006). «Prefácio». In Gonzalo Torrente Ballester. *Memória de um inconformista*. Porto: Ambar, pp. 17-20.
- \_\_\_\_\_ (2004). *De palavras e de imagens: Los gozos y las sombras, de Gonzalo Torrente Ballester*. Tese de mestrado inédita, orientada pelo Professor Pedro Ferré da Ponte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais de Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- VIQUEIRA, Miguel (2009). *Travesía a Ítaca: de mis recuerdos de Gonzalo Torrente Ballester y de nuestra tertulia veraniega. De otras personas y de algunos episodios más*. Lisboa: manuscrito inédito.
- VIVANCO, Luis Felipe (1964). *Me llamo Luis Felipe Vivanco*. Madrid: Aguilar.
- WOLIN, Richard (2005). «Paul Ricoeur as Another: How a Great Philosopher Wrestled With His Younger Self». *The Chronicle of Higher Education*.

14.10.2005. Recurso electrónico. Consultado a 27 de janeiro de 2010.

[www.theorphansociety.org/upload/ricouer.pdf](http://www.theorphansociety.org/upload/ricouer.pdf)

VOLTAIRE (François-Marie Arouet) (1825). «Poème sur le désastre de Lisbonne, ou examen de cet axiome, tout est bien». *Oeuvres complètes de Voltaire*, Volume 12. *Poésies* Tomo 1. Paris: Lequien, pp. 179-186.

WINOCK, Michel (1999). *Le siècle des intellectuels*. Paris: Éditions du Seuil.

ZAMBRANO, María (1977). *Los intelectuales en el drama de España. Ensayos y notas (1936-1939)*. Madrid: Editorial Hispamerca.

ZELIZER, Barbie (1998). *Remembering to forget*. Chicago: The University of Chicago Press.

Entre a memória, os tempos e os homens, este estudo insere-se na ampla discussão sobre a memória da Guerra Civil e do Franquismo, trazendo um contributo criticamente ancorado nos Estudos de Cultura. É uma obra que indaga o modelo de intelectualidade pública tradicional, propondo integrar uma outra modernidade, que surge como alternativa à narrativa moderna hegemónica. Desta forma, considera-se que a reflexão sobre o passado traumático da Espanha do século XX não deve deter-se no âmbito da memória histórica, mas dar um passo em frente na direção da memória cultural. O presente livro contribui, assim, para uma renovada compreensão do passado, reavaliando também as dicotomias ideológicas tradicionais.